UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

ELENA LOMBARDO

*Do grande incendio que com tam raro movimento a
Berberia perturbou: estudo e edição diplomática de
um relato histórico quinhentista*

Versão corrigida

V.1

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

***Do grande incendio que com tam raro movimento a
Berberia perturbou: estudo e edição diplomática de
um relato histórico quinhentista***

Elena Lombardo

Versão corrigida

De acordo:

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Clara Paixão de Sousa.

V.1

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- L841" Lombardo, Elena
Do "grande incendio que com tam raro movimento a Berberia perturbou": estudo e edição diplomática de um relato histórico quinhentista / Elena Lombardo ; orientadora Maria Clara Paixão de Sousa. - São Paulo, 2015.
636 f.
- Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.
1. Edição diplomática. 2. Portugueses no Marrocos. 3. Século XVI. 4. Crônicas e relatos históricos. 5. Humanidades Digitais. I. Paixão de Sousa, Maria Clara, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

LOMBARDO, Elena.

Título: Do *grande incendio que com tam raro movimento a Berberia perturbou*: estudo e edição diplomática de um relato histórico quinhentista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Clara Paixão de Sousa.

Aprovada em: 17/09/2015

Banca Examinadora

Prof ^a . Dr ^a . Maria Clara Paixão de Sousa	Universidade de São Paulo
Julgamento: Aprovada	Assinatura:_____
Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto	Universidade de São Paulo
Julgamento: Aprovada	Assinatura:_____
Prof. Dr. Johannes Kabatek	Universität Zürich
Julgamento: Aprovada	Assinatura:_____

Al nonno Franco e alla nonna Annamaria

Agradecimentos

Talvez o momento mais difícil na redação de uma dissertação seja aquele em que é preciso conseguir traduzir em palavras a gratidão para todos os que, de uma forma ou de outra, ajudaram e suportaram ao longo da pesquisa.

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Prof.^a Dr.^a Maria Clara Paixão de Sousa, que aceitou o desafio de me orientar e conseguiu sorrir dos meus erros e pretensões de pesquisadora inexperiente, sem nunca me fazer sentir inadequada.

Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Verena Kewitz, pela disponibilidade e as preciosas observações no exame de Qualificação.

Agradeço, com o constrangimento de quem sabe que as palavras nunca poderão equivaler aos fatos, ao Mauro, meu companheiro, meu amigo, meu familiar, meu mestre e constante inspiração, meu incansável suporte. Sem você, nada disso teria sido possível.

Ringrazio i miei fratelli Francesco e Luisa, che saranno sempre i “compagni” e la ragione del mio viaggio. I miei genitori Nicola e Nicoletta per l’amore, sicurezza, fiducia e comprensione che hanno sempre il potere di meravigliarmi ed emozionarmi. I nonni materni e paterni, costante esempio di vita. Le mie cugine paterne, dolci sorelle ritrovate dopo tanti anni: Manuela, che mi ha dischiuso le porte della sua vita a Madrid, e Irene, che con pazienza e interesse ha accompagnato gli ultimi momenti della correzione della dissertazione, a Trapani.

A minha inexprimível gratidão às três mulheres que foram para mim uma família em São Paulo e que acompanharam com interesse todos os momentos da pesquisa, inspirando-me e incentivando-me até ao último minuto – Midori, Gabriela, Fabiana. A cumplicidade e o amor que nos unem serão sempre

inefáveis segredos aos olhos dos outros.

Ao Daniel, que compartilhou comigo a excitação e os medos de um novo continente, que me introduziu ao LaTeX, que inspirou meu interesse pelo digital, que sempre teve um sorriso e uma palavra de carinho para mim.

À família Riolfi-Barzotto – Valdir, Claudia, Laura e Domenico – pelo acolhimento desde os primeiros meses em São Paulo e pelo constante apoio e carinho.

Serei sempre grata aos que estiveram presentes não apenas nos momentos de alegria, mas sobretudo naqueles de dificuldade: Carol Donadio, Anderson Lima da Silva, Diego Amaral *Tatu*, Diego Scalada, Virgínia e Danilo, Andréa Mansano *Déia*, Ana Paula Souza *Paulinha*. A Thomaz Kawauche, Eduardo Tommasini, Thiago Azevedo e Bárbara Villaga, Ciro Lourenço e Paula Caldeira agradeço também pelos intermináveis jantares *gourmet*, pelo vinho, a música, a contagiante alegria. Às colegas e amigas do Grupo de Pesquisa em Humanidades Digitais, que compartilharam comigo projetos e desencantos, sempre com entusiasmo e sorrisos – Gilcélia de Menezes da Silva, Bruna Baldini de Miranda, Marília de Almeida, Letícia Monho. Aos amigos do Grupo de Pesquisa em Imagens da Língua, pelo companheirismo e apoio – Arali Lobo Gomes, Milan Puh, Carolina Evangelista, Rafael Barreto do Prado. À Ylenia Vittuari, mulher corajosa, ótima pesquisadora, amiga querida, pela ajuda proporcionada em Lisboa.

Agradeço aos professores que me ouviram, aconselharam e ensinaram ao longo de todo o percurso de pesquisa: Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, Prof.^a Dr.^a Vanessa do Monte, Prof. Dr. Phablo Marchis Fachin, Prof. Dr. Johannes Kabatek, Prof. Dr. José Simões, Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho. Um agradecimento aos colegas pesquisadores do Projeto para a História do Português Paulista.

Ao Marcelo Jungmann Pinto, pelo carinho e as profícuas conversas nos dias passados em Santiago, e aos professores pesquisadores do Centro de Estudios Árabes da Universidad del Chile, sobretudo os Profs. Drs. Rodrigo Karmy Bolton e Kamal Cusmille Marzouka.

Ao Rafael Falasco, por compartilhar do tema de pesquisa e por me sugerir uma parte da bibliografia sobre as crônicas.

Agradeço a todos aqueles que me proporcionaram momentos de distração e descontração, permitindo-me voltar à pesquisa com energias renovadas e nova paciência. Aos ítalo-paulistanos Mario, Francesca, Vinicio e Mara que, com a pluralidade de seus sotaques, os inevitáveis comentários tragicômicos sobre as experiências de migrantes e a sinceridade de seu carinho, sempre me fizeram sentir em casa.

Aos que compartilharam seu tempo, suas risadas e seus conselhos comigo, do faroeste paulista à França, passando pelos botecos e salas-de-estar paulistanas: Renan Buchini, Emerson Pessoa *Curuja*, Francisco *Xico* Veiga, Bruno Duarte, Romain, Glalce, Martha e Paulo. Ao Dan Muro, pela sintonia e carinho. Ao Rafael Gargano, pela companhia e inspiração nos primeiros meses em São Paulo. Ao Roberto Propheta, pelo suporte.

Aos colegas circenses e aos meus queridos alunos de italiano, pelo carinho, respeito e paciência.

Agradeço aos inextimáveis Rosely e Júlio, do Departamento de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculas, pela paciência e apoio. Aos funcionários das Bibliotecas Nacionais de Portugal, de Espanha e de França; em especial aos da BNP, pela extrema gentileza, paciência e disponibilidade.

Agradeço, finalmente, à CAPES pela concessão do financiamento desta pesquisa, sem o qual seria impossível realizá-la.

Resumo

LOMBARDO, Elena. **Do grande incendio que com tam raro movimento a Berberia perturbou: estudo e edição diplomática de um relato histórico quinhentista.** 615 pp. 2 vols. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Neste trabalho apresenta-se um estudo filológico conduzido sobre um manuscrito do século XVII contido no COD. 13282 da Biblioteca Nacional de Portugal – o *Sumario de todas as cousas succedidas em Berberia desde o tempo que começou a reinar o Xarife Mulei Mahamet no anno de 1573 te o fim do anno de sua morte 1578 no dia da batalha d’Alcaçer Quibir, em que se perdeu Dom Sebastiam Rey de Portugal*. Além do códice em questão, o texto é registrado em outro manuscrito – o Ms. N° 41, Serie 2422 da Biblioteca Nacional de Espanha, editado em 1987 por Francisco Loureiro com o título *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião (1573-1578)*. O tratamento reservado ao texto por Loureiro – a preferência por uma edição modernizada, não precedida por outra que respeitasse a língua original, unido ao fato de o estudioso desconhecer o manuscrito da BNP – define um problema. O que se esconde por trás da proposta de Loureiro é a representação de uma questão maior, que abarca difusamente as práticas de publicação dos relatos e crônicas sobre as relações luso-marroquinas. Por isso, fez-se essencial repassar as principais perspectivas metodológicas concernentes às edições deste conjunto documental. A partir de tal reflexão, o presente trabalho assume como tarefa disponibilizar ao público acadêmico uma fonte para a História da Língua em uma forma adequada, propondo uma descrição codicológica do manuscrito da BNP juntamente com sua edição diplomática. A metodologia adotada reflete principalmente a proposta teórica de Ivo Castro e Maria Ana Ramos

(1986), que sugerem basear as escolhas editoriais na distinção entre estratégia e táticas de transcrição, introduzindo o conceito de “campo bibliográfico”.

Palavras-chave: Edição diplomática; Portugueses no Marrocos; Século XVI; Crônicas e relatos históricos; Humanidades Digitais.

Abstract

LOMBARDO, Elena. **The *grande incendio que com tam raro movimento a Berberia perturbou*: analysis and diplomatic edition of a 16th century portuguese historical account.** 615 pp. 2 vols. 2015. Thesis (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

In this work we report on a philological study of a 17th century manuscript included in COD. 13282 of the National Library of Portugal – the *Sumario de todas as cousas succedidas em Berberia desde o tempo que começou a reinar o Xarife Mulei Mahamet no anno de 1573 te o fim do anno de sua morte 1578 no dia da batalha d’Alcaçer Quibir, em que se perdeu Dom Sebastiam Rey de Portugal*. The text is also contained in the Ms. N° 41 Serie 2422 of the National Library of Spain, published in 1987 by Francisco Loureiro, who entitled it *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião (1573-1578)*. However, Loureiro’s editorial choices (e.g. his preference for a modernized edition, not preceded by another that would respect the original language of the text, besides the fact he was not aware of the existence of the BNP manuscript) represent a problem. Moreover, Loureiro’s proposal takes back to a broader issue, which regards the publication practices of the chronicles and historical accounts about Portuguese occupation of Barbary. Therefore, we examined the main methodologies used for the publication of these documents. From these reflections, we assumed the task of making a linguistic source available to the academic audience, by proposing a codicological description of the BNP manuscript and its diplomatic edition. The methodology adopted refers mainly to the theoretical proposal of Ivo Castro and Maria Ana Ramos (1986), who suggest to establish the editorial criteria upon the distinction between transcription strategy and tactics and introduce the concept of “bibliographical field”.

Key-words: Diplomatic edition; Portuguese occupation of north-west Africa; 16th century; Chronicles and historical accounts; Digital Humanities.

Lista de Figuras

1.1	A área geográfica ocupada pelos portugueses ao longo dos séculos XV e XVI. Mapa de Omar-Toons	8
1.2	A cidade de Ceuta representada no <i>Civitates Orbis Terrarum</i> de Franz Braun (1572). ©The Hebrew University of Jerusalem & the Jewish National & University Library	11
1.3	A tomada de Tânger (1471) representada nas Tapeçarias de Pastrana (atribuído à oficina de Passchier Grenier, c. 1471-1475; Colegiada da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara). ©Fundação Carlos de Amberes)	13
1.4	A situação política no Marrocos no começo do século XVI. Mapa de Omar-Toons	16
1.5	A costa marroquina representada em um mapa atribuído a Sebastião Lopes – segunda metade do século XVI (detalhe). Imagem de domínio público	18
1.6	As etapas do caminho de Dom Sebastião rumo ao campo de batalha dos Três Reis. Mapa de Mohammed El Fasi, in <i>História geral da África</i> , vol. V, 2010	21
3.1	Reprodução das marcas d’água do COD. 13282	109
3.2	<i>Manicula</i> no fólio 243r	111
3.3	Símbolo do fólio 244r	111
3.4	Marca d’água – MS. nº 41 Serie 2422 BNE	116
3.5	Exemplo da estrutura de um documento em LaTeX	123
3.6	Exemplo do <i>output</i> de um documento em LaTeX	124
3.7	Letras separadas: “de ver de ser”	128

3.8	Letras juntas: “emuito”	128
3.9	Letras juntas: “oõ passava”	128
3.10	Letras separadas: “de antes era divisa”	129
3.11	<L> e <l>	129
3.12	Diferenças de módulo: <C>	129
3.13	Diferenças de módulo: <c>	129
3.14	Diferenças de módulo: <X>	130
3.15	Diferenças de módulo: <x>	130
3.16	Letras ramistas: <i>	130
3.17	Letras ramistas: <j>	130
3.18	Letras ramistas: <I>/<J>	130
3.19	Letras ramistas: <I>/<J>	130
3.20	Sinal de nasalidade: não	131
3.21	Sinal de nasalidade: Christaõs, a alguõ dos quaes	131
3.22	Sinal de nasalidade: e cõmũ lingoajem era	131
3.23	Exemplo de ficha catalográfica	155

Lista de Tabelas

1.1	Linha do tempo	25
2.1	Recapitulação dos dados bibliográficos das crônicas	89
2.2	Representação dos campos bibliográficos das obras analisadas .	90

Sumário – Volume 1

Introdução	1
1 O cenário histórico	5
1.1 Uma possível cronologia	9
1.2 Linha do tempo	23
2 <i>Para achar o caminho na floresta</i> – o contexto documental	26
2.1 A Filologia – práticas tradicionais e perspectivas do digital . .	28
2.1.1 Acerca da Filologia	28
2.1.2 Práticas	31
2.1.3 Perspectivas	35
2.2 As crônicas e os relatos históricos	40
2.2.1 Crônicas Históricas Portuguesas – problematização de uma noção	42
2.3 Revelando os textos	48
2.3.1 Os relatos históricos de assunto luso-marroquino – pu- blicações de conjuntos documentais	56
2.3.2 Os relatos históricos de assunto luso-marroquino – pu- blicações avulsas	77
2.4 Considerações parciais	85
3 O <i>Sumario</i>: estudo e edição diplomática	94
3.1 O <i>Sumario de todas as cousas succedidas em Berberia</i>	96
3.2 Análise material dos testemunhos	106
3.3 A edição diplomática	120

Referências bibliográficas	135
Apêndice: Catálogo dos dados bibliográficos das crônicas e relatos históricos	152

Volume 2 – Transcrição do COD. 13282

Capítulo 1	193
Capítulo 2. do que Maluco fez depois da Morte del Rey seu Jrmaõ, e da Embaixada do gran Turco para o Xarife Mulei Mahamet, e de sua reposta	199
Capítulo 3. de como Maluco moveo guerra ao Xarife Mulei Mahamet, e da Batalha que com elle teue no rinçon junto de Fez	203
Capítulo 4. da segunda batalha que o Xarife deu ao Maluco, e sua retirada a Marrocos. e perseguido, se foi aos montes Claros	213
Capítulo 5. Chegado o Xarife aos montes claros oquiseraõ roubar os Barbaros, eo q̄ passou caminhando pellas serras dentro	221
Capítulo 6. como o Maluco Abdel Melec, ocupou o Reino de Sus, e da embaxada q̄ o Xarife lhe mandou a Marrocos	227
Capítulo 7. em que se prosegue os successos do Xarife, antes, e depois de se juntar aos Christaõs	231
Capítulo 8	247
Capítulo 9	265
Capítulo 10	281
Capítulo 11	297
Capítulo 12	315
Capítulo 13	331

Capítulo 14	343
Capítulo 15. .dos rebates que ouve no arrayal estando em Arzilla, e do ã a conteceo em hum aã El Rey a cudiu ate muito longe com toda a gente de Cavallo	359
Capítulo 16. Do conselho ã El Rey teue na sua tenda, estando alojado ao redor dos muros d'Arzilla, sobre o aballo ã dalli queria fazer, para ir dar em Larache, se o faria por mar, se por terra	379
Capítulo 17. De como El Rey partio com seu exercito do Campo d'Arzilla, e do que soccedeo, nos primeiros dous alojamentos E de como El Rey se quisera retirar ao terceiro dia	403
Capítulo 18. que trata de como o Malluquo veyo de Marrocos a sair ael Rey ao Caminho, e da falla ã fez aos seus, junto de Alcacere	423
Capítulo 19. Que trata, do que se sentia da Jornada, no exercito Christam, e do que passou o Capitam Aldana com El Rey em hum discurso ã se fez sobre as Cousas da guerra	447
Capítulo 20. de como indo El Rey, com seu exercito caminhando pella estrada d'Alcacere, se descubrio gente groça de mouros, da outra parte da ponte, e da mudança do Caminho, e conselho, ã sobre isso teve no soveral de Larache	469
Capítulo 21. De como el Rey tornou a determinar de passar o Rio pello Caminho d'Alcacer, e de como o passou, e do mais ã lhe succedeo ao Domingo	491
Capítulo 22. de como El Rey ordenou seu Campo, e Abalou para ir dar batalha ao Maluco, e d'alguã successos particulares que soccederam ao formar dos esquadroẽs	517
Capítulo 23. em que se prosegue o sucesso da batalha, em ã foi vencido, e morto El Rey Dom Sebastiam, morrendo tambem nella, o Maluco, eo Xarife	549
Índices	599
Índice onomástico	599
Índice toponímico	607
Índice de abreviaturas	611
Critérios utilizados na transcrição de nomes árabes	612

*Durante dois anos removeu as pedras
incansavelmente vasculhou as ruínas
durante dois anos depois do terramoto.
Ele sabia que ali sob a torre caída
em cada palavra em cada manuscrito
estava a nossa perdida perdida memória.
E durante dois anos incansavelmente
procurou nas ruínas removeu as pedras.*

*Tu que dizes de ti a parte mais visível
não esqueças a lição de Manuel da Maia
o arquitecto que reconstruiu a História.
Algures dentro de nós há uma torre caída
algures na perdida perdida memória.
Procura aí a crónica e o poema
nessa Torre do Tombo destruída
não apenas arquivos papéis pergaminhos
procura o sangue do teu sangue o nome do teu nome
procura a História já sem vida e a vida feita História
procura o tempo e seu sentido
sob a torre caída de nossa perdida
perdida memória.*

Manuel Alegre, *Lição do arquitecto Manuel da Maia*
in *Atlântico* (1981)

Introdução

Neste trabalho apresenta-se um estudo filológico conduzido sobre um relato quinhentista anônimo da campanha de África do rei D. Sebastião de 1578 – o *Sumario de todas as cousas succedidas em Berberia desde o tempo que começou a reinar o Xarife Mulei Mahamet no anno de 1573 te o fim do anno de sua morte 1578 no dia da batalha d’Alcaçer Quibir, em que se perdeo Dom Sebastiam Rey de Portugal*. As informações a seu respeito são quase nulas, mas pode-se inferir, por meio de dados contidos no texto, que foi redigido por um homem de armas português que participou diretamente dos fatos relatados.

O *Sumario* é registrado em dois manuscritos, ambos do século XVII: o Ms. N° 41, Serie 2422 da Biblioteca Nacional de Espanha e o COD. 13282 da Biblioteca Nacional de Portugal. Apenas o primeiro foi editado: em 1987, Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro publicou uma edição de divulgação com o título *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião (1573-1578)*.

O estudioso, de fato, desconhecia o manuscrito da BNP, que ainda permanece inédito. Além disso, o tratamento reservado ao texto pelo editor – a preferência por uma edição modernizada, não precedida por outra que respeitasse a língua original – inviabiliza sua utilização como fonte para os estudos linguísticos. Em outras palavras, poderíamos afirmar que o “campo bibliográfico” do *Sumario* permanece lacunoso. O conceito de campo bibliográfico foi introduzido em 1986 por Maria Ana Ramos e Ivo Castro, que o definem como o conjunto de edições disponíveis de um dado texto. Para que o campo bibliográfico seja considerado completo é necessário que haja variedade de edições que vão de encontro às exigências de diversos públicos.

Por exemplo, uma edição diplomática ou semidiplomática é dirigida essencialmente a um público especializado de linguistas, enquanto as exigências de um público mais geral podem ser satisfeitas por uma edição interpretativa ou mesmo modernizada. No caso do *Sumario*, os campos bibliográficos dos dois manuscritos são formados unicamente pela edição modernizada de Loureiro do Ms. N° 41.

Tal constatação revela a absoluta necessidade de intervir no quadro das publicações desse texto, trazendo à luz o manuscrito inédito por meio de edições – diplomática, semidiplomática e, posteriormente, uma edição crítica, utilizável tanto pelo público acadêmico quanto pelo público geral. Isto posto, nosso objetivo foi ocupar-nos da primeira destas tarefas, editando o COD. 13282 da BNP.

Considerar os relatos históricos – e o *Sumario* especificamente – no âmbito da Filologia significa abordar também outro campo teórico indissoluvelmente ligado a esta – a História. Por isso, para compreender melhor o lugar do *Sumario* e sua significação, repassaremos em linhas gerais alguns dados históricos. Tal tema pautará nosso primeiro capítulo, em que abordaremos o contexto da ocupação portuguesa do noroeste da África e as vicissitudes que levaram à organização da campanha de D. Sebastião. Haja vista que, de forma geral, os historiógrafos de língua portuguesa não se debruçaram sobre as fontes árabes, nossa proposta será recorrer, além das fontes portuguesas, também a historiadores franceses que levaram em conta tanto estas como as fontes árabes, em uma tentativa de apreender outras facetas da questão.

Ao longo do segundo capítulo, nos ocuparemos de contextualizar nosso trabalho no âmbito do fazer filológico. Para tanto, em um primeiro momento, iremos percorrer as principais acepções de Filologia e observaremos que se trata de uma ciência propedêutica para todo e qualquer estudo que se debruce sobre fontes antigas. Após ter recordado as práticas filológicas tradicionais, será nosso interesse apontar as consequências trazidas pela introdução do digital, revelando como isso não representou apenas a disponibilização de novas ferramentas de trabalho. O que almejaremos sinalizar, em consonância com os “humanistas digitais”, é que o digital, ao contrário, promove uma ressignificação do fazer filológico no século XXI: a (i)materialidade do livro e

a mudança na sua estrutura transformam tanto o processo de escrita (transbordamento da figura do autor, por exemplo), quanto o de leitura (leitura não linear e portanto maior autonomia do leitor), implicando a necessidade de se repensar as metodologias e resultados do *labor* filológico. Entre os remanejamentos propiciados pelo digital destaca-se um novo paradigma de edição capaz de reunir os diferentes tipos de edição tradicional em um só ambiente.

Em um segundo momento, nos propomos a inserir o *Sumario* no conjunto documental a ele coevo, guiados por algumas questões fundamentais, a saber: quais são os relatos sobre a ocupação portuguesa do noroeste da África? Dentre estes, quais foram editados, com quais metodologias e quais são seus graus de fidedignidade? Para cada texto editado, quais públicos foram atendidos e quais eventualmente não foram contemplados? Nesta perspectiva, percorrendo os projetos editoriais que trabalharam com conjuntos de crônicas e, igualmente, aquelas editadas individualmente, formulamos um diagnóstico do quadro editorial desses textos, que demonstrou a absoluta necessidade de edições fidedignas voltadas para um público especializado de linguistas e acadêmicos no geral.

O que se esconde por trás da proposta de Loureiro é, então, a representação de uma questão maior, que abarca difusamente as práticas de publicação dos relatos históricos sobre as relações luso-marroquinas. Em regra, tais fontes não dispõem de edições utilizáveis em estudos linguísticos, fato que, a nosso ver, poderia subentender que os aspectos linguísticos da ocupação portuguesa não foram considerados.

A partir dessa reflexão, o presente trabalho assume como tarefa disponibilizar ao público acadêmico uma fonte inédita e não oficial sobre os portugueses no Marrocos em uma forma adequada para estudos linguísticos, propondo uma descrição codicológica do manuscrito da BNP juntamente com sua edição diplomática. A metodologia adotada reflete principalmente a proposta teórica de Ivo Castro e Maria Ana Ramos (1986), que, como vimos, sugerem basear as escolhas editoriais na distinção entre estratégia e táticas de transcrição, introduzindo o conceito de “campo bibliográfico”. No âmbito de nossa estratégia é preciso ressaltar principalmente a utilização do programa LaTeX,

que foi fundamental na realização da transcrição. Nosso trabalho é, portanto, inédito, já que nossa tarefa é devolver ao texto fidedignidade filológica, além de coerência temporal, realçando suas características originais.

Capítulo 1

O cenário histórico

*Oh gran bontà de' cavallieri antiqui!
Eran rivali, eran di fè diversi,
e si sentian degli aspri colpi iniqui
per tutta la persona anco dolersi;
e pur per selve oscure e calli obliqui
insieme van senza sospetto aversi.*

— Ludovico Ariosto, *Orlando furioso*, canto I, oitava 22

Em 1415, o exército chefiado por D. João I de Portugal¹ cercou e conquistou a cidade de Ceuta,² no norte da África. Trata-se do primeiro de uma série de empreendimentos que, ao longo dos dois séculos seguintes, oficializaram o contato dos portugueses com as populações berberes³ e árabes do Magrebe ocidental. A ocupação de cidades costeiras no norte do território e a edificação de fortalezas no sul, motivada em um primeiro momento por um zelo de cruzada contra os “infiéis”, asseguraram aos portugueses uma base para as explorações geográficas e os comércios com as populações subsarianas, tanto que os historiadores costumam considerar este período como um prelúdio dos Descobrimentos. Do ponto de vista político, as relações entre as

¹ Rei de Portugal entre 1385 e 1433.

² Em nosso texto, escolhemos manter a grafia dos nomes árabes comumente aceita na bibliografia em língua portuguesa, assinalando devidamente em nota de rodapé o original em árabe e sua respectiva transliteração, bem como todas as variantes em caso de divergência de grafias ou de nomes em desuso. Os critérios de transliteração podem ser consultados no Apêndice.

³ Populações de diferentes etnias falantes da língua berbere e de seus dialetos. Habitavam o norte da África anteriormente às invasões dos séculos VII e VIII dos árabes, pelos quais foram islamizados e, em parte, arabizados.

duas culturas interromperam-se apenas depois da batalha de Alcácer-Quibir (1578).

Esses duzentos anos de empreitadas militares, comércios e intercâmbios são os acontecimentos a partir dos quais o *Sumario* é redigido; deles – e, mais especificamente, da última campanha portuguesa no Marrocos – tal texto pretende constituir espelho fiel. Assim sendo, para melhor entender as circunstâncias de redação e as referências contextuais da obra, faz-se necessário apresentar resumidamente alguns dados históricos acerca da ocupação portuguesa do noroeste da África, o que faremos nas páginas a seguir. É apenas a título de elucidação que empreenderemos esse fazer, não sendo nosso propósito nos enveredar nos caminhos da Historiografia. Apesar da tentativa de evitá-lo a todo custo, em alguns momentos a impossibilidade de aprofundar adequadamente todos os acontecimentos poderá resultar em uma sequência de datas e lugares, por cuja aridez nos desculpamos de antemão. Além disso, antes de adentrarmos na cronologia, ulteriores considerações metodológicas se fazem necessárias.

Em primeiro lugar, como vimos, os portugueses permaneceram no norte da África durante praticamente dois séculos. Apesar disso, nos textos em língua portuguesa sobre a Expansão, ao tópico são dedicadas poucos parágrafos em que as relações entre as duas partes em questão se resumem a hostilidades e escaramuças.⁴ Muitos especialistas baseiam-se apenas nas fontes primárias em português e acabam estabelecendo uma cronologia medida pelos empreendimentos militares dos próprios portugueses.⁵ Em contraposição a tais práticas, tentaremos reportar um histórico que abarque, pelo menos em linhas gerais, não apenas o ponto de vista divulgado por tais estudiosos, mas também a situação política e os acontecimentos militares dos reinados marroquinos.⁶

⁴Veja-se, a título de exemplo, ALBUQUERQUE, Luís de. **Os Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Alfa, 1985 e BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1969.

⁵Por exemplo, LOPES, David. **A expansão em Marrocos**. Lisboa: Editorial Teorema, 1989. Nesse cenário, representam uma importante exceção as obras de António Dias Farinha.

⁶Para o histórico dos acontecimentos militares portugueses, além de algumas das crônicas reportadas no capítulo 2, nos baseamos nos livros do próprio Lopes (op.cit.) e Farinha (DIAS FARINHA, António. **Os portugueses em Marrocos**. Instituto Camões, 1999). Quanto às informações referentes à história das dinastias marroquinas, referimo-nos especialmente a Coissac de Chavrebière (COISSAC DE CHAVREBIÈRE, Jean-Baptiste. **Histoire du Maroc**. Paris: Payot, 1931), a Henri Terrasse (TERRASSE, Henri. **Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français**. Dois volumes. Casa-

Além de apresentar dados superficiais, os estudiosos tendem a empregar inadequadamente as palavras “Marrocos” para indicar as terras interessadas pela expansão e “mouros” para indicar seus habitantes. Tais termos, de fato, ao serem utilizados sem contextualização, acarretam imprecisão e um certo julgamento de valor. Para não incorrer no mesmo erro, achamos que convém discutir brevemente em qual acepção devem ser entendidos.

Quanto à área ocupada pelos portugueses (uma faixa da costa norte-ocidental africana que vai de Ceuta até Agadir), o território pertence hoje politicamente ao Reino de Marrocos, com a exceção de Ceuta, que é cidade autônoma de Espanha. Já nas fontes quatro e quinhentistas a maneira de referenciar a terra apresentava grandes variações. Um levantamento efetuado em *Crônicas Históricas Portuguesas* da época apontou, entre outras, para as seguintes expressões: mourama, mourisma, terra de mouros, (partes de/ terras de) África, (Algarve d’)Além mar, terra de Benamarim, terra dos infiéis, Berbéria. Dentre as entidades políticas marroquinas, os portugueses reconheciam pelo menos o Reino de Fez e o Reino de Marrocos, o de Tafillet, de Tremecém, do Sus, de Dara e, finalmente, o de Belles. Ao longo de nosso texto, utilizaremos alternativamente as expressões Marrocos, Berbéria e noroeste da África. Ao adotar “Marrocos”, nos alinhamos à escolha tradicional dos historiógrafos portugueses; entretanto, estamos conscientes de que se trata de um termo um tanto quanto anacrônico, já que, na época da ocupação, tal topônimo referia-se à cidade hoje conhecida como Marrakesh, bem como a seu respectivo reino. “Berbéria”, que indicaria um território hoje correspondente às costas do Marrocos, da Argélia, da Tunísia e da Líbia, e “noroeste da África”, por sua vez impreciso, tentam suprir à falta de um termo adequado para nomear a área em questão.

blanca: Editions Atlantides, 1949-1950) e aos volumes IV e V da *História Geral da África* (KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África**. Oito volumes. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010), que consultaram também fontes em árabe.

Figura 1.1: A área geográfica ocupada pelos portugueses ao longo dos séculos XV e XVI. Mapa de Omar-Toons

Quanto ao segundo termo, ao longo de nosso texto, “mouro” será utilizado em referência às populações árabes e berberes não por razões ideológicas, e sim por comodidade. Neste sentido, vale lembrar as reflexões expostas por Blackmore no seu livro de 2008, em que o autor se distancia da

prática imperialista de reduzir, por meio de um rótulo, a diversidade demográfica africana a uma massa indiferenciada de alteridade. Em vez disso, [afirma o autor,] emprego esta palavra por fazer parte do patrimônio lexical e conceitual da Idade Média tardia e da primeira modernidade e, portanto, por ser uma componente do pensamento histórico e do imaginário da época. [...] Esta formulação tem a vantagem de subentender a figura do mouro como construída por ideologias, tradições literárias ou circunstâncias histó-

ricas [...].⁷

Fechado esse breve parêntese, podemos passar à narração dos acontecimentos históricos.

1.1 Uma possível cronologia

No começo do século XV, o território do Marrocos era dividido de leste a oeste entre dois reinos, resultado da fragmentação do império Merínida em 1374. A norte, o reino de Fez⁸ era ainda governado pelos Merínidas,⁹ dinastia berbere em declínio; a sul, Marrakesh¹⁰ era governada pelos emires da tribo berbere dos Hintata.

O ataque a Ceuta,¹¹ planejado durante seis anos, foi levado a cabo em agosto de 1415.¹² O rei D. João I, acompanhado pelos três infantes mais velhos (D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique) e por um grande número de fidalgos, chefiava um exército numeroso, composto por soldados de diferentes origens. A batalha durou um dia e teve êxito positivo para os portugueses. Após o saque, a consagração da mesquita como igreja da Nossa Senhora da Assunção e a cerimônia em que os infantes foram armados cavaleiros, o rei reuniu o Conselho e decidiu manter a cidade.¹³ Apesar da ressonância do

⁷In using the term “Moor” to name the African I do not mean to repeat the imperialist practice of reducing the demographic diversity of Africa to an undifferentiated mass of otherness with one label. Rather, I employ this etymon since it was part of the lexical and conceptual currencies of the late-medieval and early-modern periods and so was a component of historical and imaginative thought. [...] This formulation has the advantage of understanding the figure of the Moor as constructed by ideologies, literary traditions, or historical circumstances [...]. (BLACKMORE, Josiah. **Moorings: Portuguese expansion and the writing of Africa**. University of Minnesota Press, 2008, Kindle Edition. Adquirido de Amazon.it em junho de 2013). As traduções das citações propostas ao longo do texto, onde não diversamente indicado, são de nossa responsabilidade.

⁸Em árabe فاس (Fās).

⁹A dinastia Merínida governou entre 1217 e 1465. Em árabe o nome da dinastia é بنو مرين (Banū Marīn). O nome que aparece eventualmente nas crônicas é Benamarim ou Belamarim.

¹⁰Em árabe مراکش (Marrākīš). Nas fontes portuguesas, Marrocos. Os nomes árabes ao longo do presente capítulo e aqueles reportados nos Índices foram obtidos por consulta às páginas árabes da Wikipedia e conferidos no Dicionário Árabe-Inglês (WEHR, Hans; COWAN, J. M. **Arabic-English Dictionary**. Ithaca: N.Y. Spoken Language Services, 1976), quando possível. A transliteração de tais nomes é de nossa responsabilidade, sendo que os critérios seguidos são reportados na sequência dos Índices, na seção Critérios utilizados na transcrição de nomes árabes.

¹¹Em árabe سبت (Sabta).

¹²Nesta época era rei de Fez Abu Said (em árabe أبو سعيد عثمان بن أحمد Transliteração: ‘abū saī’d ‘uṭman bin ‘ahmad).

¹³Tais formalidades foram mantidas como ritual praticado após o ingresso nas cidades marroquinas conquistadas a partir dessa data.

empreendimento e do apoio dos outros países europeus à fundação de uma Igreja Africana – como testemunham as bulas papais que se sucederam a partir de 1442¹⁴ – começaram a perfilar-se dificuldades de defesa e um elevado custo de manutenção da praça-forte, provocando um grande descontentamento tanto na pátria, como em Ceuta. Com isso, abriu-se um debate sobre a possibilidade de conservação da cidade destinado a prolongar-se durante toda a permanência dos portugueses na Berbéria. Tal contenda, que aos poucos chegaria a referir-se a todas as possessões neste território, ecoa nos conselhos, pareceres e consultas pedidos pelos monarcas sobre a questão. A título de exemplo, podemos lembrar das cartas de D. Pedro, que demonstram sua opinião desfavorável tanto no que se refere à conservação de Ceuta, como, em 1436, à campanha de Tânger, que estava em preparação naquele ano. Trata-se, respetivamente, da Carta das Flandres, entre 1424 e 1428¹⁵ e do Conselho a D. Duarte de agosto de 1436.¹⁶ A população de Portugal, por sua vez, mostrou-se contrária à manutenção de Ceuta e à campanha de África já desde os primeiros momentos, devido a seu custo humano e económico. A prática de povoação das cidades ocupadas por desertores e condenados é reportada em crônicas da época e, na historiografia contemporânea, por António Oliveira Marques.¹⁷ Quanto ao custo económico, Lopes cita,¹⁸ por exemplo, a criação de uma taxa especial para a manutenção de Ceuta.

À morte de D. João I, o infante D. Duarte¹⁹ assumiu o governo e, em 1437, organizou uma nova expedição ao Marrocos que visava à conquista de Tânger.²⁰ O infante D. Henrique foi nomeado comandante do exército e foi acompanhado pelo infante D. Fernando e pelo conde de Arraiolos. O exército

¹⁴Por exemplo, a bula *Etsis suscepti* (1442), emanada pelo papa Eugénio IV, em que se concede indulgência plenária a todos os que defenderam Ceuta ou participaram das expedições contra os mouros.

¹⁵“Ceuta é grande sumidouro de gente, de armas e de dinheiro; e os homens de autoridade de Inglaterra e desta Flandres já não falam da honra e boa fama que sua conquista deu, mas sim no grande desacerto que é conservá-las com tanta perda e prejuízo do país” (*Apud* Lopes, op. cit., p. 12. Ao longo do tempo concedido para a pesquisa, não foi possível consultar os originais nem da Carta, nem do Conselho mencionado a seguir; assim sendo, iremos nos referir apenas ao conteúdo reportado por Lopes).

¹⁶“Pois era certo perder-se Portugal e não se ganhar África” (*Idem*).

¹⁷OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. **A sociedade medieval portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1974.

¹⁸Lopes, op. cit., p. 14.

¹⁹Rei de Portugal entre 1433 e 1438.

²⁰Em árabe **طنجة** (Tanja^t).

Figura 1.2: A cidade de Ceuta representada no *Civitates Orbis Terrarum* de Franz Braun (1572). ©The Hebrew University of Jerusalem & the Jewish National & University Library

tinha sido recrutado com muitas dificuldades e o ataque à cidade foi mal planejado. Desta forma, os mouros tiveram o tempo de organizar a defesa e os portugueses, cercados, renderam-se. Os habitantes de Tânger concordaram em deixá-los embarcar de volta para Portugal, mas com a condição de deixar refém o infante D. Fernando como garantia da devolução de Ceuta. Face à difícil conjuntura, D. Duarte convocou as Cortes em Leiria para decidir sobre a situação: enquanto o povo votou pelo abandono de Ceuta, outros, entre os quais o conde de Arraiolos, preferiram entregar a vida do infante em favor da presença portuguesa no norte da África. O debate alastrou-se – mesmo após a dissolução das Cortes – durante seis anos e, apesar dos seus pedidos de liberação, o infante morreu cativo em Fez em 1443, nas mãos de Lazeraque.²¹

²¹ Abu Zakariya (em árabe أبو زكرياء يحيى بن زيان الوطاس Transliteração: 'abū zakarīā' īahīā bin zīān

Enquanto isso, D. Duarte falecera em 1438, deixando o trono para D. Afonso V,²² cujo grande interesse pelas conquistas valeu-lhe o apelido de *o Africano*. Seu primeiro empreendimento no noroeste da África foi a tomada de Alcácer Ceguer,²³ em 1458. Esta batalha durou dois dias, no final dos quais a vila se rendeu. Tendo nomeado D. Duarte de Meneses capitão da nova praça, o rei retirou-se para visitar Ceuta. Logo, Abde Alaque²⁴ pôs cerco a Alcácer, mas teve que se recolher devido à resistência da cidade. Nova tentativa dos mouros foi empreendida no ano seguinte, tendo igual resultado.

O fracasso da oposição a este último ataque português foi consequência de uma crise política no reino de Fez que culminou no assassinato de Abde Alaque, em 1465, comportando a extinção da dinastia Merínida. Durante as lutas intestinas que se sucederam, destacou-se Muhammad al-Chaykh, filho de Lazeraque e conhecido pelos portugueses como Mulei Xeque. Da dinastia Oatácida, Muhammad al-Chaykh pôs cerco a Fez e a conquistou, vindo a reinar entre 1472 e 1504.²⁵

O segundo passo de D. Afonso V em território africano foi a tentativa de conquista de Tânger, entre 1463 e 1464: todavia, os três ataques que promoveu foram mal sucedidos. Em contrapartida, Arzila²⁶ foi tomada em 1471 com grande derramamento de sangue de ambos os lados. Mulei Xeque,²⁷ ocupado na luta para o trono de Fez, resolveu deixar a cidade na mão dos portugueses e empenhou-se na elaboração de um tratado de paz de vinte anos com D. Afonso V.²⁸ Conforme este tratado, o reino de Fez reconhecia

al-Waṭṭāsi), conhecido pelos portugueses como Lazeraque, foi regente de Fez entre 1420 e 1448, ano de sua morte. O cativo de D. Fernando, de acordo com Lopes (op. cit., pp. 20-22) ficou gravado na memória coletiva portuguesa, que lembra do infante como o *Infante Santo* e de Lazeraque como seu carrasco.

²²D. Afonso V reinou entre 1438 e 1481.

²³Em árabe القصر الصغير (al-Qsar al-Ṣaḡīr). Hoje em dia, o nome oficial em grafia latina é Ksar es-Seghir.

²⁴Abd al-Haqq (em árabe أبو محمد عبد الحق بن عثمان Transliteração: 'abū muḥammad 'abd al-haqq bin 'uṭman) foi rei de Fez entre 1420 e 1465. Nos últimos anos de seu mandato perdeu gradualmente prestígio até que foi morto em uma revolta em 1465.

²⁵A dinastia Oatácida governará até 1554.

²⁶Em árabe أصيلة (aṣīla^t).

²⁷Muhammad al-Chaykh (em árabe أبو عبد الله الشيخ محمد بن يحيى Transliteração: 'abū 'abd allāh al-ṣāliḥ muḥammad bin ṭāhīā).

²⁸A paz, na verdade, assumiu um caráter um tanto quanto precário devido à possibilidade, assegurada pelo próprio tratado, de determinadas cidades mouras continuarem perpetrando guerras entre si.

o domínio português das cidades já conquistadas e, além disso, consentia em trocar as duas mulheres e o filho de Mulei Xeque, que se encontravam em Arzila no momento da conquista portuguesa, pela ossada do Infante D. Fernando, ainda em Fez.²⁹ A conquista de Arzila criou uma profunda emoção entre os mouros, que abandonaram Tânger sem resistência. Desta forma, D. Afonso pôde aproveitar da situação e instalar-se na cidade; nomeou D. Henrique de Meneses capitão de Arzila e Rui Coelho capitão de Tânger. Passou então a intitular-se “Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África”.

Figura 1.3: A tomada de Tânger (1471) representada nas Tapeçarias de Pastrana (atribuído à oficina de Passchier Grenier, c. 1471-1475; Colegiada da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara). ©Fundação Carlos de Amberes)

Nos anos seguintes, a estipulação do tratado de paz e, ao mesmo tempo, o aumento das hostilidades recíprocas entre os reinos marroquinos favoreceram a instauração de relações de vassalagem entre algumas cidades costeiras e os portugueses. Safim,³⁰ por exemplo, pediu a proteção destes em 1488. Tal período de relativa estabilidade favoreceu a intensificação dos comércios portugueses na parte meridional do Magrebe.

²⁹O filho de Mulei Xeque, enquanto o próprio Mulei Xeque não levasse a cabo a conquista de Fez, foi levado para Portugal como garantia de devolução da ossada do infante Santo e lá permaneceu dois anos. Na sua volta ao Marrocos, ganharia o apelido de al-Burtuqali, *o português*. Seria então conhecido pelos portugueses como Mulei Mafamede al-Burtugali e pelos mouros como Muhammad al-Burtuqali (em árabe **أبو عبد الله البرتقالي محمد بن محمد** Transliteração: 'abū 'abd allāh al-burtuqālī muhammad bin muhammad). Já as mulheres foram resgatadas imediatamente.

³⁰Em árabe **أسفي** (āsfī). Hoje também conhecida como Safi.

Durante o breve reinado de D. João II,³¹ herdeiro de D. Afonso V, não houveram eventos dignos de nota por parte portuguesa. As relações comerciais e as escaramuças continuaram nas cidades ocupadas. Registra-se apenas a tentativa de construção de uma fortaleza na ilha da Graciosa, que, segundo informa Lopes,³² encontrar-se-ia “algumas léguas acima de Larache,³³ no rio Lucos, abaixo da sua confluência com o Mocazim, [...] no caminho de Arzila a Alcácer Quibir”. Tal tentativa falhou e os portugueses retiraram-se do lugar. Depois deste episódio, contudo, Larache foi fortificada pelos mouros.

À morte de D. João II, seu filho D. Manuel³⁴ assumiu o poder. Ao longo de seu reinado, além de levantar diversas fortalezas na costa marroquina, empenhou-se em prover as praças com mantimentos, pessoas e munições. As iniciativas sucedem-se de ano em ano, com extrema constância. Em 1505, João Lopes de Sequeira, nobre comerciante português, construiu a fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué.³⁵ Sequeira, todavia, não conseguiu sustentar as grandes despesas de manutenção e foi obrigado a vendê-la ao rei em 1513. Foi nomeado capitão da fortaleza Francisco de Castro. Em 1506, o monarca mandou Diogo de Azambuja edificar o Castelo-Real de Mogador,³⁶ que parece ter sido desocupado já em 1510. Em Aguz,³⁷ na foz do rio Tensift,³⁸ foi edificado outro castelo entre 1507 e 1508, provavelmente abandonado depois de 1521.³⁹

A cidade de Safim era vassala de Portugal desde pelo menos 1488. Em

³¹Entre 1481 e 1495.

³²*Ibidem*, p. 27.

³³Em árabe العرائش (al-‘arā’iṣ). Hoje também grafada como Laraxe.

³⁴D. Manuel I reinou entre 1495 e 1521.

³⁵Hoje Agadir.

³⁶Hoje Essaouira.

³⁷Hoje Souira Kedima.

³⁸Em árabe تانسيفت (tānsift). Pode ser encontrado nas fontes portuguesas também com a grafia Tencifte.

³⁹Lopes (op. cit., p. 29) relata a lenda moura segundo a qual os portugueses teriam erguido a fortaleza numa só noite, com o auxílio dos anjos. Tal lenda teria origem no procedimento de edificar castelos pré-fabricados em madeira como proteção contra os ataques dos mouros enquanto se acabava a estrutura em pedra e cal.

1508, Diogo de Azambuja, tendo-se apoderado da feitoria que lá existia, combateu os moradores e apossou-se da cidade.⁴⁰

Em 1508, após uma primeira tentativa de conquista fracassada pelo escasso número de contingentes portugueses, foi conquistada a cidade de Azamor,⁴¹ já vassala desde 1486.⁴² Em 1514, registra-se o levantamento da fortaleza de Mazagão,⁴³ a seguir capitaneada por Martim Afonso de Melo.

A campanha de expansão continua em 1515, com as celebrações do primeiro centenário da conquista de Ceuta. Neste ano, planejou-se edificar de uma fortaleza em Mamora,⁴⁴ na foz do rio Cebu. Antes de terminar o projeto, porém, o vice-rei da povoação homônima expulsou os portugueses. Este fato impediu a construção da fortaleza de Anafé,⁴⁵ planejada para ser erguida na sequência de Mamora e, de certa forma, marcou uma virada na história dos portugueses no Marrocos. De fato, a partir deste momento, os mouros organizam-se sistematicamente para responder às ofensivas portuguesas, chefiados pelo xarife do Suz, Alcaime,⁴⁶ e por seus filhos, Alárege⁴⁷ e Almadi.⁴⁸

Da dinastia árabe dos saadi, os xarifes⁴⁹ se consideravam descendentes de Maomé e restauradores do Islam. Alcaime foi alcaide do Suz entre 1511

⁴⁰A respeito da história dos portugueses em Safim, é interessante lembrar do caso de Bentafuf (em árabe يحيى بن تحفوف Transliteração: iahīā bin tahfūft). Antigo governador da cidade de Safim, colaborou com os portugueses depois deles se instalarem na cidade. Dele temos as cartas em *aljamia*, editadas pela primeira vez em 1897 por David Lopes (LOPES, David. **Textos em aljamia portuguesa**: documentos para a história do domínio português em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo. Lisboa: Imprensa nacional, 1897) e, em 2006, por Teixeira (TEIXEIRA, Suely Ferreira Lima. **Apontamentos para uma edição semidiplomática em aljamia portuguesa**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 2006. mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa). Trata-se de cartas em português grafado em caracteres árabes.

⁴¹Segundo Lopes (1989, p. 37), nas *Cartas* do Pe. António Vieira é reportado o ditado “tomar Azamor com uma caravelinha”, que teria origem nesse episódio.

⁴²Azamor em árabe é أزموور (azammūr).

⁴³Hoje El Jadida.

⁴⁴Hoje Mehdiya, também grafada Mehdiya.

⁴⁵Hoje Casablanca.

⁴⁶Trata-se de al-Qaim (em árabe أبو عبد الله محمد المهدي القائم بأمر الله Transliteração: 'abū 'abd allāh muhammad al-mahdī al-qā'im bi'mr allāh).

⁴⁷Ahmad al-Araj.

⁴⁸Trata-se de Muhammad al-Chaykh al-Mahdi (em árabe أبو عبد الله محمد المهدي Transliteração: 'abū 'abd allāh muhammad al-mahdī).

⁴⁹Referimo-nos aqui aos chamados “xarifes marroquinos” descendentes de Alcaime, como veremos. Os xarifes, na verdade, constituem mais genericamente um “grupo de nobreza hereditária” presente “nos países muçulmanos” (DIAS FARINHA, António. “Os xarifes de Marrocos (notas sobre a Expansão Portuguesa no norte da África)”. In: **Estudos de História de Portugal**, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, pp. 59-68).

Figura 1.4: A situação política no Marrocos no começo do século XVI. Mapa de Omar-Toons

e 1517. Alárege foi seu sucessor enquanto alcaide dos territórios a norte do Atlas.⁵⁰ Em 1524, conquistada a cidade de Marrakesh, Alárege abandonou a função de alcaide e instalou-se nesta cidade, sendo reconhecido pelo rei de Fez (1536). Alárege será rei de Marrakesh até 1544. Os dissídios entre os irmãos, começados já em 1536 na esteira de provocações perpetradas por Almadi, levaram-nos a uma guerra fratricida que terminou com a derrota do mais velho: em 1544, Alárege foi vencido e exilado.

Depois de 1544, Almadi dedicou-se à luta contra os reis Oatácidas, tomando definitivamente Fez em 1554. Desta forma, extinguiu formalmente a dinastia Oatácida e tornou-se sultão do Marrocos inteiro.⁵¹

⁵⁰Referidos como Montes Claros nas fontes portuguesas.

⁵¹A dinastia Saadiana permanecerá no poder até 1660.

Durante o reinado de D. João III,⁵² a precariedade da situação no Marrocos, causada pelos ataques dos mouros e pela desorganização econômica das praças, revelou-se em toda sua gravidade. Em Portugal, começou a ganhar força a opinião de que seria prudente abandonar as cidades marroquinas. Remonta a 1529 um parecer do duque de Bragança, pedido pelo rei acerca das praças de África, em que se afirma que “o rei de Portugal não é poderoso para acabar a conquista do reino de Fez”.⁵³ Em 1532, o rei solicitou ao Papa uma bula “que lhe permitisse derrubar algumas dessas fortalezas”, mas não obteve resposta.⁵⁴

O cenário piorou ulteriormente em 1534, quando os xarifes, por razões não apenas religiosas mas também econômicas, puseram cerco a Safim e a Santa Cruz. O rei consultou os homens do seu Conselho, cuja maioria se demonstrou, mais uma vez, contrária ao abandono das fortalezas. Em 1537, Alárege pôs cerco também a Azamor. Nos anos seguintes, as cidades portuguesas conseguiram resistir aos cercos. Porém, em 1541, Santa Cruz foi tomada pelo exército dos xarifes: é o momento em que o Papa responde à solicitação de D. João III com a bula *Licet Apostolicae Sedis*, autorizando a demolição das igrejas de África. A partir deste momento, as praças portuguesas foram gradualmente desocupadas: em 1542, foram derrubadas e despejadas Azamor e Safim; Mazagão, mantida, foi fortificada segundo os planos do arquiteto italiano Benedetto di Ravenna. Em 1549 e no ano seguinte, respetivamente, Arzila e Alcácer Ceguer foram abandonadas: ficavam nas mãos dos portugueses apenas Ceuta, Tânger e Mazagão.

D. João III virá a falecer em 1557. No mesmo ano, no reino de Fez, Almadi foi assassinado pelo capitão da guarda dos turcos, que possuíam os territórios do Magrebe oriental. Sucedeu-lhe o filho Abdalá⁵⁵ e, posterior-

⁵²De 1521 a 1557.

⁵³*Apud* Lopes, op. cit., p. 71.

⁵⁴*Idem*.

⁵⁵Nas fontes portuguesas Mulei Abdalá. Trata-se de Abdallah al-Ghalib (em árabe أبو محمد عبد الله

mente, o neto Mohammed.⁵⁶ Este eliminara os possíveis pretendentes ao trono, mandando matar um irmão, pondo o outro na prisão e afugentando os tios. Dois destes, Abde Almeliq⁵⁷ e Ahmad, refugiaram-se em Constantinopla, de onde tentaram negociar com Mulei Mohammed uma forma de dividir o reino. Todavia, tendo-se este recusando a ceder algum território, Abde Almeliq partiu para Argel, onde juntou um exército e moveu guerra ao sobrinho. Os dois pretendentes ao trono confrontaram-se duas vezes em 1574, e em ambas Mulei Mohammed saiu derrotado e traído por suas próprias tropas. Almeliq foi proclamado rei em Fez, enquanto Mulei Mohammed fugiu e pediu auxílio aos europeus. Os espanhóis, que tinham estabelecido um pacto de não agressão com Almeliq, resolveram não se envolver no conflito, enquanto os portugueses de Ceuta acolheram-no.

Figura 1.5: A costa marroquina representada em um mapa atribuído a Sebastião Lopes – segunda metade do século XVI (detalhe). Imagem de domínio público

Entretanto, ainda em 1557, D. Sebastião⁵⁸ sucedera a D. João III, herdando, junto com o projeto do poderio cristão em terras muçulmanas, uma situação política tanto externa quanto interna atravessada por fortes tensões.

الغالب بالله Transliteração: 'abū muhammad 'abd allāh al- ġālib bi-llah), que foi rei entre 1557 e 1574.

⁵⁶Mulei Mohammed, também conhecido como Muhammad al-Mutauakil (em árabe أبو عبد الله محمد المتوكل المسلوخ Transliteração: 'abū 'abd allāh muhammad al-mutaūākil al-maslūḥ), foi rei entre 1574 e 1576.

⁵⁷Trata-se de Abd al-Malik, conhecido pelos portugueses como Mulei Maluco ou Moluco (em árabe أبو مروان عبد الملك السعدي Transliteração: 'abū marūan 'abd al-malik al-sa'dī). Foi rei entre 1576 e 1578.

⁵⁸D. Sebastião reinou de 1557 a 1578.

Educado em um rígido clima religioso, curioso das artes militares e seduzido pela ideia de obter vitórias em terras africanas, o rei irá gradualmente precipitar os acontecimentos por parte portuguesa.⁵⁹ Uma primeira tentativa de conquista tinha sido empreendida em torno de 1573, quando o rei embarcara quase em segredo para Tânger. Os mouros, porém, tiveram notícia de sua chegada e o rei viu-se obrigado a voltar para Portugal.

Foi o pedido de auxílio de Mulei Mahamet e a interferência dos turcos na luta para o reino de Fez que constituíram a desculpa para que D. Sebastião pedisse apoio a Felipe II de Espanha, seu tio.⁶⁰ Este, no encontro que passará à história como a “Conferência de Guadalupe” (Natal de 1576), prometeu-lhe ajuda financeira e militar – promessa que, talvez em consequência do pacto estipulado previamente com Mulei Almelique,⁶¹ sucessivamente não cumpriu.

Apesar de os turcos terem-se retirado da corte de Mulei Almelique, o rei português resolveu assumir o pedido de socorro de Mulei Mohammed e declarou guerra aos mouros de Fez.

O exército foi alistado com imensas dificuldades e acabou sendo constituído, em prevalência, por um lado, por camponeses inexperientes e, por outro, por fidalgos que mais prezavam a pompa do que o indispensável para uma empreitada militar.⁶² Juntaram-se aos portugueses também tropas voluntárias de espanhóis, mercenários italianos e alemães. Tal exército partiu de Lisboa em junho de 1578. O plano consistiria em atacar Larache, porto de abastecimento de Fez, por mar. Tendo passado alguns dias em Tânger, durante os quais o monarca não tornou públicos seus desenhos, o exército moveu-se para Arzila, que tinha sido entregue novamente aos portugueses no

⁵⁹Não entraremos, aqui, no mérito da questão acerca das responsabilidades de D. Sebastião na crise que levará à União Ibérica e à perda da independência política portuguesa entre 1580 e 1640. Os estudiosos debateram longamente aspectos da saúde e da sexualidade do rei e características de seu feitio e do ambiente ideológico que o rodeava, em certos casos chegando a formular sobre ele juízos subjetivos. Por esta razão, teremos em mente as palavras de Jacqueline Hermann (p. 16): “embora [...] D. Sebastião seja visto a partir desse modelo medieval ‘atrasado’, marcado por padrões religiosos e pela lógica de cruzada, como em todos os demais aspectos, foi apenas mais um rei a enfrentar esse difícil momento de mudança e de transformações até então inimaginadas no mundo cristão” (HERMANN, Jacqueline. “El Ksar El-Kebir. Narrativas e história sebástica na batalha dos três reis. Marrocos, 1578” In: **História: Questões & Debates**, n. 45. Curitiba: Editora UFPR, 2006, pp. 11-28).

⁶⁰Rei de Espanha a partir de 1556 e de Portugal a partir de 1580, até 1598, ano de sua morte.

⁶¹Jacqueline Hermann (op. cit.) levanta esta hipótese e afirma que, ademais, a situação financeira espanhola da época impossibilitava o cumprimento da promessa.

⁶²*Sumario, passim.*

ano precedente. Contrariamente aos planos iniciais, D. Sebastião resolveu atacar Larache por terra e o exército desembarcou. Nos dias seguintes, os portugueses marcharam penosamente em território inimigo,⁶³ até que, dia 4 de agosto, foram cercados nos arredores de Alcácer Quibir, nas margens do rio Mocazim.⁶⁴ A batalha foi um desastre para os portugueses: o exército foi dizimado, D. Sebastião foi morto⁶⁵ e Mulei Mohammed afogou-se no rio. Por parte dos mouros, Mulei Almelique, já doente há alguns dias, faleceu de morte natural.

No período seguinte, subiu ao trono de Fez Mulei Ahmad Almançor.⁶⁶ As praças que ainda se encontravam nas mãos dos portugueses passaram a ser administradas pelos espanhóis no âmbito da União Ibérica, sendo que Arzila foi entregue aos mouros por Felipe II de Espanha. Depois da Restauração portuguesa, Ceuta não reconheceu o rei de Portugal, D. João IV,⁶⁷ e Tânger foi cedida em 1663 à Inglaterra. Mazagão foi evacuada em 1769 por iniciativa do Marquês de Pombal (1699-1782), que ordenou a emigração de todos os seus habitantes para o Brasil. Esta data marca o término oficial da ocupação portuguesa do noroeste da África.

Tais são, em linhas gerais, os acontecimentos que nos interessa lembrar para melhor compreender o desenvolvimento narrativo e factual do *Sumario* e para caracterizar o cenário histórico de sua redação. Para que o leitor possa facilmente consultá-los quando necessário, nas páginas a seguir esses eventos encontram-se resumidos esquematicamente em uma linha do tempo de nossa autoria. Nela, escolhemos seguir um recorte tanto cronológico – representado

⁶³No *Sumario*, afirma-se que os mantimentos do exército português se esgotaram nos primeiros dias; além disso, a marcha por baixo do sol de agosto, em territórios desconhecidos, consumiu as forças dos soldados, já desmotivados pelo comportamento despótico do monarca e pela falta de treinamento (*passim*).

⁶⁴Alcácer-Quibir: em árabe escreve-se القصر الكبير (al-Qṣar al-Kabīr). Quanto ao rio Mocazim, nas fontes portuguesas é também referenciado como “o rio da ponte” ou o “rio Almahazam”.

⁶⁵Sempre de acordo com o autor do *Sumario*, D. Sebastião já se encontrava prisioneiro dos mouros quando foi morto (*ibidem*, fl. 252r). Entre as fontes que relatam a batalha, apenas uma – a *Jornada del-rei dom Sebastião à África e Crónica de dom Henrique* atribuída a Fernando de Góis Loureiro – reporta com precisão o momento da morte de D. Sebastião, fato, esse, que contribuiu ao surgimento da lenda do Sebastianismo, segundo a qual o rei estaria ainda vivo, perdido em território inimigo, e voltaria algum dia para resgatar o Reino de Portugal do jugo de Castela.

⁶⁶Trata-se do irmão de Mulei Almelique, Ahmad al-Mansur – o *vitioso* – durante cujo reinado (1578-1603) Marrocos gozou de grande prosperidade. O nome completo em árabe é أبو العباس أحمد المنصور (Transliteração: 'abū al-'abbās āhmad al-manṣūr) – o *vitioso*.

⁶⁷Monarca de Portugal entre 1640 e 1656.

Figura 1.6: As etapas do caminho de Dom Sebastião rumo ao campo de batalha dos Três Reis. Mapa de Mohammed El Fasi, in *História geral da África*, vol. V, 2010

pela organização vertical das datas – quanto espacial – representado pela divisão da tabela em três partes, que correspondem aos acontecimentos na

dinastia portuguesa ocorridos em Portugal, aos acontecimentos nas dinastias berberes e árabes ocorridos no Marrocos, e aos momentos de interação entre tais dinastias, respetivamente.

Cabe, agora, inscrever o *Sumario* no conjunto de fontes a respeito do mesmo tema, de forma a entender seu lugar neste universo. Isso, todavia, só se faz possível na medida em que se compreende qual o tratamento editorial reservado aos textos considerados dignos de serem transmitidos.

1.2 Linha do tempo

Reinado português: dinastia de Avis (1385 a 1580)	Principais acontecimen- tos bélicos	Reinados berberes
D. João I (1385 a 1433)	1415 – tomada de Ceuta	Dinastia Merínida (1217 a 1465) Abu Said (1399 a 1420)
D. Duarte (1433 a 1438)	1437 – tentativa de con- quista de Tânger e cativoiro do infante D. Fernando	Abd al-Haqq (Abde Alaque) (1420 a 1465)
D. Afonso V (1438 a 1481)	1458 – tomada de Alcácer Ceguer 1471 – tomada de Arzila e ocupação de Tânger; tra- tado de paz com os mouros	Dinastia Oatácida (1472 a 1554) Muhammad al-Chaykh (Mulei Xequé) (1472 a 1504)
D. João II (1481 a 1495)	1488 – Safim, entre outras cidades, torna-se vassala de Portugal 1489 – tentativa de constru- ção de uma fortaleza na ilha da Graciosa	

Reinado português	Principais acontecimentos bélicos	Reinados berberes: Dinastia Oatácida	Reinados árabes: dinastia Saadiana (1554-1660)
D. Manuel (1495 a 1521)	1505 – construção da fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué 1506 – construção do Castelo-Real de Mogador 1507- 1508 – construção do Castelo de Aguz 1508 – conquista de Safim	Muhammad al-Burtuqali (1504 a 1526)	
	1513 – construção da fortaleza de Azamor 1514 – construção da fortaleza de Mazagão 1515 – tentativa de construção da fortaleza da Mamora		Muhammad al-Qaim (Alcaime) (1511 a 1517)

Reinado português	Principais acontecimentos bélicos	Reinados berberes: Dinastia Oatácida	Reinados árabes: dinastia Saadiana (1554-1660)
D. João III (1521 a 1557)		Abu Hassun Ali (1526)	Ahmad al-Araj (Alárege) (1517 a 1544)
		Ahmad al-Outassi (1526 a 1545)	Muhammad al-Mahdi (Almadi) (1544 a 1557)
		Nasir al-Qasri (1545 a 1547)	
		Ahmad al-Outassi (1547 a 1549)	
		Abu Hassun Ali (1549 a 1554)	
D. Sebastião (1557 a 1578)	1578 – derrota de Alcácer Quibir		Abdallah al-Ghalib (Abdalá) (1557 a 1574)
			Muhammad al-Mutauakil (Mulei Mahamet) (1574 a 1576)
			Abd al-Malik (Mulei Moluco) (1576 a 1578)
			Ahmad al-Mansur (Al-Mançor) (1578 a 1603)

Tabela 1.1: Linha do tempo

Capítulo 2

Para achar o caminho na floresta – o contexto documental

*Il Gran Kan possiede un atlante in cui sono raccolte le mappe di tutte le città:
quelle che elevano le loro mura su salde fondamenta,
quelle che caddero in rovina e furono inghiottite dalla sabbia,
quelle che esisteranno un giorno e al cui posto ancora non s'aprono che le tane delle lepri. [...] L'atlante ha questa qualità: rivela la forma delle città
che ancora non hanno una forma né un nome. [...] Il catalogo delle forme è sterminato:
finché ogni forma non avrà trovato la sua città, nuove città continueranno a nascere.*

— Italo Calvino, *Le città invisibili* (1972)

O título acima alude a uma frase de Ivo Castro e Maria Ana Ramos: descobrir, “decifrar” a floresta para melhor se orientar diz respeito ao procedimento de analisar as experiências dos editores anteriores com o objetivo de elaborar uma metodologia de transcrição adequada e situar-se em uma tradição editorial.¹ Neste capítulo nos propomos, de fato, a contextualizar o *Sumario* no âmbito do conjunto documental a ele coevo, descobrindo quais metodologias de edição foram adotadas na publicação dos relatos históricos de assunto luso-marroquino.

¹No caso, os autores lembraram da estudiosa Graça Almeida Rodrigues, que “para achar o seu caminho na floresta” das metodologias de transcrição adotadas pelos seus predecessores, “sente necessidade de a arrumar um pouco” e classifica “as várias tendências que julga ver entre os editores de textos portugueses do século XVI” (CASTRO, Ivo, RAMOS, Maria Ana. “Estratégia e tática da transcrição”. In: **Critique textuelle portugaise** (Paris, 1981). **Actes du colloque**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 99-122). Quanto à expressão “tradição editorial”,

Por isso, iremos percorrer as trajetórias manuscritas e editoriais de tais textos, guiados por três questões fundamentais, a saber: a) quais os relatos escritos sobre o assunto? b) destes, quais foram escolhidos para a publicação? e c) com quais métodos? Em primeiro lugar, mesmo estando conscientes da impossibilidade de registrar a totalidade dos textos existentes, buscaremos responder ao ponto a). Concernente ao ponto b), dos relatos elencados, iremos destacar primeiramente a publicação de coletâneas de textos inéditos: as *Edições Comemorativas do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta* preparadas pela Academia das Ciências de Lisboa e o projeto editorial do historiador sebástico Francisco de Sales Loureiro, na segunda metade do século XX. A seguir, iremos nos debruçar sobre alguns relatos publicados individualmente.

No que diz respeito ao ponto c), por sua vez, ao observar as introduções e alguns dos documentos, verificando a aplicação dos critérios de edição porventura enunciados pelos estudiosos, não pretendemos investigar exaustivamente as linhas editoriais adotadas, nem avaliar as metodologias historiográficas subjacentes às publicações, mas sim esboçar um panorama das práticas de transcrição explícitas em tais edições. Isso faz-se necessário na medida em que, ao traçar um histórico dos *modi operandi* da Crítica Textual, almejamos inscrever nosso trabalho em uma tradição de estudos e com ela dialogar, tal como aludido pelo título do presente capítulo.

Considerando tais questões, de fato, parece haver um movimento no histórico de publicação das fontes da ocupação portuguesa do Marrocos que percorre os anos do século XX até desembocar nos dias atuais, revelando-se i) nas escolhas editoriais a respeito do tipo de edições dos documentos publicados e da metodologia de sua transcrição; ii) nos objetivos de sua publicação; iii) na escolha dos próprios textos a serem editados e em sua organização.

Propondo este caminho, é possível afirmar que as modalidades de reprodução fac-similar das fontes passaram do microfilme ou fotocópia à digitalização, não integrada em uma edição digital propriamente dita.² Além disso, apesar do comprometimento em disponibilizar documentos respeitando uma

²Quanto à “edição digital”, remetemos à seção 2.1.3, em que discutimos a sua definição.

certa fidedignidade,³ nenhuma edição foi pensada tendo em vista um público-alvo de filólogos ou linguistas, resultando em uma escassez de trabalhos deste tipo. Ademais, de todos os textos analisados, constataremos que o trabalho de crítica tem privilegiado apenas alguns redigidos no ambiente da corte.

Frente a estas observações, nosso trabalho pretende distanciar-se da perspectiva traçada até hoje pelos editores das fontes luso-marroquinas, pois, além de resgatar um texto praticamente inédito, encarrega-se de manter sua forma original para que possa ser utilizado em estudos linguísticos. Tal objetivo remete ao âmbito teórico da Filologia, que constituirá o fio condutor de toda nossa pesquisa. Para tanto, faz-se necessário introduzir alguns conceitos acerca da Filologia e das modalidades de edição de fontes escritas antigas.

2.1 A Filologia – práticas tradicionais e perspectivas do digital

2.1.1 Acerca da Filologia

Cabe, primeiramente, indicar o que se entende por “filologia”, na medida em que percorrer suas diferentes acepções pode proporcionar uma ideia de sua importância para os estudos que se debruçam sobre documentos escritos do passado. “Filologia”, de fato, é uma palavra de origem grega, cuja etimologia indica o “amor à palavra” (derivada do radical do verbo *phílein* “amar” + *lógos* “palavra, discurso”).⁴ Ao longo dos séculos, foi utilizada em diferentes contextos e em referência a diferentes objetivos e, ainda hoje, nas definições fornecidas pelos estudiosos, é possível vislumbrar nela uma certa polissemia.

Segismundo Spina⁵ tentou sistematizar suas principais acepções, associando-as, respetivamente, a três funções:

³ Os editores acreditavam estar respeitando o original ao manter integralmente seu conteúdo sem se deterem na sua língua; todavia, a modificação da língua de um documento pode acarretar mudanças de conteúdo significativas, como veremos. De forma geral, nota-se que a língua é desconsiderada pelos historiadores enquanto camada de informação passível de análise, favorecendo tão somente o conteúdo factual.

⁴ HOUAISS, Antônio et al. **Novo Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

⁵ SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977, p. 77.

1^a) *Função substantiva*, em que ela se *concentra* no texto para explicá-lo, restituí-lo à forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação; 2^a) *Função adjetiva*, em que ela *deduz*, do texto, aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como sua avaliação estética (valorização); 3^a) *Função transcendente*, em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época.

Em uma primeira acepção, portanto, o termo “filologia” é sinônimo de *Crítica Textual* e *Ecdótica* e indica o estudo, comentário e edição dos textos antigos. Especificamente, refere-se ao conjunto de ações por meio das quais o editor identifica, estuda e eventualmente elimina as mudanças sofridas pelo texto ao longo de sua transmissão.⁶ Inicialmente, o foco principal deste procedimento estava na recuperação da *verdade* do texto, entendida esta como a forma dada-lhe pelo autor.⁷ Em seguida, as modificações não autorais começaram a ser acolhidas e estudadas em sua historicidade linguística e cultural. Essas, testemunhas da transmissão textual, originariam cada vez um texto diferente, possivelmente representativo da língua da época em que tinha sido copiado.⁸

Na segunda acepção tal processo de estudo dos textos antigos é entendido como uma aproximação às culturas das quais estes são expressão. Na visão

⁶ Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi (SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da Crítica Textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 20) afirmam que a Crítica Textual, ou Ecdótica “tem por fim o exame exaustivo de toda a tradição manuscrita, para verificação do seu grau de autenticidade, e no intento de estabelecer o texto original perdido”. Para entender esta afirmação é preciso ter em mente que, ao longo do processo de cópia de um dado texto, os escrivães cometeriam erros de cópia ou alterariam voluntariamente seu conteúdo, comentando-o, melhorando-o, censurando-o. Desta forma, o texto copiado já não seria o mesmo do original.

⁷ Este significado foi definitivamente ligado à Filologia por Karl Lachmann (1793-1851), que, valendo-se das experiências de edições passadas, elaborou uma rigorosa metodologia para o estabelecimento da forma original dos textos, que se encontra no prefácio à edição do *De Rerum Natura* de Lucrécio (1850). Tal metodologia foi criticada, entre outros, por Joseph Bédier (1864-1938), que, em um artigo de 1928, revelou suas falhas. (BÉDIER, Joseph. “La tradition manuscrite du ‘Lai de l’ombre’. Réflexions sur l’art d’éditer les anciens textes.” In: **Romania** n. 54, 1928, pp. 161-196, 321-356).

⁸ Para uma discussão mais aprofundada desse tópico e uma explicação das metodologias da Crítica Textual, sugerimos aqui o manual de Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi (op. cit.)(SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da Crítica Textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004).

de alguns autores, na verdade, a Filologia parece assumir um carácter de conhecimento quase universal: para Gaetano Righi, por exemplo, “o diligente afã de exatidão, meta específica da filologia, é certamente um útilíssimo elemento cultural, uma respeitável virtude científica e até uma peculiaridade intrínseca, constitutiva do conhecimento de um discurso transmitido”.⁹ A Filologia, portanto, eleva-se a “expressão essencial do conhecer, pois só filologicamente, isto é, sobre os textos, na plenitude de seu significado sensível e representativo, se conhece um autor, um discurso ou um conceito”.¹⁰ Luciano Canfora,¹¹ ao percorrer a história da liberdade de exercer a Crítica Textual sobre os textos sagrados, chega a afirmar que “ao reconstruir estas vicissitudes, compreende-se que coincidem com a própria história da filologia, ou seja, da liberdade de pensamento”, equiparando explicitamente a filologia à liberdade de pensamento.¹²

Mesmo evitando posicionamentos tão extremos, há-de se admitir que não é possível separar o trabalho interno ao texto do estudo de tudo o que precede e segue sua criação. Como Luciana Stegagno Picchio afirmara na abertura de seu livro de 1979, “não há [...] dois trabalhos, um de fixação, outro de leitura do texto, mas um único, que da fixação faz leitura e entendimento [...]”.¹³ Neste livro a estudiosa refere-se, em específico, à literatura medieval e a suas características de textos cantados, mas entendemos que a frase citada possa ser aplicada genericamente aos textos do passado. Neste sentido, diz ainda a autora,

o estudo filológico [...] tem [...] uma função [...] clara,

⁹“La sollecitudine della esattezza, la certezza della scrittura, a cui mira di proposito la filologia, è certamente un utilissimo elemento culturale, una rispettabile virtù studiosa, anzi un carattere intrinseco, costitutivo della conoscenza di un discorso tramandato” (RIGHI, Gaetano. **Breve storia della filologia classica**. Firenze: Sansoni, 1962, pp. 11).

¹⁰“Espressione essenziale del conoscere, perché solo filologicamente, cioè testualmente, nella pienezza del suo significato sensibile e rappresentativo, si conosce un autore, un discorso, un concetto” (*ibidem*, p. 17).

¹¹CANFORA, Luciano. **Filologia e libertà**. Milano: Mondadori, 2008. A citação a seguir é da página 12.

¹²Além daquelas indicadas por Spina, outra acepção alude à filologia enquanto estudo da história de uma dada língua. A análise das formas assumidas por um texto ao longo do tempo tende, de fato, a entrelaçar-se com o estudo da língua que este veicula. Tal acepção, hoje em dia associada à “Linguística Histórica”, tende a ser cada vez menos utilizada e seu uso conserva-se hoje apenas em ambientes específicos – por exemplo, o da Universidade italiana, que oferece disciplinas de filologia românica, germânica, etc.

¹³STEGAGNO PICCHIO, Luciana. **A lição do texto: Filologia e Literatura**. Tomo I: Idade Média. Lisboa: Edições 70, 1979, p. 14.

óbvia: contribuir, no seu sector de conhecimento, para a formação da consciência que cada época tem do passado, e, portanto, de si mesma [...]. Por outras palavras: ajudar a reconstruir permanentemente o entendimento do passado segundo os dados da nova realidade presente. Faltando este permanente processo de reajustamento, tudo aquilo a que chamamos cultura e a que chamamos história não passaria de um arquivo simbólico organizado e mantido para satisfação de necrófilos.¹⁴

Assim, acaba-se por pressupor-se que, em seu significado mais amplo, a Filologia é apenas uma entre as possíveis hermenêuticas do texto – sendo todas as outras igualmente válidas em seus respectivos campos – mas, em seu significado restrito, enquanto Crítica Textual, ela está à base de qualquer disciplina que assume como fontes os documentos escritos. De fato, todos eles precisam passar pela crítica textual a fim de apurar sua fidedignidade, veridicidade e confiabilidade e, assim, recriar os laços entre o texto e o sistema social-econômico-histórico-político de sua época.

2.1.2 Práticas

Delineados os principais significados e propostas da Filologia, é preciso esclarecer que ela se utiliza de um conjunto de disciplinas auxiliares, a partir das quais se institui e se define. Entre elas, geralmente os estudiosos destacam a Paleografia, a Diplomática, a Codicologia e a Bibliografia Material. Destas, César Nardelli Cambraia¹⁵ fornece algumas definições que, devido à sua sinteticidade, poderão ser úteis aqui. Vejamos. Por *Paleografia*, ele afirma, se entende o “estudo das escritas antigas”¹⁶ – tanto das morfologias das escritas, quanto das tecnologias empregadas para seu registro. A *Diplomática* ocupa-se do “estudo de documentos (em especial, os *jurídicos*)”.¹⁷ A *Codicologia* é o estudo da confecção de um manuscrito, e se encarrega da

¹⁴ *Ibidem*, p. 12.

¹⁵ CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. Martins Fontes: São Paulo, 2005, pp. 22-35.

¹⁶ *Ibidem*, p. 23.

¹⁷ *Ibidem*, p. 25.

descrição das características materiais do códice. A *Bibliografia Material*, por sua vez, é para o livro impresso o que a Codicologia é para o manuscrito, definido-se como o “estudo da técnica do livro impresso”.¹⁸

Todas essas disciplinas, então, têm por objeto o documento escrito em seus diversos aspectos materiais e por objetivo final o estabelecimento de um texto por meio de uma edição. Ainda de acordo com Cambraia, os tipos de edições filológicas podem ser divididos em dois grandes grupos: monotestemunhais (aquelas que se baseiam em apenas um testemunho – um exemplar – de um texto) e politestemunhais (aquelas que se baseiam em mais testemunhos de um dado texto). Com base no grau de intervenção no original e, conseqüentemente, do público-alvo, de forma geral podemos identificar, entre as edições monotestemunhais, cinco tipos de edição. Seriam elas a fac-similar, a diplomática, a paleográfica ou semidiplomática, a interpretativa e a modernizada.

A edição *fac-similar*, como o próprio nome indica, limita-se a reproduzir a imagem de um exemplar por meio de fotografia, digitalização, xerografia, etc. Esta edição proporciona o acesso direto ao original em todos seus aspectos gráficos e linguísticos, conferindo “ao consulente grande autonomia e liberdade na interpretação do testemunho”, conforme lembra Cambraia.¹⁹ Todavia, justamente por não oferecer uma mediação entre o original e a edição, esta modalidade requer conhecimentos avançados em disciplinas especializadas como a paleografia, por exemplo.

A edição *diplomática* encarrega-se de transcrever o texto sem nele intervir. As modificações possíveis são aqui praticamente nulas, limitando-se o editor a transpor o documento para outra materialidade. Por isso, ao mesmo tempo que se tenta favorecer o acesso ao texto por um público maior, a manutenção integral dos aspectos do original (abreviaturas, separação entre uma palavra e outra, pontuação, etc.) faz com que uma edição diplomática possa ser lida praticamente apenas por especialistas em textos antigos.

Na edição *semidiplomática*, por sua vez, são possíveis algumas intervenções, entre as quais o desenvolvimento das abreviaturas, a supressão de even-

¹⁸ *Ibidem*, p. 29.

¹⁹ *Ibidem*, p. 91.

tuais repetições e a inserção de conjecturas, onde couber. O objetivo, neste caso, é alargar ulteriormente o público de leitores sem, contudo, modificar demasiadamente o original.

Finalmente, no grau máximo de intervenção, há a *edição interpretativa*, caracterizada pela uniformização da grafia do original, e a *edição modernizada*, caracterizada pela uniformização e modernização gramatical, além de gráfica. Trata-se de edições facilmente acessíveis a um público amplo, mas subjetivas no que diz respeito à aderência ao original.

Entre as politemunhais, distingue-se entre *edição crítica* (feita a partir de testemunhos copiados sem o conhecimento do autor) e *edição genética* (feita a partir de testemunhos tanto autógrafos quanto idiógrafos – copiados com o consentimento do autor por um terceiro – de um dado texto).

A despeito da aparente simplicidade desta esquematização, nem sempre houve consenso sobre a maneira de se fazer uma edição. O debate acerca da necessidade de conservação ou modernização das características linguísticas dos originais sempre foi acirrado, cada uma das partes reivindicando para si a mais absoluta fidelidade aos originais.²⁰ Além disso, muitos autores já constatarem a existência, para uma dada obra, de múltiplas edições que se definem todas do mesmo tipo (por exemplo, crítica) mas apresentam grande variedade nos critérios de transcrição e em sua aplicação.

Propondo uma solução para este problema, em um artigo de 1986, Castro e Ramos²¹ discutem a importância da sistematização das escolhas editoriais na publicação de documentos textuais antigos, introduzindo um conceito que conserva sua imprescindibilidade no trabalho da Crítica Textual. Os autores propõem um guia para a escolha daquelas que chamaram de *estratégias* de transcrição. No momento de escolher a abordagem ao texto, para eles é necessário em primeiro lugar considerar seu histórico editorial, de forma a identificar a falta de certas edições e as necessidades do público. A partir da decisão quanto ao tipo de edição necessária, está identificada a estratégia geral de transcrição (por exemplo, modernização ou conservação) e, para

²⁰Observou-o, entre outros, Luciana Stegagno Picchio em um texto de 1960. Nas palavras da autora, “as normas seguidas na edição de textos arcaicos conheceram todas as gradações, desde a fidelidade infiel à fiel infidelidade” (Stegagno Picchio, 1979).

²¹Castro, Ramos, 1986, pp. 99-122.

cada estratégia, um conjunto específico de *táticas* a serem aplicadas, caso a caso, com base nas características específicas do documento (por exemplo, como transcrever uma dada grafia).

A estratégia, portanto, dependeria do histórico editorial de um dado texto e seria voltada ao preenchimento de todas as necessidades dos diversos públicos de leitores. O histórico editorial é por eles denominado “campo bibliográfico” e assim definido:

Campo bibliográfico [é a designação de] um conjunto estruturado de unidades bibliográficas (livros impressos), organizadas em torno de um determinado texto: o campo de um texto é o grupo formado pelas edições existentes desse texto. Distingue-se da tradição manuscrita por excluir os testemunhos manuscritos que desse texto existam; [...] distingue-se também da tradição impressa [...] por não integrar as edições que, sem exemplares sobreviventes, têm um valor difusório igual a zero. O campo bibliográfico ideal é aquele em que, de um texto, existem no mercado, ou são facilmente acessíveis, exemplares de todos os tipos de edição capazes de satisfazer as necessidades de todos os tipos de leitor potencial.²²

Mais adiante os autores reforçam o conceito, afirmando que, para que um campo se encontre devidamente preenchido, é necessário que sejam respeitados os seguintes parâmetros:

a) saber-se quais as características do texto que requerem tratamento editorial específico [...]; b) estarem identificados os tipos de leitor que constituem o público (ou mercado) potencial do texto, o que implica o conhecimento dos usos que ele poderá ter [...]; c) estarem inventariadas as edições existentes e estabelecido o seu valor com base (i) no rigor filológico com que reproduzem o texto e (ii) na sua acessibilidade e

²² *Ibidem*, p. 117.

adequação às necessidades do leitor, ou seja, valorizadas quanto à relação do texto-público; d) verificar-se que não há leitores privados do tipo de edição que lhes convém (é a condição das lacunas).²³

Finalmente, estabelecida a estratégia – modernizadora ou conservadora que seja – o editor precisa tomar o máximo cuidado para não incorrer em leituras errôneas. De fato, apesar da constante declaração de respeito do original, é muito comum uma edição apresentar problemas de lição, *in primis* devido à subjetividade decorrente do próprio ato da transcrição.

Alguns autores detiveram-se sobre as possíveis causas de lapsos. Silva Neto, por exemplo,²⁴ identificou alguns tipos de erros de leitura (devidos à má compreensão de letras; devidos a desconhecimentos de fatos linguísticos; devidos à ignorância de siglas e abreviaturas; saltos-bordões; erros devidos à má separação das sílabas), enquanto Cambraia, Megale e Toledo Neto²⁵ apontaram, também, para incongruências nos critérios de transcrição e em sua aplicação.

O fato de uma determinada edição apresentar erros de lição representa um problema grave não apenas quando se trata de alterações de dados factuais, mas também em caso de mudanças de aspectos linguísticos. Como bem lembra Castro, “quando o filólogo erra na transcrição, cria um facto linguístico novo, que parece pertencer ao texto original do autor, mas na realidade se deve ao seu editor”.²⁶

2.1.3 Perspectivas

Uma integração de todos estes formatos em um só é possibilitado, hoje em dia, por um último tipo de edição – a digital. O problema, neste caso, consiste na dificuldade em definir exatamente o que seria uma “edição digital”,

²³*Ibidem*, pp. 117-118.

²⁴SILVA NETO, Serafim da. **Textos medievais portugueses e seus problemas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1956, pp.27-33.

²⁵CAMBRAIA, César Nardelli. MEGALE, Heitor. TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. “Subsídios para a fixação de normas de transcrição de textos para estudos lingüísticos” – I, II e III respectivamente. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.) **Para a história do português brasileiro: primeiros estudos**. São Paulo: Humanitas, v. 2, pp. 539-549.

²⁶CASTRO, Ivo. “O Retorno à Filologia”. In: **Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, pp. 511-520.

sendo que as mudanças de paradigma acarretadas pelo aparato tecnológico à disposição do estudioso ainda se encontram relativamente pouco exploradas.

Duas acepções comuns interpretam o digital como um conjunto de ferramentas que modificam o trabalho filológico tradicional apenas possibilitando um novo suporte de escrita, um tempo de trabalho talvez mais curto e uma melhor qualidade das reproduções. Em uma primeira acepção, de fato, nota-se que esta expressão é associada a uma edição fac-similar em formato digital. Assim, tratar-se-ia de uma digitalização do texto que pode vir a ser disponibilizada *online* no site da respectiva biblioteca ou arquivo, promovendo a guarda do documento original e evitando o desgaste naturalmente decorrente de seu manuseio. Todavia, é preciso salientar que uma digitalização constitui apenas uma imagem, que não contém texto que possa ser processado por ferramentas de análise linguística. Em outro sentido, mais comum, “edição digital” seria uma edição filológica tradicional registrada “por sistema digital, legível apenas através de programa de computador”, conforme afirma Cambraia na sua *Introdução à crítica textual*.²⁷ Assim, nessas duas interpretações, a edição digital ainda consistiria em uma edição tradicional – só que produzida com outros meios.

Todavia, as tecnologias hoje à disposição possibilitam ir muito além do que se considera acima. O conjunto de estudiosos que se rotulam como “filólogos digitais” – dentre os “humanistas digitais”²⁸ – tenta evitar qualquer simplismo e encarrega-se de entender para onde apontam realmente as mudanças introduzidas pelas novas tecnologias.²⁹

Os estudiosos notaram que, devido à interdisciplinariedade intrínseca à atividade com textos digitais, o lugar tradicional do humanista no campo do saber é posto em cheque. De fato, como lembra Maria Clara Paixão de Sousa em uma breve exposição acerca do que se entende por “Humanidades

²⁷ Cambraia, 2005, p. 88.

²⁸ Para entender melhor tais termos, veja-se a definição dada no Manifesto das Humanidades Digitais (disponível em português em: https://humanidadesdigitais.files.wordpress.com/2011/10/poster_manifesto_hd_portugues.pdf Último acesso em: 25 de abril de 2015).

²⁹ No âmbito dos trabalhos em língua portuguesa, destacamos o Grupo de Pesquisa em Humanidades Digitais, sediado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que vem desenvolvendo projetos em quatro áreas principais: Ciência da Informação e Descrição de Documentos, Filologia e Linguística Computacional, História da Ciência e Tradução. Ulteriores informações podem ser encontradas em: <http://humanidadesdigitais.org/> e <http://hdbr.hypotheses.org/>.

Digitais”,

um dos lados [da] transdisciplinaridade [entre as Humanidades e a Computação] é a incorporação dos saberes tradicionais às tecnologias computacionais; o lado oposto é a incursão dos saberes tradicionais no terreno do conhecimento tecnológico [...]. [T]rata-se, efetivamente, de conceber classificações, indicadores e formas de leitura em conjunto com os profissionais da área da computação. Esses projetos demandam, assim, uma profunda intercompreensão entre esses pesquisadores, todos eles, neste movimento, tornando-se sujeitos da tecnologia – no caso dos humanistas, aprendendo, efetivamente, a “pensar como seus computadores”.³⁰

Dada esta mudança, o digital acaba por redefinir os conceitos fundamentais das disciplinas de Humanidades, no geral, e da Filologia, em particular.

Primeiramente, registra-se a redefinição do conceito de materialidade textual. No caso do texto digital, em geral, mais do que em “materialidade”, talvez se devesse falar em “imaterialidade” ou, nas palavras de Paixão de Sousa,³¹ em “descorporificação”. Tais termos apontam para o fato que, pela primeira vez na história da escrita, não existe um objeto físico de inscrição do texto, que possa ser manuseado pelo leitor. O texto digital, neste sentido, é apenas “um objeto lógico”.³² De fato, o que frequentemente se esquece é que um texto digital é apenas a interface de um processo computacional e elétrico – mais precisamente, como lembra Paixão de Sousa, “uma representação artificial produzida por uma operação computacional sobre processamentos binários de sinais elétricos [...] que [emula] [...] uma sequência de [...] símbolos visualmente idênticos a ‘letras’”.³³ Neste sentido, não existe um

³⁰ PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Sobre as Humanidades Digitais – Um breve panorama**. 2011. Disponível em: <http://humanidadesdigitais.org/breve-panorama/> Último acesso em: 25 de abril de 2015.

³¹ PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. “Texto digital: uma perspectiva material”. In: **Revista ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística)**. Volume 1, Número 35, 2013. Disponível em <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/view/643/712>. Último acesso em: 26 de abril de 2015.

³² *Ibidem*, p. 32.

³³ *Ibidem*, p. 21.

“objeto-livro” digital e, tampouco, uma “escrita alfabética digital”. Ainda de acordo com Paixão de Sousa,

“o texto” no sentido mais amplo será o processo possibilitado pela nossa leitura dessa representação que um processamento computacional produziu. Mas mais que isso: o texto digital, em sua dimensão de documento, tampouco “está” em algum lugar: é uma representação lógica, in-espacial, “descorporificada”. Por isso, a noção de “suporte” não se aplica: nem o microprocessador, nem a tela do computador, nem a internet [...] são suportes do texto.³⁴

Entre outras consequências da “imaterialidade” do texto digital que não cabe desenvolver aqui, destacamos a dificuldade de encontrar um artefato que possa ser analisado do ponto de vista material. Se, para alguns, tal dificuldade parece impossibilitar a aplicação dos conceitos da análise material tradicional ao texto digital, para outros³⁵ aponta simplesmente para a necessidade de revisar os objetivos e a conceitualização da análise material.

Ao escolher o segundo caminho – revisar a conceitualização da análise material – podemos notar que o texto digital é fundamentalmente um “hipertexto”. Esta palavra assume geralmente dois significados principais. Em uma primeira acepção, o hipertexto é “um texto que não necessariamente é linear”³⁶ – um texto a partir do qual é possível fazer ligações com outros textos. Desta forma, contrariamente ao livro impresso, o digital é organizado de forma fragmentada e não linear. A segunda acepção de hipertexto faz referência à sua estrutura computacional, constituída “por uma programação não-representacional intermediária que possibilita diferentes representações finais”.³⁷ Em outras palavras, a imagem do documento visualizado na tela do computador é o resultado do processamento, por um *parser*, “de diversas ‘camadas’ de instruções (de formatação, disposição do texto, inserção de

³⁴*Ibidem*, p. 32

³⁵De novo, nos referimos aos humanistas digitais e a Paixão de Sousa em particular.

³⁶“Hypertext is text which is not constrained to be linear” (W3C. **What is Hypertext**. Disponível em <http://www.w3.org/WhatIs.html>. Acesso em: 25 de abril de 2015).

³⁷Paixão de Sousa, op. cit., p. 25.

objetos não-textuais, etc.) sobre a base de sequenciamento de caracteres”.³⁸

Tais “camadas de instruções” são escritas em linguagem de anotação. Uma linguagem, o XML (eXtensible Markup Language)³⁹ pode ser utilizado para marcar a estrutura linguística de um dado texto. A anotação em XML, ao identificar aspectos específicos – sintáticos, morfológicos, semânticos – possibilita seu estudo por meio de ferramentas de busca ou análise linguística.

Tendo em mente todas estas considerações, quais as principais consequências para um filólogo digital no momento da decisão dos critérios editoriais?

Antes de tudo, é preciso projetar o leitor digital e suas modalidades de leitura. De fato, a mudança no formato de veiculação de um texto – do papel para o digital – traz em seu bojo consequências para a apreensão de seu conteúdo, conforme foi evidenciado por um certo número de trabalhos da história da escrita e da leitura. Do universo em prevalência linear da leitura no papel passa-se à dinamicidade arraigada às novas tecnologias. No caso do hipertexto, o hiperlink, ao deixar ao leitor a organização da sequência de leitura, atribui-lhe um papel mais interativo e multiplica as possibilidades de apreensão e interpretação do sentido. A este propósito, afirmam Marisa Lajolo e Regina Zilberman em um texto de 2009 que

o destinatário de mensagens eletronicamente transmitidas não é um receptor passivo. Primeiramente porque, ao contrário do leitor da era de Gutenberg, o internauta pode captar várias mensagens concomitante-

³⁸*Ibidem*, p. 27. Nos processadores de texto como o MS-Word ou o OpenOffice, esta camada de informações é invisível, sendo que o que é representado na tela é um documento quase igual ao que será eventualmente impresso. Existem, porém, ferramentas em que as informações referentes à formatação do texto são visualizáveis e modificáveis pelo editor. Tais programas baseiam-se no paradigma WYSIWYM – “What You See Is What You Mean” ou “O que você vê é o que você quer dizer” – em contraposição ao paradigma WYSIWYG, ou seja “What You See Is What You Get” ou “O que você vê é o que você obtém”, próprio dos processadores de texto. Tal denominação faz referência ao processo da escrita, que consiste em duas tarefas conceitualmente separadas: a) a estruturação do texto, entendido como a fase da escrita em si; b) a formatação do texto. Se, antigamente, estas fases do trabalho eram efetivamente atribuídas a duas figuras diferentes (no caso, o escritor e o editor/tipógrafo/impressor), no computador, tais figuras são reunidas em uma só, uma espécie de “autor hipertrofiado”, como lhe se refere Paixão de Sousa (op. cit., p. 34). Na disseminação digital de um texto, de fato, é muito provável que seja o autor a decidir a forma tipográfica do próprio texto. O autor/editor, de toda forma, pode escolher manter tais tarefas separadas no seu fluxo de trabalho, através do uso das ferramentas WYSIWYM. Aprofundaremos o funcionamento destas ferramentas e os conceitos subjacentes na seção 3.3. Por enquanto, o que é preciso lembrar é que todo texto digital é formado por camadas de informações.

³⁹W3C. XML. Disponível em <http://www.w3.org/XML/>. Último acesso em: 26 de abril de 2015.

mente ao operar com janelas simultâneas, escolhidas de modo voluntário. Por sua vez essas janelas mesclam elementos verbais e visuais, agudizando, por serem fortemente exigidas e estimuladas, as capacidades de percepção e atenção do destinatário.⁴⁰

Não perceber essa passagem – para uns negativa, positiva para outros – seria ignorar as novas exigências possibilitadas por novos paradigmas. Daí a necessidade de conceber a edição digital como uma edição hiper-mediática, articulada em várias camadas interdependentes. Simplificando, a edição digital pode integrar vários tipos de edição no mesmo ambiente, sobrepondo uma à outra por meio de hiperlinks; assim, o leitor pode escolher interpretar o texto passando de sua edição fac-similar para a diplomática e conferir eventualmente a modernizada ou vice-versa. A mesma edição, desta forma, seria consultável por diversos tipos de público.⁴¹

Desta forma, o digital não representa apenas uma mudança de *ambiente* de editoração, como nas duas definições apresentadas no começo desta discussão, e sim uma mudança no *resultado* do processo editorial – em outras palavras, uma nova forma de edição e, porque não, de leitura e de fruição. A tal ponto que, talvez, tenha chegado o momento de incluir a Computação na lista de disciplinas auxiliares que dialogam com a Filologia.

2.2 As crônicas e os relatos históricos

Antes de se deter especificamente nos relatos historiográficos sobre a ocupação portuguesa do noroeste da África, não será fora de propósito demorar-se alguns instantes na tentativa de problematizar um conceito subjacente à publicação de tais textos, geralmente referidos como *crônicas portuguesas*.

Ao debruçar-se sobre a trajetória das obras de caráter historiográfico acerca desse período, observamos uma grande variação nas denominações

⁴⁰LAJOLO, Marisa; ZILBERMANN, Regina. “Das entrelinhas do texto ao hipertexto on-line”. In: ——. **Das tábuas da lei à tela do computador**. São Paulo: Ática, 2009.

⁴¹Uma edição digital neste sentido é o objetivo implícito do e-Dictor, um editor de textos antigos que, a partir da transcrição de um mesmo texto, “permite a geração [...] de versões correspondentes a edições diplomáticas, semidiplomáticas e modernizadas (em html), e de versões com anotação morfossintática (em texto simples e xml)” (PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **e-Dictor**. Disponível em <http://humanidadesdigitais.org/edictor/>. Último acesso em: 25 de abril de 2015).

originais dos textos, face à recorrência da palavra “crônica” nos títulos atribuídos pelos editores quando de suas respectivas publicações, mesmo que o(s) manuscrito(s) origina(is) não reporte(m) tal nomeação.

Poderíamos dizer, sinteticamente, que existem dois tipos de textos: aqueles que foram originariamente concebidos como *Crônicas*, e foram assim designados já desde a primeira etapa de sua divulgação; aqueles que, em origem, eram intitulados diversamente – *Relação*, *Sumário*, *Notícia*, *Memória*, entre outros – e foram nomeados de *crônicas* apenas posteriormente, em algum momento de sua trajetória editorial. Talvez em consequência disso, hoje em dia é convenção considerar ambos esses conjuntos como “crônicas”, a tal ponto que o editor do *Sumario* pôde mudar o título de *Sumario* para *Crônica*, sem que alguma crítica lhe fosse movida.

Uma primeira reflexão acerca da definição de “crônica” e da utilidade desses textos para os estudos linguísticos tinha sido empreendida no seio do grupo de pesquisa em Humanidades Digitais.⁴² Nesta seção iremos adentrar a discussão começada, valendo-nos da leitura das introduções de alguns relatos e da contribuição de dois estudiosos. O primeiro, Joaquim Veríssimo Serrão, reporta em sua *Historiografia portuguesa*⁴³ inúmeros trechos de crônicas acerca dos objetivos dos cronistas e de sua concepção de História. A segunda autora é Susani Silveira Lemos França que, em *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*,⁴⁴ discute o fazer historiográfico dos primeiros três cronistas do reino, analisando suas relações com a oficialidade, sua função na construção de uma visão do passado e a modalidade de utilização das fontes.

Guiados por essas reflexões, almejaremos verificar as principais temáticas, os objetivos de redação e as formas pelas quais os autores pretendiam garantir a veracidade de suas narrações. Com isso, seremos levados a reconhecer que não existe um só tipo de crônica, homogênea em seus objetivos, formas

⁴²As considerações iniciais foram expostas em uma comunicação no MiniEnapol de Historiografia Linguística em 2013 (PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; LOMBARDO, Elena; MENEZES DA SILVA, Gilcélia; MIRANDA, Bruna Baldini. **As Crônicas Históricas Portuguesas como fontes para Estudos da Língua**. In: VII MiniEnapol de Historiografia Linguística, 2013, São Paulo. Caderno de Resumos, 2013. v. 1. p. 4-4).

⁴³SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia portuguesa; doutrina e crítica**. III volumes. Lisboa: Editorial Verbo, 1972-1974.

⁴⁴FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

e nomenclatura. Visamos, assim, problematizar um conceito, abrindo-o a diferentes interpretações e não fechando-o em uma arriscada univocidade. Dito isso, no decorrer do texto, continuaremos a utilizar tal termo quando seja possível verificar que a obra foi originalmente concebida como *crônica*; ao contrário, no caso em que seja evidente que o manuscrito reporta outra nomeação, iremos utilizar a mais genérica expressão *relato historiográfico*.

2.2.1 Crônicas Históricas Portuguesas – problematização de uma noção

É costume, entre os estudiosos, abordar as crônicas a partir de 1400, pois é em 1434 que foi criado o cargo oficial de cronista-mor do reino, sendo Fernão Lopes, já guarda-mor da Torre do Tombo, encarregado por D. Duarte de escrever as crônicas dos reis de Portugal. Este acontecimento marca uma passagem do âmbito religioso ao laico, visto que anteriormente a historiografia, e a escrita no geral, eram privilégios dos monges. Além disso, a atribuição dos dois cargos a uma pessoa só, que se tornou praxis a partir deste século, implica uma mudança na concepção historiográfica subjacente à redação das crônicas, do momento que o cronista passa a ter acesso aos documentos de chancelaria do reino. Se, no século anterior, as crônicas tendiam a confundir-se com narrativas fantásticas, a partir de Fernão Lopes, o cronista prefere distanciar-se de tais práticas de invenção “mitológica”. Cito o próprio Fernão Lopes:

nosso desejo foi nesta obra escrever verdade, sem outra mistura, deixando nos bons sucessos todo o fingido louvor, e nuamente mostrar ao povo quaisquer coisas em contrário, da maneira que sucederam.⁴⁵

Para tanto, o autor seleciona fatos acontecidos recentemente. Isto é evidente nas introduções de vários textos. No primeiro capítulo da *Crônica do*

⁴⁵Fernão Lopes, 1450 *apud* SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998, p.175.

Conde D. Pedro de Meneses (1458-1463), por exemplo, Zurara detém-se sobre o significado da palavra crônica e sobre o trabalho do cronista e afirma que

a principal parte do meu encarreguo he daar comta, e razão das cousas, que pasam nos tempos de minha hydade, ou daquellas, que pasaram tam a cerca, de que eu posso aver verdadeiro conhecimento; ca segundo os antigos escrepveram este nome, a saber, Chronica principalmente ouve o seu origem e fundamento de Saturno, que quer dizer Tempo, esto porque em Grego se chama este Planeta Chrono, ou Chronos, que sinifica Tempo, assy como no Latim este nome quer di/zer Tempus, e d'hy se deriva Chronica, que quer dizer Istoria, em que se escrepvem os feitos temporaes. Chama-se este Planeta no Latim Saturnus, cuja verdadeira interpretação, quer dizer casy Saturannis, a saber, comprido, ou cheio d'annos.⁴⁶

Nesta perspectiva, observa-se que, a partir de meados do século XIV, a crônica passa a ser organizada especificamente em torno dos limites temporais de um reinado.⁴⁷

No século XV, como dizíamos, a figura do cronista correspondia à de historiador oficial da Corte e estava intimamente ligada aos detentores do poder por meio de benefícios materiais e sociais por eles concedidos. Este pormenor é importante na medida em que revela uma interdependência entre o cronista e o monarca que o mantém: o cronista deve ao monarca o seu sustento e este deve àquele a organização dos documentos de chancelaria do reino e a elaboração de uma imagem de seu reinado a ser transmitida para a posteridade.

Neste primeiro momento, de fato, os cronistas são incumbidos da tarefa de registrar o passado, exaltando os feitos da família real, da nobreza e do clero. Este *labor* vem a corresponder, especificamente, com a criação

⁴⁶ZURARA, Gomes Eanes, *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Fac-similada da ed. do Abade Correia da Serra, de 1792, por Freitas, José Adriano de, Academia das Ciências de Lisboa, Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses. 1988, p. 6.

⁴⁷Serrão, por exemplo, o afirmou na sua obra de 1972 (p. 31).

de uma memória histórica que justifique a posição da dinastia de Avis nos acontecimentos do final de 1300 e celebre as guerras contra os mouros no norte da África. É o caso, entre outros, da *Crónica de D. João I*, por Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara (1450), da *Crônica da Conquista da Guiné*, de Zurara (1450-1460) e da *Crônica do Infante Santo D. Fernando*, de Frei João Álvares (1451-1460). A crônica, contudo, não se limita a uma função enaltecedora, tendo também uma utilidade imediata, quase prática. Conforme lembra França, escrever sobre o passado podia auxiliar no “esclarecimento de dúvidas quanto a matérias jurídico-administrativas, [no] reconhecimento e respeito pela memória dos antepassados, [na] moralização ou fixação de modelos de conduta e, ainda, [na] legitimação da condição dos nobres”.⁴⁸ Um excerto de uma carta de D. Afonso V a Gomes Eanes de Zurara, incluída na *Crônica do conde D. Duarte de Meneses* (1462 -1468), pode ajudar a entender melhor tal afirmação. Diz o monarca:

muytos certo vos são obrigados porque ajnda que os feytos de Cepta sejam asaz de resêtes depouys que eu vi a coronica que vos delles escreuestes: a muytos fiz onrra e merçe com melhor vôtade por ser çerto dalgüs boôs feytos que la fizeraõ por seruiço de Deos e dos Reys meus antecessores e meu, e a outros por serem filhos daquelles que laa assim bem seruiam do que eu não era antes entãõ cumprido conheçimêto, e creio que não menos sera aos que depouys de min vierẽ quãdo virem ho que aueys descreuer dos feytos de Alcacer, e se algüs merecẽ gloria por yrem a esta terra por seruiere a Deos e a mĩ e fazerẽ de suas onrras.⁴⁹

Em um segundo momento, entre os séculos XVI e XVII, a escrita historiográfica não parece mais limitada ao âmbito da Corte e das descrições das vidas e feitos dos monarcas, havendo muitos escritos de indivíduos diversos – religiosos, fidalgos, soldados, exploradores – tanto como memórias pessoais

⁴⁸França, op. cit., pp. 98-99.

⁴⁹Carta do rei D. Afonso V a Zurara. In: Zurara, Gomes Eanes de. **Crônica do Conde D. Duarte de Meneses**. edição semidiplomática e estudo histórico por FERNANDES, Adriano, Vila Real: UTAD, 2007.

que podiam ser apresentadas a um público de leitores, quanto como apontamentos e relações oficiais. Enquanto alguns autores continuam preferindo a tradicional exaltação dos eventos internos do reino, outros abordam os acontecimentos mundo afora.⁵⁰ A “crônica” torna-se, assim, texto informativo e encarrega-se de descrever e mapear as novas realidades com as quais os portugueses se deparam ao longo de suas explorações geográficas. Tal é a função daquelas que são hoje definidas crônicas de viagem. Igualmente, começam a ganhar destaque acontecimentos específicos, muitas vezes redigidos por observadores diretos.

O significado de “crônica” sofre, portanto, um transbordamento. Daí porque novos nomes aparecem, tais como Relações,⁵¹ Notícias, Sumários⁵² e Memórias,⁵³ configurando textos de características diferentes. Podem-se incluir neste grupo os textos a respeito do Brasil, como a *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa (1587), ou as memórias de soldados empenhados na defesa das cidades luso-marroquinas, como os *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues (1560).

Em um terceiro momento, em Seiscentos, a “crônica” enfrenta grandes mudanças no que diz respeito aos limites temporais escolhidos para a narrativa. A necessidade, consciente ou não, de reafirmar a identidade portuguesa face à União Ibérica levou muitos autores a debruçar-se sobre eventos mais recuados no tempo com o objetivo de construir compêndios – “histórias” ou “epítomes” – do passado “nacional”. Veja-se, por exemplo, o caso da *Monarchia Lusitana*, em cuja redação trabalharam quatro (assim referidos) cronistas ao longo de mais de cinquenta anos. Como consequência disso, em alguns casos a preocupação com a veracidade dos fatos narrados passa para um segundo plano em benefício da retórica. Além disso, a partir da Res-

⁵⁰A respeito destas diferentes tendências, disse Georges Le Gentil que os historiadores de Quinhentos podem ser divididos entre “ceux qui travaillent sur les textes [et] ceux qui sont mêlés aux événements” (*La Littérature portugaise*; col. Armando Colin, 2º ed. Paris, 1951, pp. 59-60 *apud* Serrão, 1972, p. 147).

⁵¹“Relação” é definida por Raphael Bluteau no seu *Vocabulário portuguez* como “comunicação ou correspondência, que hũa pessoa tem com outra” (v. VII, p.215).

⁵²“Sumário”, por sua vez, é definido por Bluteau como “especie de compêndio, formado dos principaes pontos de hũa causa, historia, discurso, etc. brevemente tocados” (v.VII, p.784).

⁵³Ainda Bluteau define “Memorias. Livrinho em que deixamos apontado o que de nos queremos lembrar” e remete a “Memorial” antes de continuar “tambem chamão algũs Autores modernos os livros, em que dão conta das negociações proprias, ou alheyas, das quaes forão testemunhas de vista. Todos os dias nos vem da França varios livrinhos com estes titulos [...]. Memorias, ou livro, que contem as memorias de todos os successos dos tempos passados”. (v. V, pag. 417).

tauração, nota-se uma progressiva separação entre os títulos de cronista do reino e de guarda-mor da Torre do Tombo e uma progressiva especialização do primeiro ofício. Ao cronista do reino junta-se o cronista *latino* e o cronista especializado em assuntos concernentes o Brasil, conforme lembra Serrão.⁵⁴

Finalmente, a partir do século XVIII, registra-se um progressivo abandono da crônica propriamente dita face ao surgimento de novos formatos de narração historiográfica. Apesar disso, tal formato continua sendo privilegiado na historiografia das ordens religiosas, tal como nos séculos precedentes.

Posto que há diferenças entre crônicas e os outros formatos historiográficos aqui abordados, poderíamos dizer que a preocupação com a confiabilidade da narração se configura enquanto característica quase constante da cronística, com a exceção de alguns autores. Posto isto, constatamos que há grande variação entre um cronista e outro no que diz respeito às fontes utilizadas para a escrita e as práticas de sua verificação. Fernão Lopes, por exemplo, concebe a história “como um processo instruído documentalmente”⁵⁵ e serve-se de forma sistemática dos documentos de chancelaria guardados na Torre do Tombo para reforçar e comprovar a sua narração, trazendo muitas vezes diferentes perspectivas a respeito do mesmo acontecimento.

Outros cronistas baseiam-se nos relatos orais de testemunhos diretos para construir sua narração. É o caso de Zurara, que afirma, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, ter-se servido das memórias de “poucas e certas pessoas”⁵⁶ e, conforme supõe Pereira, de apontamentos tomados por ele próprio ao longo dos anos.⁵⁷ O interessante é que já na *Crónica do conde D. Duarte de Meneses* (1462-1468) ele pretende fundamentar a narração nos testemunhos de um grupo mais amplo, dando voz a uma versão dos fatos menos mediada pela oficialidade. Permanece, então, algum tempo na África e procura relatos de pessoas que tinham participado diretamente dos acontecimentos, sem escolhê-las necessariamente entre nobres e fidalgos.

Há ainda outros casos em que o relato do autor deriva da observação direta

⁵⁴Op. cit., p. 32.

⁵⁵Saraiva, op. cit., p.176.

⁵⁶ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta**, 1450, ed. crítica por PEREIRA, F. M. Esteves, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 14.

⁵⁷*Idem.*

dos fatos, como no *Sumario* ou no texto de Bernardo Rodrigues. No primeiro capítulo dos seus *Anais de Arzila*, o autor afirma que escreverá “algũa parte das cousas que em meu tempo se pasárão e de que eu são lembrado [...] e de muitas em que me não achei de que tenho certa enformação”.⁵⁸

Claramente, não seria de esperar igual objetividade de todos os cronistas e os estudos contemporâneos reportam inúmeras referências a descuidos e imprecisões factuais contidos nos relatos. Como lembram Saraiva e Lopes,⁵⁹ “alguns historiadores são dominados por um sentimento muito vivo da veracidade histórica, enquanto outros propendem a considerar a história como um ramo da retórica” e, por isso, podem chegar a por “a retórica ao serviço de uma perspectiva [...] nobilitante da história nacional, deixando na sombra os factos que desdouram a majestade do conjunto”, seja isso de forma consciente ou não.

Frente a esta multiplicidade de temas, formas e objetivos, há uma característica fundamental, talvez a única que não mude substancialmente ao longo dos séculos, qual seja, a organização cronológica dos argumentos. A exposição do passado, de fato, é caracterizada por uma linearidade causal. Lê-se, nas páginas do *Sumario*, a seguinte passagem:

Ainda que meu intento não era escrever del Rey Mulei Mahamet nenhũ successo, senão so daquelles em q̃ me achei presente [...] Toda via me pareceo q̃ **pera o procedimento desta historia de ver de ser melhor entendida era couza necessaria começar este discurso hũ pouco mais de tras**, tratando nelle da origen da quella guerra, e causa porq̃ procedeu o grande incendio q̃ com tam raro movimento a Berberia perturbou.⁶⁰

Ou ainda, como escreve frei Rafael de Jesus ao comentar a diferença entre crônicas e genealogias, enaltecendo as narrativas em forma cronística contidas

⁵⁸RODRIGUES, Bernardo. *Anais de Arzila*, ed. crítica por LOPES, David, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 5.

⁵⁹SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, [s.d.], p. 421.

⁶⁰*Sumario*, fl. 252r. Nossos grifos.

na *Monarchia Lusitana*: “o [fio] da historia, nem se ha de quebrar, nem se ha de torcer com tanta demazia, que quebre, que não percão os olhos de vista o fio do argumento. Caminha perdido, quem não seguir trilho tão uzado”.⁶¹

2.3 Revelando os textos

Encerrada – ao menos provisoriamente – esta discussão, faz-se necessário empreender a verificação da trajetória manuscrita e editorial dos relatos existentes acerca da ocupação portuguesa do noroeste da África.

A primeira etapa desse procedimento consistiu no levantamento do maior número possível de crônicas e relatos escritos em português entre os séculos XV e XVII que poderiam se referir às relações portuguesas com o Marrocos. Juntando as referências contidas nas bibliografias citadas e as publicações de fontes inéditas, investigando minuciosamente os catálogos *online* das bibliotecas nacionais de Portugal, Espanha e Marrocos,⁶² buscando por referências contidas em outros textos ou em catálogos em papel⁶³ e, finalmente, por meio de uma pesquisa pelo nome de personagens referidas na narração, foi possível elencar cerca de trinta textos.

Realçamos que os títulos reportados na lista a seguir são aqueles estabelecidos pelos respectivos editores, ordenados pelas supostas datas de redação e por autor. Não incluímos aqui eventuais adaptações e resumos dos textos enumerados,⁶⁴ nem as traduções.⁶⁵ Finalmente, chamamos a atenção para a

⁶¹JESUS, Frei Rafael de. **Monarchia Lusitana. Parte Setima.** Lisboa, 1683 *apud* Serrão, op. cit., pp. 74-75.

⁶²Respetivamente, <http://www.bnportugal.pt/>, <http://www.bne.es/> e <http://www.bnrm.ma/>. Dora-vante, as bibliotecas serão indicadas por BNP, BNE e BNRM, respetivamente.

⁶³Entre outros, Cepeda (CEPEDA Isabela Vilares. **Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa:** subsídios. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1995) e o catálogo da Academia *online* de Ciências de Lisboa (<http://www.acad-ciencias.pt/wordpress/fundos-documentais-2/>).

⁶⁴Por exemplo, o *Summario da vida, acçoens e gloriosa morte do Senhor D. Fernando chamado o Infante Santo*, de Frei Fortunato de S. Bonaventura.

⁶⁵As traduções – de e para português – representam uma listagem a parte, sendo que algumas circularam amplamente e tiveram uma importância fundamental na divulgação dos fatos do Marrocos. É o caso de dois textos. O primeiro, *Da vida e feitos del-Rey D. Manoel* de Jerónimo Osório (século XVI), era originariamente uma crônica de Damião de Góis, que foi traduzida para latim e ampliada. Foi impressa pela primeira vez em 1571 e traduzida novamente para português por Francisco Manoel de Nascimento (disponível em: <http://purl.pt/23022>). O segundo é o texto de Conestaggio (Ieronimo CONESTAGGIO, *Unione del Regno di Portugallo alla Corona di Castiglia*, impresso pela primeira vez em 1585. Originariamente em italiano, circulou em várias línguas e era amplamente conhecido em Portugal. Está disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5327350905;view=1up;seq=1>).

presença de relatos cuja atribuição autoral ainda está incerta.

Século XV

1. Frei João ÁLVARES, *Crônica do Infante Santo D. Fernando*, impressa pela primeira vez em 1527.⁶⁶
2. Gomes Eanes de ZURARA, *Crônica da Tomada de Ceuta*, impressa pela primeira vez em 1644;⁶⁷ *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, impressa pela primeira vez em 1841;⁶⁸ *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, impressa pela primeira vez em 1792;⁶⁹ *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, impressa pela primeira vez em 1792.⁷⁰
3. Mateus PISANO, *De Bello Septensi*, impressa pela primeira vez em 1915 em tradução portuguesa.⁷¹

Século XVI

1. Anónimo, *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué d'Agoa e Narba* (séc. XVI). Impressa em 2007.
2. Anónimo, *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d'el-rei D. Sebastião 1573-1578* (séc. XVI). Impressa em 1987.
3. António de SALDANHA, *Crônica de Al-Mançor* (séc. XVI-XVII). Impressa em 1997.
4. Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila* (1561). Texto impresso pela primeira vez em 1915.⁷²

⁶⁶ A edição disponível *online* em várias bibliotecas digitais é a de 1730: <http://purl.pt/423>

⁶⁷ <http://purl.pt/218>

⁶⁸ <http://purl.pt/216>

⁶⁹ <https://archive.org/details/colleca-deliv02corruoft>

⁷⁰ <https://archive.org/details/colleca-deliv03corruoft>

⁷¹ Muitos estudiosos realçaram as semelhanças entre este texto e a *Crónica da tomada de Ceuta*, de Zurara, chegando até a considerar que se trataria de uma tradução, ampliada, da crônica zurariana.

⁷² <https://archive.org/details/anaisde-arzila-cr02rodruoft>

5. Damião de GÓIS, *Crônica do felicíssimo rei D.Manuel*, impressa pela primeira vez em 1566-67;⁷³ *Crônica do Príncipe D. João*, impressa pela primeira vez em 1567.⁷⁴
6. Duarte NUNES DE LEÃO, *Crónica de D. Duarte e de D. Afonso V.*, impressa pela primeira vez em 1643.
7. Garcia de RESENDE, *Vida e Feitos del-rei D. João II*. Impresso pela primeira vez em 1545.⁷⁵
8. João de BARROS, *Décadas da Ásia*. Impressos pela primeira vez em 1552, 1553, 1615, respetivamente.⁷⁶
9. Rui de PINA, *Crônica de D. Duarte*, *Crônica de D.João II* e *Crônica de D. Afonso V*, impressos pela primeira vez em 1790-93.⁷⁷

Século XVII

1. Agostinho Manuel de VASCONCELOS, *Vida de D. Duarte de Meneses*, impresso em 1627.⁷⁸
2. Álvaro LOBO (?), *Crónica do Cardeal Rei D. Henrique*, impressa pela primeira vez em 1840.⁷⁹
3. Pe. Amador REBELO, *Relação da vida del-Rey D. Sebastião*, impresso em 1977.
4. Bernardo da CRUZ, *Crônica del Rey D. Sebastião*, impressa pela primeira vez em 1837 e atribuída erroneamente a António de Vaena e ao padre Amador Rebello.⁸⁰

⁷³<http://purl.pt/14704>

⁷⁴<http://purl.pt/286>

⁷⁵<http://purl.pt/14664>

⁷⁶A edição digitalizada pela BNP (<http://purl.pt/7030>) é de 1777 e inclui os textos de Diogo do Couto.

⁷⁷<http://purl.pt/307>

⁷⁸<http://purl.pt/408>

⁷⁹<https://archive.org/details/chronicadocarde00mourgoog>

⁸⁰<https://archive.org/details/chronicadeelrei00cruz>

5. Fernando de GÓIS LOUREIRO, *Jornada del-Rei D. Sebastião à África (e Crónica de D. Henrique)*, impressa em 1978.
6. D. Fernando de MENESES, *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruína*, impressa pela primeira vez em 1732.⁸¹
7. Francisco de ANDRADA, *Crônica de D.João III*, impressa em 1613.⁸²
8. D. Jerónimo de MASCARENHAS, *Historia de la ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y politicos; Memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales*, antigamente divulgada em outras línguas; impressa pela primeira vez em 1918.⁸³
9. Jerónimo de MENDONÇA, *Jornada de África*, impressa pela primeira vez em 1607.⁸⁴
10. José Pereira BAIÃO, *Crónica del-Rey D. Sebastião*, impressa pela primeira vez em 1730, sendo atribuída erroneamente a Manuel de Menezes.⁸⁵
11. Luís de SOUSA, *Anais de D.João III*. Texto incompleto, impresso pela primeira vez por Herculano em 1844.⁸⁶
12. Manuel de MENEZES, *Chronica de D. Sebastião*. Segundo reporta Oliveira,⁸⁷ trata-se de um manuscrito inédito da biblioteca de Alcobaça.⁸⁸

⁸¹<https://archive.org/details/historiadetanger00eric>

⁸²<http://purl.pt/13803>

⁸³O autor, português, alinou-se à dinastia filipina durante a União Ibérica e escreveu em castelhano. Disponível em: <https://archive.org/details/histriadelaciu00masc>.

⁸⁴O texto está disponível em <https://archive.org/details/jornadadeafrica00mend>, na edição de 1904.

⁸⁵<https://archive.org/details/chronicadomuitoa00bayuoft>

⁸⁶O texto foi digitalizado pelo GoogleBooks e está disponível *online*.

⁸⁷OLIVEIRA, Vitor Amaral de (Ed.). **Sebástica: bibliografia geral sobre D. Sebastião**. Coimbra: UC Biblioteca Geral 1, 2002, p. 139

⁸⁸Além dos títulos reportados acima, podemos destacar alguns escritos de caráter mais descritivo, editados durante as primeiras décadas de 1900 pela leva de estudiosos franco-portugueses, tais como: CASTRIES, Henry de. **Une description du Maroc sous le règne de Moulay Ahmed el-Mansour (1596) d'après un manuscrit portugais de la Bibliothèque Nationale**, texto port. e trad. franc. Paris, Ernest Leroux, 1909. CENIVAL, Pierre de; MONOD, Th. **Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par – (1506-1507)**, Paris: Librairie Larose, 1938. **Un document portugais sur la place de Mazagan au début du XVIIe siècle**, trad. franc. com introd. e coment. por RICARD, Robert. Paris: Paul Geuthner, 1932. FIGANIÈRE, Joaquim. "Descrição de Ceuta muçulmana no século XV". In: **Revista da Faculdade de Letras de Lisboa**, Vol. 13 (1947), pp. 10-52.

A listagem apresentada não pretende abranger a totalidade de textos sobre o assunto – claramente, há a possibilidade de ainda ter relatos em formatos manuscritos não catalogados ou em acervos particulares inacessíveis. Inclusive, além dos títulos indicados, existe um grande número de documentos avulsos, crônicas mutiladas, textos plagiados e notícias anônimas cuja autoria não foi possível verificar. Entre estes, o caso da *Crónica e Sumário dos combates e cerco de Mazagão* é particularmente significativo.

Acerca deste texto, de fato, há ainda muitas incertezas. Com base em dados recolhidos ao longo de nossas pesquisas, parece existir um núcleo textual que consta nos manuscritos

- AT/L70 BNP;
- AT/L57 BNP;
- Ms 11048 BNP;
- ANTT, MSLIV/1218/8;
- Ms VIII-2805 da Casa Cadaval.⁸⁹

Nestes códices haveria, sob o nome de António de Vaena, a *Crónica dos combates e cerco de Mazagão*, uma *Crônica de D. João III*, uma *Crônica de D. Sebastião* e uma *Crônica do Cardeal D. Henrique*. Destes documentos, alguns foram editados e sua autoria comprovada, mesmo após alguns equívocos. A *Crônica do Cardeal D. Henrique*, como veremos na seção 2.3.1, foi publicada por Herculano e Paiva, juntamente com a *Crônica de D. Sebastião*, sob o nome de frei Bernardo da Cruz. A *Crônica de D. João III* foi atribuída por dois estudiosos – o Conde de Ericeira no século XVIII e Augusto Ferreira de Amaral em 1982 – a Vaena, mas ainda não há provas definitivas que encerrem o debate.

Quanto à *Crônica do cerco de Mazagão*, o problema surge em consequência da publicação, em 1607, de uma *História do cerco de Mazagão* sob o

⁸⁹Além destes códices, de acordo com Loureiro (1977, pp.), existiria uma cópia por António Lourenço Caminha datada de 1817. A procura pela cota indicada pelo editor, MS. 3663 BNP, não obteve resultados.

nome de Agostinho Gavy de Mendonça, reeditada na *Biblioteca dos Clássicos Portugueses* sob o mesmo nome, em 1890. A crônica atribuída a Vaena e a atribuída a Gavy de Mendonça, no dizer de alguns estudiosos⁹⁰ – e conforme se depreende pelos dados catalográficos da BNP e do ANTT, são muito parecidas, a tal ponto que haveria a suspeita de uma filiação direta entre as duas. Mais especificamente, Mendonça teria utilizado amplamente a obra de Vaena para a redação do seu texto. O equívoco, até hoje, parece não ter sido sanado, permanecendo dúvidas quanto à autoria dos manuscritos atribuídos alternativamente a Vaena e a Gavy de Mendonça.⁹¹ Devido a essas incertezas, preferimos não inserir a crônica no nosso levantamento, apontando apenas como tais questões, que assumimos como representativas dos casos de muitos outros textos, aguardam o desenvolvimento de um estudo próprio.

Mesmo sem pretensão de exaustividade, o número de títulos levantados superou nossas expectativas iniciais. A partir do momento que não seria possível fazer uma análise de todos os textos listados, resolvemos começar por aqueles editados em conjunto. Seleccionamos, então, o seguinte núcleo de relatos:

- Textos históricos editados pela Comissão das Edições Comemorativas do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta: o *De bello septensi* de Mateus Pisano; a *Historia de la ciudad de Ceuta* de D. Jeronimo de Mascarenhas;⁹² os *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues; *Ceuta e a capitania de Dom Pedro de Meneses (1415-1437)* de Baltasar Osorio; e a *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara.
- Crônicas sebásticas e relatos históricos editados por Francisco Loureiro:

⁹⁰Nomeadamente Loureiro, 1987.

⁹¹A questão, já por si complexa, é ulteriormente complicada pelo fato de existir ainda uma série de textos referidos pelo Visconde de Santarém na *Notícia dos manuscritos pertencentes ao Direito publico externo diplomatico de Portugal* (SANTARÉM, Manuel Francisco de Barros, Visconde de. **Notícia dos manuscritos pertencentes ao Direito publico externo diplomatico de Portugal e à Historia e litteratura do mesmo paiz que existem na Bibliotheca Real de Paris e outras da mesma capital, e nos Archivos de França**. Lisboa: Tipografia das Academia das Ciências, 1863, pp. 39-40), tais como: o *Tratado do Cerco de Mazagão*, a *Relação do cerco de Mazagão* do Padre André de Carvalho, manuscrito que foi encontrado na Biblioteca do Colégio dos padres jesuítas de Coimbra; uma *História do cerco de Mazagão* de autoria de Miguel de Castanhoso, impressa em Lisboa em 1564 e o *Sucesso do famoso cerco que el rey Mulei Abdalá pôs a Mazagão*, de Álvaro Rebello.

⁹²Analisaremos este texto, apesar de ter sido escrito em espanhol, por fazer parte do conjunto das Edições Comemorativas.

a *Relação da vida d'Elrey D. Sebastião*, a *Jornada del-rei dom Sebastião à África e Crónica de dom Henrique*, a *Crónica do xarife Mulei Mahamet e del-rey D. Sebastião (1573-1578)*.

Deste conjunto de textos, veremos que a maioria – o *De bello septensi*, a *Historia de la ciudad de Ceuta*, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Relação da vida d'Elrey D. Sebastião* e a *Jornada del-rei dom Sebastião à África e Crónica de dom Henrique* – são crônicas que poderíamos chamar de “oficiais”, ou seja, redigidas por cronistas e escritores de profissão. Os *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues e a *Crónica do xarife Mulei Mahamet*, pelo contrário, são memórias pessoais de soldados.

Além destes dois grupos julgamos necessário nos debruçar também sobre as *Sources Inedites de l'Histoire du Maroc* e sobre o *Projeto Portugal e o sul de Marrocos*. Apesar de não terem por objeto as crônicas, trata-se de dois momentos fundamentais de edição de fontes luso-marroquinas. De fato, a das *Sources* foi a primeira proposta de lidar com os documentos para a história dos portugueses no Marrocos como um conjunto e inspirou os editores posteriores, enquanto o *Projeto Portugal e o sul de Marrocos* representa o ponto de chegada das metodologias de edição destes mesmos documentos. Além disso, os estudiosos empenhados nos dois projetos também trabalharam com crônicas e textos historiográficos.

Para cada texto, recolhemos as seguintes informações:

- As fontes manuscritas; data de cópia; localização; descrição material sucinta; disponibilidade *online*.
- As edições impressas elaboradas a partir das fontes manuscritas e a sua localização atual; seu conteúdo e número de páginas.
- As eventuais edições fac-similares, diplomáticas, semidiplomáticas, críticas e de divulgação, acompanhadas por editor, datas e local de publicação.
- A indicação da existência de versões digitalizadas das publicações e a sua disponibilidade *online*.

Tais dados foram coletados adotando o seguinte procedimento: em primeiro lugar, pesquisamos, em obras de referência, informações de tipo geral sobre o autor e o texto, de forma a situá-los em um contexto histórico. Posteriormente, a partir destes primeiros dados, o título foi procurado em fontes secundárias (sobretudo em artigos acadêmicos) e terciárias (listas bibliográficas e catálogos de bibliotecas em papel ou *online*). No caso das crônicas de Zurara, a fonte principal foi a base de dados do projeto *PhiloBiblon*⁹³ da Universidade de Berkeley, em que são coletadas informações referentes a textos medievais e renascentistas escritos em romances vernáculos da península ibérica. Em outros casos, recorreu-se aos catálogos da BNP, da Academia de Ciências de Lisboa e da BNE. A existência de edições digitais ou consultáveis na biblioteca da Universidade de São Paulo proporcionou o acesso ao texto e à introdução do editor, permitindo compilar uma primeira listagem dos manuscritos. Outros textos inicialmente não disponíveis foram consultados ao longo de duas viagens a Portugal, Espanha e França. Em seguida, os dados foram conferidos em catálogos *online* ou em listas bibliográficas. A leitura das introduções dos editores e uma primeira verificação do próprio texto ajudaram a completar a catalogação.

Importa lembrar que não consideramos dados relativos a edições antologizadas, nem adaptações para públicos específicos tais como estudantes ou crianças, tratando-se de tipologias que não interessariam aos pesquisadores. Antologizações e adaptações foram localizadas apenas no caso das crônicas de Zurara, fato que, como veremos mais adiante, se reveste de importância.⁹⁴ Igualmente, não foram considerados na catalogação os exemplares manuscritos perdidos ou desconhecidos, a não ser que dispusessem de uma descrição que substituísse de alguma forma o seu conhecimento direto.

Antes de adentrar na descrição dos dados levantados, de toda forma, algumas observações se fazem necessárias a fim de problematizar certa conceitualização subjacente à prática de edição filológica. Trata-se do estabelecimento do parâmetro “tipo de edição”. Como vimos resumidamente no início do

⁹³<http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/>

⁹⁴Por exemplo, ZURARA, Gomes Eanes de, ALVES Frederico. **Romance da conquista da Guiné**: adaptação, para rapazes, da “Crónica do descobrimento e conquista da Guiné”, clássico português do século XV. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

capítulo, as edições filológicas dividem-se em monotestemunhais e politestemunhais e a edição crítica pertence ao segundo grupo, sendo estabelecida a partir do cotejo de mais de um testemunho do texto. Ao longo de nossa catalogação, observamos que, em alguns casos, os próprios editores definem o tipo de edição já no subtítulo, mas nem sempre parece ter homogeneidade nos critérios que definem cada edição. Desta forma, edições baseadas em *codex unicus* se autodefinem como “edições críticas”, como é o caso da *Crónica de Al-Mançor*. Para evitar confusões terminológicas no catálogo, decidiu-se utilizar a expressão “edição monotestemunhal interpretativa”.⁹⁵ Quando se tratasse de texto baseado em *codex unicus*, foi o caso de escolher entre “edição fac-similar”, “diplomática”, “semidiplomática” e “interpretativa”; no caso de edições para as quais houve um cotejo e uma decisão crítica entre as variantes, falou-se em “edição crítica”.

Isto posto, trataremos destes conjuntos em ordem cronológica, começando pelas *Sources*, continuando com as Edições Comemorativas e as crônicas editadas por Loureiro e terminando com o *Projeto*.⁹⁶

2.3.1 Os relatos históricos de assunto luso-marroquino – publicações de conjuntos documentais

Antecedentes da publicação de conjuntos documentais – As *Sources*

Em 1936, dois anos depois de retomar a publicação das *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*,⁹⁷ Robert Ricard (1900-1984) destacava a importância de se fazer uma coletânea, tal como empreendida por Pierre de Cenival (1888-1937) e por ele próprio, comentando a dificuldade linguística dos textos e as dificuldades de acesso material:

Crônicas e documentos de arquivos apareciam como

⁹⁵Esta expressão, dentre outros autores, como vimos, é a escolhida por César Nardelli Cambraia em sua *Introdução à crítica textual* (p. 91-103).

⁹⁶Todos os dados bibliográficos expostos ao longo deste capítulo são anexados no final do presente volume em forma de catálogo bibliográfico tradicional. A catalogação completa está disponível apenas em versão eletrônica, em razão da grande quantidade de dados recolhidos.

⁹⁷Todos os volumes desta publicação estão disponíveis no site da Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de França.

os complementos indispensáveis dos textos árabes, tão confusos e incertos, às vezes tão fragmentários, parciais ou tardios. Contudo, ainda em tempos recentes, essa abundante documentação permanecia de difícil acesso. Era defendida por sua própria língua, arcaica, quando não incorreta, e pouco estudada aqui na França. Muitas vezes também era preciso ir buscá-la em coleções raras ou em edições antigas difíceis de se encontrarem. É por isso que pareceu necessário abater esses obstáculos e colocar ao alcance dos pesquisadores marroquinos uma informação cujas riquezas era-lhe praticamente impossível utilizar convenientemente.⁹⁸

O projeto desta publicação tinha sido empreendido, entre 1905 e 1926, pelo conde Henry de Castries (1850-1927), que privilegiara as fontes referentes aos séculos XVI- XIX, não somente de bibliotecas portuguesas, mas também francesas, inglesas e espanholas. Pierre de Cenival, distanciando-se da metodologia de seu antecessor – que tinha definido como data simbólica para a seleção dos documentos o ano de 1530 – situa o início das relações comerciais luso-marroquinas na ocupação portuguesa do sul do território e escolhe focar no período anterior à instauração da dinastia saadiana, preferindo o ano de 1486. Sendo assim, sua edição abrangeu, em um primeiro momento, documentos das bibliotecas portuguesas que já tinham sido publicados por outros estudiosos – por tratar-se de edições pouco cuidadas ou inacessíveis já naquela época ou, ainda, por representarem fontes essenciais para o estudo da ocupação portuguesa do Marrocos que não poderiam faltar em uma coleção que ambicionava ser a “mais completa possível”.⁹⁹

Cenival viu apenas a realização do primeiro tomo da compilação. Após sua morte, ocorrida em 1937, o projeto passou para a direção de Robert Ri-

⁹⁸“Chronique et pièces d’archives apparaissent comme le complément indispensables des textes arabes, si confus et si incertains, parfois si fragmentaires, si partiels ou si tardifs. Toutefois, dernièrement encore, cette copieuse documentation demeurait d’un accès malaisé. Elle était défendue par sa langue même, archaïque, sinon incorrecte, et que l’on étudie peu chez nous. Souvent aussi, il fallait aller la chercher dans des collections rares ou dans des éditions anciennes que l’on atteignait avec peine. C’est pourquoi il a paru nécessaire d’abaisser ces obstacles et de mettre à la portée des chercheurs marocains une information dont il leur était presque impossible d’utiliser convenablement les richesses” (RICARD, Robert. “Le Maroc septentrional au X^vème siècle d’après les chroniques portugaises” In: **Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1955 [1936], p. 3).

⁹⁹CENIVAL, Pierre de (org). **Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc**. Archives et bibliothèques de Portugal, Première série, Dynastie sa’adienne, tome I, juillet 1486-avril 1516. Paris: Paul Geuthner, 1934, p. IV.

card, que o manteve até o ano da publicação do último volume (1953). Nesse período, Ricard contou com a participação de David Lopes (1867-1942),¹⁰⁰ entre outros. O esforço conjunto de todos esses estudiosos permitiu disponibilizar inúmeras fontes (cartas, documentos de chancelaria e memórias), recolhidas de arquivos e bibliotecas portuguesas. Contando as fontes disponibilizadas pelo conde de Castries em suas compilações, as *Sources* cobrem a história do Marrocos de 1486 a 1845.¹⁰¹ Os volumes recolhem os documentos – transcrições integrais, trechos escolhidos de documentos mais amplos ou simplesmente menções de passagem – em ordem cronológica. Cada tomo inclui uma introdução histórica, as transcrições acompanhadas pela análise resumida de cada documento e abundantes notas bibliográficas baseadas nos documentos que não foram reproduzidos integralmente.

No que diz respeito à metodologia adotada para a transcrição dos documentos, é possível perceber certa descontinuidade devido ao tamanho do projeto e às vicissitudes pessoais dos editores: as mortes de Cenival e de David Lopes e a II Guerra Mundial, entre outras dificuldades de cunho material e financeiro, fragmentaram o fluxo do trabalho e imprimiram em cada volume as diretrizes metodológicas do respectivo responsável. Quando editor, o conde de Castries indicara no prefácio os critérios de transcrição dos documentos e afirmara ter tentado reproduzir os textos sem modificá-los, sendo que

as únicas liberdades que foram tomadas [...] consistem no emprego regular tanto da pontuação quanto das maiúsculas e minúsculas e no desenvolvimento das abreviaturas. Quanto aos acentos, mantive os que eram indispensáveis à inteligibilidade da frase ou os cuja supressão teria alterado demasiadamente o as-

¹⁰⁰David Lopes participaria, também, de outros projetos, como o das Edições Comemorativas do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta, discutido na próxima seção.

¹⁰¹Ricard, em um texto de 1936, queixava-se de que “[...] as circunstâncias fizeram com que esse esforço [a publicação das *Sources*] abarcou principalmente o século XVI e o começo do XVII” (“[...] les circonstances ont fait que cet effort a porté principalement sur le XVIème siècle et le début du XVIIe”, RICARD, Robert. “Le Maroc septentrional au XVème siècle d’après les chroniques portugaises” In: **Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1955 [1936], p. 4). As fontes referentes ao século XV, como veremos, foram publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa no âmbito das Celebrações do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta.

pecto das palavras.¹⁰²

Note-se de passagem que tais características correspondem a uma modalidade de transcrição com grau médio-baixo de conservação das características do original, isto é, uma edição que se aproxima da interpretativa.

Por sua vez, Cenival não se refere explicitamente à metodologia de transcrição, afirmando apenas que inúmeros documentos apresentaram dificuldades de leitura e de interpretação, sobretudo em nível de paleografia. Podemos todavia inferir os critérios metodológicos que guiaram a edição de Cenival por meio das afirmações de Robert Ricard e de David Lopes, que os mencionam no segundo volume (1939).

De fato, no segundo volume, Ricard e Lopes afirmam ter respeitado os aspectos fundamentais da grafia “caprichosa e irregular”¹⁰³ dos documentos. As modificações gráficas por eles efetuadas foram a inserção da pontuação, a divisão em parágrafos, o desenvolvimento das abreviaturas, o emprego de maiúsculas e minúsculas. Nisso, os editores aderem aos critérios também seguidos por Cenival, como afirmam. Apenas no tratamento reservado aos acentos se distanciam dos critérios de seu predecessor. De acordo com eles, no primeiro volume os acentos não tinham sido respeitados, tendo sido modernizados de forma arriscada e subjetiva. Daí porque renunciam “sem exceções, em acrescentar acentos quando não presentes nos originais”.¹⁰⁴ Neste sentido, ao transcrever o original, Ricard e Lopes preocupam-se em conservar um maior número de suas características linguísticas, escolhendo um tipo de edição que poderíamos classificar entre semidiplomática e interpretativa.

De forma geral, os editores do projeto das *Sources* se distanciaram das tentativas anteriores de trabalho com as fontes portuguesas sobre a ocupação, em primeiro lugar por renunciar à interpretação histórica. Apesar de

¹⁰²“Les seules libertés qui aient été prises avec les originaux consistent dans l’emploi régulier de la ponctuation ainsi que des majuscules et des minuscules et dans le développement des abréviations. Pour les accents, j’ai rétabli ceux qui étaient indispensables à l’intelligence de la phrase ou dont la suppression aurait par trop défiguré l’aspect des mots” (CASTRIES, Henry de. **Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc**. Archives et bibliothèques de France, Première série, Dynastie saadienne, tome I première partie, 1530-1660. Paris: Paul Geuthner, 1906, p. VIII).

¹⁰³LOPES, David; RICARD, Robert (ed.). **Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc**. Archives et Bibliothèques du Portugal, Tomo II – 1ª parte (Mai 1516 – Décembre 1526). Paris: Éditions Paul Geuthner, 1939, p. XV.

¹⁰⁴*Idem*.

fazer preceder a cada texto uma introdução contendo as informações necessárias à sua compreensão, eles deixam os documentos falarem por si mesmos, tentando não guiar o leitor. Cito Ricard, no prefácio ao tomo IV:

A história dos portugueses no Marrocos é algo distinto de nossa coletânea: esta é destinada a servir de base e introdução àquela, e não a substituí-la prematuramente. Além disso, [a coletânea] tem ainda mais como objetivo informar o historiador sobre a situação geral do Marrocos do que sobre a atividade particular dos portugueses, tão importante como ela era no século XV.¹⁰⁵

Nesse mesmo sentido, o conde de Castries afirmara no primeiro tomo:

Era preciso construir desde logo uma síntese histórica utilizando, sem os publicar, todos esses documentos tal como tinham sido extraídos dos arquivos ou de coleções diversas? A resposta negativa foi formulada por um mestre no assunto e é ela que foi escolhida como epígrafe da presente coleção, apesar de seu aspecto paradoxal: “History cannot be written from manuscripts”. A história não pode ser escrita com base nos manuscritos, ou seja, com base nos documentos em estado bruto, sobre os quais a crítica ainda não trabalhou para fixar as datas, identificar os acontecimentos, assim como os nomes dos personagens e dos lugares.¹⁰⁶

Aos olhos de Castries, Cenival e Ricard, a história só pode ser escrita a partir de textos editados previamente. Nesse sentido, o trabalho de edição de

¹⁰⁵“L’histoire des Portugais au Maroc est une chose distincte de nos recueils: ceux-ci sont destinés à lui servir de base et d’introduction, et non à la remplacer prématurément. Au surplus, ils ont encore davantage pour objet de renseigner l’historien sur la situation générale du Maroc que sur l’activité particulière des Portugais, si importante qu’elle été au XVème siècle” (RICARD, **Sources**, tomo IV, 1951, p. VIII).

¹⁰⁶“Fallait-il construire d’ores et déjà une synthèse historique, en utilisant, sans les publier, tous ces documents tels qu’ils avaient été tirés des dépôts d’archives ou des collections diverses ? La réponse négative a été formulée par un maître en la matière et c’est elle qui a été choisie comme épigraphe de cette collection, malgré son aspect paradoxal : « History cannot be written from manuscripts ». L’histoire ne peut être écrite d’après les manuscrits, c’est-à-dire, d’après des documents à l’état brut, sur lesquels la critique n’a pas encore travaillé pour en fixer les dates, pour en identifier les événements ainsi que les noms de personnes et de lieux” (CASTRIES, **Sources**, tomo I première partie, 1096, p. IV).

um manuscrito e o levantamento das datas, dos nomes, etc., são condições indispensáveis, propedêuticas para o fazer historiográfico. A pretensão à integralidade e totalidade e, sobretudo, à aderência aos originais por meio de um trabalho filológico, motivada pela constatação de que “a história não pode ser escrita a partir de manuscritos”, constitui dessa forma um ulterior aspecto de originalidade do trabalho iniciado pelo conde de Castries em relação às tentativas anteriores de publicação de fontes e marca o passo para as edições posteriores. Temos aqui em mente principalmente os *Documentos arabicos para a historia portugueza* de Fr. João de Sousa.¹⁰⁷

Todavia, apesar do notável cuidado dedicado ao respeito do original, certos problemas saltam aos olhos de qualquer leitor e devem ser ressaltados. Primeiramente, os critérios de transcrição – já o vimos – acabam sendo bastante fluidos, atrelados a variáveis externas como o tipo de documentos editados, a transição do projeto de um editor para outro, a escolha do público-alvo das publicações, entre outras. Segundo, a ocorrência de lapsos de leitura ligados ao fato de os editores – historiadores e não filólogos – não estarem familiarizados com o português arcaico. Finalmente, destaca-se a escolha quanto ao tipo de edição a ser efetuada. De fato, como veremos mais à frente, as alterações da língua original dos textos, apesar de terem sido introduzidas com o objetivo de facilitar a apreensão destes por um público mais amplo, privam os estudos linguísticos de dados fidedignos e, desta forma, inviabilizam, de todo ou parcialmente, sua realização.

Apesar disso, a relevância da efetivação do projeto das *Sources* é facilmente perceptível na medida em que revela um universo até então desconhecido de documentos, caracterizando um período de interesse para o estudo da presença portuguesa no Marrocos que não deve ser subestimado e inspirando, direta ou indiretamente, editores posteriores.¹⁰⁸

¹⁰⁷SOUSA, Frei João de. **Documentos arabicos para a historia portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo**, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.

¹⁰⁸Não é exagerado afirmar que tal publicação possibilitou inúmeros estudos nos mais diversos âmbitos da Historiografia. Dentre eles, podemos destacar aqui os estudos publicados na coletânea *Melanges d'études luso-marocaines* (**Melanges d'études lusomarocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival**, Lisboa: Portugália Editora, 1945) que incluem pesquisas mais gerais, como as de António Baião (pp. 27-30) e de Marcel Bataillon (pp. 31-39); estudos de historiografia linguística (Joaquim Figanier, pp. 75-138 e João Pedro Machado, pp. 167-218), ou ainda um estudo que aborda aspectos artísticos e arquitetônicos (Henri Terrasse, pp. 401-417).

As Edições Comemorativas do Quinto Centenário da conquista de Ceuta

Em 1915, a Academia das Ciências de Lisboa empreendeu os preparativos para as comemorações do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta, incluindo a publicação de fontes inéditas sobre a presença portuguesa no noroeste da África. Os documentos foram organizados em três séries de volumes temáticos: na primeira série, intitulada “Textos históricos”, foram impressos crônicas e relatos históricos; na segunda, “Documentos”, fontes de chancelaria variadas; na terceira, intitulada “Memórias”, foi reimpresso um estudo historiográfico de José Vieira Guimarães. O quadro da publicação, obtido pela consulta ao texto da *Sessão solene da Academia das Sciencias de Lisboa em 16 de Dezembro de 1915*¹⁰⁹ e dos Índices das respectivas obras,¹¹⁰ consiste nos seguintes títulos:

I série: textos históricos -

1. Mestre Mateus de Pisano. *Livro da guerra de Ceuta*, edição de Roberto Correa Pinto – 1915;
2. D. Jeronimo de Mascarenhas. *Historia de la ciudad de Ceuta*, edição de Afonso de Dornelas – 1918;
3. Bernardo Rodrigues. *Anais de Arzila*, edição de David Lopes. Tomo I (1508-1525). 1915, Tomo II (1525-1535). Suplemento (1536-1550). – 1919;
4. Baltasar Osorio. *Ceuta e a capitania de Dom Pedro de Meneses (1415-1437)* – 1933;

¹⁰⁹Disponível em: <https://archive.org/details/centenriosdece00acad>. Último acesso: 24 de abril de 2015.

¹¹⁰Adquiridas em papel quando já não disponíveis *online*.

5. Gomes Eanes de Zurara. *Crónica da Tomada de Ceuta*, edição de Francisco Maria Esteves Pereira – 1915.

II série: documentos -

1. *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Organizados por Pedro de Azevedo, 2 vols. Lisboa: Academia das Ciências, 1915-1934;
2. *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*. Edição por António Baião. Lisboa: Academia das Ciências, 1925.

III série: memórias -

1. Vieira Guimaraes, Jose. *Marrocos e tres mestres da Ordem de Cristo*; memoria. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1864 [1916].

Antes de tudo, cabe lembrar que o projeto da Academia não consistia na divulgação de fontes para um público amplo, e sim na sua publicação para estudos históricos especializados. Desta forma, pode-se supor que a atitude geral tenha sido a de conservação da forma original dos textos, concretizando-se em edições diplomáticas ou semidiplomáticas. Todavia, muitas vezes os editores não indicaram quais os critérios seguidos, ao ponto que, em relação às *Sources*, observa-se uma heterogeneidade ainda maior no que diz respeito a este aspecto. Especificamente, dos trabalhos sobre os textos históricos, dois – os de David Lopes e o de Francisco Pereira – destacam-se por precisão filológica. Ambos os estudiosos, ao empreender edições críticas dos textos, identificaram os seus inúmeros testemunhos, fornecendo descrições acuradas de cada um e explicitando detalhadamente os critérios de transcrição. Os demais editores, porém, sobrevoaram os aspectos relativos às materialidades dos textos publicados, mencionando superficialmente os manuscritos de referência e, em alguns casos, omitindo as práticas adotadas para sua transcrição.¹¹¹ A seguir, analisamos o histórico manuscrito e editorial dos textos,

¹¹¹Infelizmente, não tivemos acesso ao livro *Ceuta e a capitania de Dom Pedro de Meneses* ao longo do tempo em que permanecemos em Portugal e na França, razão pela qual a análise descritiva desta edição não consta nesta versão de nossa dissertação.

destacando o tratamento reservado-lhe no âmbito das *Comemorações*. Por razões práticas, focaremos apenas nos manuscritos disponibilizados *online*.

Gomes Eanes de Zurara – *Crônica da Tomada de Ceuta* A *Crônica da Tomada de Ceuta* representa o texto de acesso à História dos Portugueses no Marrocos, pois descreve o primeiro momento oficial das operações no noroeste da África. Composta entre 1449 e 1450 – mais de trinta anos depois dos fatos nela relatados – a crônica foi concebida como parte conclusiva da *Crônica de D. João I* deixada incompleta por Fernão Lopes. Para fundamentar a sua narração, o autor afirma servir-se de relatos de pessoas que participaram diretamente dos fatos narrados, e de apontamentos tomados por ele próprio ao longo dos anos. Em razão de a crônica ter sido concebida como parte conclusiva de um texto preexistente, a descrição da conquista da cidade não ocupa muito espaço no total da obra, sendo que a maior parte dos capítulos é dedicada aos preparativos da expedição, com amplo destaque às figuras de D. João I e do Infante Henrique.

Da crônica conhecem-se trinta e dois testemunhos, que foram copiados entre os séculos XVI e XIX, estando hoje disseminados em várias bibliotecas do mundo. Cinco exemplares foram digitalizados. O manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – identificado pela cota Crônicas, 10 – foi descrito por Pereira: trata-se do mais antigo conhecido, um rico códice iluminado que data entre 1475 e 1525.

Está disponível *online* também o MS Port. 21 da Houghton Library da Universidade de Cambridge, descrito pela primeira vez por Blackmore.¹¹² Parece uma cópia pouco sucessiva à época do primeiro manuscrito, mas muito menos cuidada, em “exuberante letra cursiva”.¹¹³ Não parece ter lacunas significativas, mas há na sequência de folhas uma irregularidade devido provavelmente ao fato de terem sido reencadernadas: a hipótese de Blackmore é que se trate de dois manuscritos juntados sucessivamente.

O códice Crônicas, 9 do ANTT data da primeira metade do século XVI e está descrito em Pereira (op. cit.), que afirma que o texto está completo, mas

¹¹²BLACKMORE, Josiah. (1985) “A new manuscript for the Crônica da Tomada de Ceuta”, In: **Boletim de filologia**, vol. 30, pp. 47-54.

¹¹³*Idem*.

em alguns pontos aparecem lacunas preenchidas sucessivamente pela mesma mão.

O códice Crônicas, 14 do ANTT é também da primeira metade do século XVI, e o Códice ALC. 317 da BNP, por sua vez descrito por Pereira (1915), remonta ao século XVII.

A *Tomada de Ceuta* é a única crônica do *corpus* luso-marroquino impressa relativamente pouco depois da sua redação. De fato, foi publicada em 1644 junto à *Crônica de D. João I*. A edição, levada a cabo por António Álvares, impressor do rei, e por diligência de D. Rodrigo da Cunha, Bispo do Porto, reporta as licenças dos órgãos censores.¹¹⁴ As motivações do veredito positivo sobre o texto podem servir como ponto de partida para uma reflexão sobre a necessidade de se divulgar o texto nessa época. Na primeira licença diz-se que a crônica contém “muitos exemplos de extraordinario valor, que podem servir de motiuo aos Portuguezes deste nosso tempo”. Em 1644, Portugal tinha acabado de voltar sob a administração dos monarcas portugueses após o sucesso das guerras de Restauração e a decisão de se publicar no momento posterior à Restauração um texto de caráter nacional,¹¹⁵ que relata o primeiro sucesso da Coroa portuguesa no além-mar, assume uma forte dimensão simbólica.

A publicação de 1900 consiste em uma reimpressão da edição de 1644 publicada na *Biblioteca dos Clássicos Portuguezes*. Trata-se de uma versão de difusão que se limitou a modernizar o léxico e a grafia da primeira edição.¹¹⁶

Em 1915, no contexto das *Edições Comemorativas do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta*, a crônica foi publicada novamente com base nos manuscritos 368 e 355 do ANTT (hoje ms. Crônicas, 10 e Crônicas, 9). Apesar de a sua publicação estar fortemente ligada ao contexto de celebração do imperialismo português na África, a introdução histórica de Pereira mantém-se em um tom bastante neutro, diferentemente do que acontece,

¹¹⁴O texto digitalizado está disponível no site da BNP (<http://purl.pt/218>) e no da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01051530#page/1/mode/1up>), entre outros. Quanto à bibliografia, destaca-se a falta de estudos filológicos que tenham por objeto esta edição.

¹¹⁵Saraiva, 1998.

¹¹⁶Seria interessante efetuar um cotejo dessa edição com a sua correspondente de 1644, verificando o nível de modernização e a fidelidade ao texto original para entender melhor a motivação da sua reedição.

por exemplo, com a edição de Bragança da *Crónica da Conquista da Guiné* (1973). Além de descrever de forma aprofundada os testemunhos utilizados para a edição, Pereira fornece uma rápida descrição dos demais manuscritos então conhecidos e chega a supor a existência de outros que, de fato, viriam a ser descobertos mais tarde. Em resumo, a edição parece bastante completa e confiável, apesar de não reportar explicitamente os critérios de transcrição; a nível filológico, o grande defeito é evidentemente não incluir no cotejo manuscritos que seriam descobertos mais tarde, como é o caso do MS Port. 21. Tirando este aspecto, esta edição é a referência para qualquer estudo que pretenda abordar o texto do Zurara a partir do impresso, e encontra-se digitalizada no site do *Internet Archive*.

A crônica foi publicada novamente em 1992, mas é apenas uma edição divulgativa que parece limitar-se a retomar o texto do Pereira e adaptá-lo para um mais amplo público.

Como se viu, a falta de edições recentes que considerem manuscritos desconhecidos na época em que Pereira escreve (a nova edição anunciada por Blackmore em 1985 nunca foi publicada) constitui um problema grave para os que visarem analisar este texto. Apesar disso, a crônica é uma das mais estudadas e a sua importância histórica é incontestável.

Bernardo Rodrigues – *Anais de Arzila* Escritos por Bernardo Rodrigues, que nasceu em Arzila e combateu no território setentrional do Marrocos,¹¹⁷ os *Anais de Arzila* são memórias pessoais que deveriam servir como testemunho dos “asinalados feitos”¹¹⁸ dos portugueses nesta cidade. É hipótese de Lopes que, depois de 1560, data do abandono da praça-forte pelos portugueses, o último capitão de Arzila, D. Francisco Coutinho, tenha encomendado Rodrigues de dar uma forma mais definitiva às notas e apontamentos anteriormente coletados no Marrocos. Esta modalidade de redação é fundamental para o entendimento do texto e de suas características, pois não se trata de um escritor profissional como no caso de Zurara: Bernardo Rodri-

¹¹⁷ Esta e as informações seguintes são extraídas da introdução de Lopes, que editou a crônica em 1915 (RODRIGUES, Bernardo. 1915, **Anais de Arzila**, ed. crítica por Lopes, David, Coimbra, Imprensa da Universidade).

¹¹⁸ Bernardo Rodrigues, *apud* Lopes, 1915, p. IX.

gues foi homem “criado para a guerra e não para as letras”.¹¹⁹ Se isso, por um lado, prejudica em alguns pontos a fluência do texto, por outro lado, permite que reações genuínas, ideias e sentimentos do autor apareçam na narração. Quanto às fontes utilizadas e à veracidade dos fatos narrados, o autor insiste em afirmar que relata fatos aos quais assistiu pessoalmente, contando com o testemunho de outras pessoas quando a sua memória falhasse.

O texto, em quatro volumes, foi transmitido de forma manuscrita até ao século XVIII; atualmente, dispõe-se de seis manuscritos guardados em bibliotecas portuguesas, nenhum dos quais encontra-se digitalizado. A primeira e única publicação remonta a 1915, em edição crítica de David Lopes. Esta contém mapas do território circunstante a Arzila, fotografias modernas da cidade, uma introdução sobre o autor e a sua obra e a descrição dos códices existentes. Nenhuma menção explícita aos critérios de transcrição é feita na parte introdutória. Como no caso da edição da *Crónica da Tomada de Ceuta* de Pereira, apesar das características do contexto de publicação, Lopes mantém um tom neutro ao longo de seu estudo. O texto está disponível *online* no site do *Internet Archive* e foi reimpresso pela Nabu Press em 2010, em edição fac-similar.

Em 2007, finalmente, o texto foi traduzido para o árabe (“Hawliyat As-sila”) por Ahmed Boucharb, que ganhou o Prix du Maroc du livre (édition 2007, catégorie Traduction).

Mateus de Pisano – *De bello septensi* O *De bello septensi* é de autoria de Mateus da Pisano. Segundo informações fornecidas por Zurara na *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, o italiano foi contratado por D. Afonso V para divulgar em latim as façanhas dos portugueses na África. As *Gesta Illustrissimi Regis Iohannis de Bello Septensi* foi seu único texto a chegar a nosso conhecimento. Em 1790, o abade Correia da Serra publicou uma sua edição com base em um manuscrito quatrocentista não identificado, fornecido pelo Marquês de Penalva.¹²⁰

A edição de 1915 é uma tradução de Roberto Correa Pinto efetuada sobre

¹¹⁹Lopes, op. cit., p. XII.

¹²⁰A edição está disponível *online* no Google Books.

a edição do abade Correia da Serra. Neste ano, de fato, o manuscrito original era dado por desaparecido e o outro viria a ser localizado só mais tarde.¹²¹ A *Introdução* compreende algumas considerações acerca da gênese da crônica e um comentário sobre a metodologia de tradução seguida.

Jerônimo de Mascarenhas – *História de la ciudad de Ceuta* A edição da *Historia de la ciudad de Ceuta*, escrita por D. Jerônimo de Mascarenhas, foi dirigida por Afonso de Dornelas. No preâmbulo, o editor inclui algumas notas sobre o autor, sua vida, sua descendência e sua obra, de forma a contextualizar a redação do texto, de 1648. Quanto ao manuscrito editado, uma cópia existente em Madri, Dornelas indica apenas as vicissitudes relativas à sua identificação na Biblioteca Nacional de Espanha, mas não menciona sequer a referência.

Por meio de uma breve busca no catálogo digital da BNE foi possível identificar dois manuscritos com este título. Trata-se do MSS 18028 e do MSS 3033, ambos disponíveis em cópia digital.¹²² O MSS 3033 é um códice do século XVII, em letra humanística chanceleresca tendente à cursividade, em tinta preta. As folhas, em papel, são 268 e medem aproximadamente 310x220mm. O texto apresenta-se rasurado e corrigido em vários pontos, com manchas de tinta em alguns fólhos. Segundo os dados reportados na ficha bibliográfica da BNE, foi adquirido pela Biblioteca da coleção do Duque de Uceda.

O MSS 18028 é datado entre o século XVII e XVIII. As folhas, em papel, são 263 e medem 310x220mm. A grafia tem formas mais arredondadas do que a do códice anterior, enquanto o texto tem uma aparência mais limpa e organizada. O códice foi adquirido no século XIX da coleção pessoal de manuscritos de Pascoal Goyangos, eminente arabista espanhol.

Em geral, então, as edições disponibilizadas pela Academia, notáveis no

¹²¹ Hoje encontra-se na Biblioteca Ducal de Vila Viçosa uma cópia, provavelmente posterior, sob a cota manuscrito nº1.

¹²² Respetivamente, em <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000133991&page=1> e <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000037353&page=1>.

tocante ao empenho historiográfico e às proporções do trabalho, mesmo pretendendo reproduzir fielmente os documentos, de certa forma carecem de indicações mais específicas, em que os pontos de efetiva intervenção no original sejam enumerados. Dito isso, julgamos poder categorizar enquanto edições semidiplomáticas as publicações analisadas, com a exceção dos trabalhos de edição crítica de Pereira e Lopes, respetivamente.

Crónicas sebásticas – o projeto editorial de Loureiro

Uma maior atenção aos aspectos linguísticos dos originais é observável nas edições efetuadas por Francisco de Sales Loureiro, historiador sebástico, que nas décadas de 70 e 80 se empenhou na publicação de crónicas e relatos históricos inéditos, a saber:

1. *Relação da vida d'Elrey D. Sebastião*, atribuída ao padre Amador Rebello – 1977;
2. *Jornada del-rei dom Sebastião à África e Crónica de dom Henrique*, atribuída a Fernando de Góis Loureiro – 1978;
3. *Uma Jornada ao Alentejo e Algarve*, de João Cascão – 1984;
4. *Crónica do xarife Mulei Mahamet e del-rey D. Sebastião (1573-1578)*, anónima – 1987.

A primeira obra publicada, então, foi a *Relação da vida d'Elrey D. Sebastião*.¹²³ Na primeira secção, *Problema e equívoco de algumas das crónicas sebásticas*, o estudioso objetiva resolver alguns equívocos relativos à atribuição da autoria da *Crónica de D. Sebastião*. De fato, tais equívocos, fomentando um acirrado debate ao longo de mais de cento e quarenta anos,¹²⁴ fizeram

¹²³Leitura, introdução e notas de Francisco de Sales de Mascarenhas LOUREIRO. Separata da **Revista da Faculdade de Letras**, vol. II. 1977

¹²⁴Resumindo a questão, Alexandre Herculano e António da Costa Paiva, ao editar a crónica pela primeira vez em 1837, tinham atribuído sua autoria a frei Bernardo da Cruz. Tal atribuição foi posta em xeque em 1925 por António Serpa, que a publicou sob o nome do Padre Amador Rebello. Em 1950, Queirós Veloso entrou no debate, argumentando que o autor não podia ser senão António de Vaena, também autor de uma *História do cerco de Mazagão* e de uma *Crónica de D. Henrique*. Loureiro, em 1977, alinhou-se à hipótese defendida por Veloso sem ulteriores argumentações. Finalmente, em 1980, Augusto Ferreira do Amaral publicou um artigo (“António de Vaena e a Crónica d'el-Rei D. Sebastião”) em que, por meio de uma reconstrução da vida de Vaena, demonstrou que este não poderia ser autor da *Crónica de D. Sebastião*, pois já estaria morto na época em que o texto foi escrito.

com que António Ferreira da Serpa, em 1925, atribuisse ao padre Amador Rebello um texto – a *Crónica de D. Sebastião* – que, na verdade, não podia ter sido escrita por este autor. Na segunda seção – *Alguns apontamentos sobre o Padre Amador Rebello e a sua obra* – Loureiro reporta a vida do autor e suas demais obras. De acordo com ele, o padre Amador Rebello foi Mestre de D. Sebastião e, depois de Alcácer-Quibir, distinguiu-se no resgate de cativos. Na seção 3 – *A 'Relação da Vida de El-Rey D. Sebastião'* – o editor aborda os manuscritos e esboça um resumo do texto.

Loureiro dá ao conhecimento do público onze manuscritos, mais “várias” outras cópias na BNP.¹²⁵ Seriam eles:

1. Ms. n° 359 (Biblioteca Municipal do Porto);
2. Ms. n° 1754 (ANTT);
3. Ms. n° 982 (ANTT);
4. Ms. n° 963 (ANTT);
5. COD. Alcobacense n° 308 (BNP);
6. COD. 1461 (BNP);
7. CIII/1-15 (Biblioteca Municipal de Évora);
8. CIV/1-6 (Biblioteca Municipal de Évora);
9. CIV/1-14 (Biblioteca Municipal de Évora);
10. 49-XI-75 (Biblioteca da Ajuda);
11. 49-XII-1 (Biblioteca da Ajuda).

Apenas os manuscritos Ms. n° 1754 (ANTT), Ms. n° 982 (ANTT), Ms. n° 963 (ANTT), COD. 1461 (BNP) e COD. Alcobacense n° 308 (BNP),¹²⁶ são descritos, sendo os demais apenas nomeados. O Ms. n° 1754 (ANTT), objeto da edição, remonta a 1613 e teria sido revisado em 1616, na opinião

¹²⁵ *Ibidem*, p. 18.

¹²⁶ O COD. ALC. 308 foi digitalizado e está hoje disponível *online*: <http://purl.pt/26880>.

de Loureiro, pelo próprio autor. Quanto aos critérios de transcrição, não há indicações específicas, fora a afirmação de que se procurou “manter, por todas as formas possíveis, a originalidade do texto”,¹²⁷ inclusive a paginação e os subtítulos laterais do original. Ao analisar o texto, pode-se inferir que houve separação vocabular, enquanto aspectos como abreviaturas e acentuação foram mantidos. A edição é completada por notas, uma *Lista de formas abreviadas* (p. 26), e um *Apêndice* com os fac-símiles dos fólhos 37 do Ms. 1754 (ANTT), 285v do COD. Alcobacense n° 308 (BNP) e 23 do Ms. 1754 (ANTT).

O segundo relato, publicado em 1987, é a *Jornada del-rei dom Sebastião à África e Crónica de dom Henrique*.¹²⁸ A edição contém um *Prefácio* em que constam uma contextualização histórica geral (*I. Tensões gerais do século XVI*), algumas considerações acerca do reinado de D. Sebastião (*II. Tensões a vários níveis sobre os ombros de um monarca*) e um estudo sobre os textos publicados (*III. Aspectos gerais de duas crónicas inéditas*).

Trata-se de um relato a respeito da vida de D. Sebastião e dos acontecimentos que seguiram a sua morte em Alcácer-Quibir. É composto por três livros, dos quais o primeiro tem vinte e oito capítulos, o segundo vinte e sete e o terceiro dez. Destes, o terceiro é publicado por Loureiro com um título separado – *Crónica de dom Henrique* – por parecer “como que um apêndice em que, entretanto, se faz luz sobre o significado dos alvoroços que se levantaram no Reino”.¹²⁹ O texto, aos olhos do editor, é de vital importância pois constitui “a obra mais completa e mais fiel que em português se escreveu sobre a empresa marroquina. E mais: é mesmo a única crónica nacional que relata pela primeira vez as circunstâncias exactas da morte de D. Sebastião”.¹³⁰

Do texto existe um manuscrito completo na Biblioteca Municipal de Viseu¹³¹ e alguns trechos na *Miscelânea* Ms. n° 1113 do ANTT e no COD. 10851 da BNP, respetivamente. A edição é, portanto, baseada no manus-

¹²⁷ *Ibidem*, p. 25.

¹²⁸ LOUREIRO, Francisco de Sales Mascarenhas. **Jornada del-rei dom Sebastião à África e Crónica de dom Henrique**. Prefácio do Prof. Doutor Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1978. A crónica, na verdade, tinha sido publicada pela primeira vez em 1970.

¹²⁹ *Idem*.

¹³⁰ *Idem*, p. XXXIX

¹³¹ O editor não indica aqui a cota do manuscrito, que talvez seja referenciada no artigo “Uma crónica inédita da historiografia sebástica”. Separata da revista **Beira Alta**, Viseu, 1974.

crita da Biblioteca de Viseu, que Loureiro afirma ser provavelmente uma cópia do original:

seja o exemplar da *Jornada*, que é razão das nossas considerações, apenas uma cópia de um original que se perdeu, o que justifica que o mesmo não venha assinado; seja, todavia, o próprio original que aguardava uma última redacção, que o autor por motivos circunstanciais não teve oportunidade de efectuar; seja ele ainda motivo de um anonimato, para escapar à sanha filipina, pelo seu portuguesismo.¹³²

A respeito do autor, o estudioso levanta a hipótese que se trate de Fernando de Góis Loureiro, moço de câmara de D. Sebastião e, depois da campanha de África, presbítero em Roma; ele teria redigido a crônica provavelmente entre 1588 e 1595.

Finalmente, o editor detém-se brevemente no aspecto visual do manuscrito¹³³ e anota algumas observações a respeito da grafia do texto, que conclui nos seguintes termos: “em síntese, o códice que analisamos apresenta uma ortografia variada, sem regras fixas, numa instabilidade de normas ortográficas que é característica da época em que foi redigido”.¹³⁴

Quanto aos critérios de transcrição, o editor destaca o intento de “manter a pureza do original”,¹³⁵ que o levou a escolher um tipo de transcrição quase completamente conservadora e que poderíamos definir como diplomática. As intervenções, então, limitaram-se à “separação de alguns elementos ortográficos de que o autor fez a respectiva junção, sempre que as circunstâncias ortográficas o permitiam”, inserção de parênteses para destacar eventuais acrescentamentos do editor e // para indicar separação de fólios. A “expressão morfológica e sintáctica” e a pontuação foram mantidas inalteradas.

Não trataremos, aqui, da terceira publicação de Loureiro – *Uma Jornada*

¹³² *Idem*, p. XL.

¹³³ “O contexto preenche páginas compactas, em linhas seguidas, apenas se interrompendo para inserir os capítulos. A forma ortográfica é muito similar à de outros textos do século XVI. Nas margens folgadas aparecem uma vez por outra algumas anotações, quase sempre do autor” (*Ibidem*, p. LIX).

¹³⁴ *Ibidem*, p. LXI.

¹³⁵ *Idem*, p. LIX.

ao Alentejo e Algarve, de João Cascão (1984)¹³⁶ – por tratar-se de uma crônica acerca da primeira viagem de D. Sebastião ao sul de Portugal e à África. O quarto texto, que foi publicado em 1987 com o título de *Crónica do xarife Mulei Mahamet e del-rey D. Sebastião (1573-1578)*,¹³⁷ é o *Sumario de todas as cousas sucedidas em Berberia*. Como já tivemos ocasião de anunciar, trata-se de um relato anônimo, cuja narração cobre os anos de 1573 até 1578. Do próprio texto depreende-se que foi escrito por um homem de armas criado do Prior do Crato que ficou prisioneiro em Fez após a derrota de Alcácer-Quibir.

Neste caso, o editor reporta a existência de um único manuscrito, o Ms. 2422 da Biblioteca Nacional de Espanha, e escolhe modernizar o texto, que faz preceder por algumas *Considerações gerais* acerca do período histórico, *Considerações especiais sobre a crónica* e uma *Advertência* contendo os critérios de transcrição.

Não cabe aqui deter-se na existência de outro exemplar manuscrito do texto – o COD. 13282 da Biblioteca Nacional de Portugal – e na análise desta publicação, que serão objetos do capítulo 3 do presente trabalho. Apenas, é importante notar que as três edições indicadas até aqui são guiadas por critérios diferentes. Tanto a *Relação* quanto a *Jornada* são transcritas seguindo as normas da edição diplomática. Neste sentido, julgamos a *Jornada* uma edição confiável e completa, em que os objetivos historiográficos e o *labor* filológico do editor se balanceiam e complementam. No caso da *Relação*, contudo, o que interessava ao editor era inserir-se no debate acerca da autoria da *Crônica de D. Sebastião*, percorrendo as diferentes atribuições feitas ao longo dos anos, organizando e diferenciando os vários núcleos manuscritos e evidenciando o equívoco quanto às obras do Padre Amador Rebello. Sendo esse o objetivo, a nosso ver, a edição apresenta o problema de relegar a um lugar secundário a análise filológica da *Relação*, que permanece, em alguns pontos, incompleta. Quanto à edição do *Sumario*, notaremos que os

¹³⁶CASCÃO, João. *Relação da jornada de El-Rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora*. Edição por LOUREIRO, Francisco de Sales Mascarenhas – *Uma Jornada ao Alentejo e Algarve*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

¹³⁷LOUREIRO, Francisco de Sales Mascarenhas. **Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião**: introdução e notas. Europress: Lisboa, 1987.

critérios de leitura historiográfica neutra e de respeito filológico do original, anteriormente acurados, são suspensos. A *Crónica do xarife Mulei Mahamet* distancia-se de forma significativa das edições precedentes – e não apenas pela escolha de modernizar o texto e abri-lo, nas intenções do autor, a um público mais amplo. Mas deixemos de lado, por enquanto, esta discussão.

O Projeto *Portugal e o sul de Marrocos*

O último projeto editorial a ser destacado, em ordem cronológica, é concebido no *Projeto Portugal e o sul de Marrocos – Contactos e Confrontos, Séculos XV-XVIII*,¹³⁸ iniciado em 2006 sob a liderança da Prof^a. Maria Augusta Lima Cruz,¹³⁹ que tem trabalhado com edição textual desde sua dissertação *Os portugueses em Azamor (1513-1541)*.¹⁴⁰

Realizado em parceria entre a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade dos Açores e terminado oficialmente em 2011, tal projeto encarregou-se de analisar os contatos entre portugueses e marroquinos desenvolvidos entre os séculos XV e XVIII na parte meridional do território, correspondente às cidades de Mazagão, Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Gué.

Entre as novidades que, em relação à metodologia dos projetos precedentes, demonstram uma maior preocupação para a compreensão global do momento histórico, destaca-se a ampliação da coleta de fontes aos documentos materiais (arqueológicos e arquitetônicos), iconográficos e cartográficos, além de textuais. De fato, os eixos prioritários de pesquisa, conforme enumerados no texto de apresentação do Projeto, são:

- Domínio político português e o relacionamento com os poderes marroquinos;
- Dinâmicas económicas: corso, razias e resgates, tributação, comércio e artesanato;

¹³⁸<http://cham.fcsh.unl.pt/ext/portugalemarrocos/portugalemarrocos.html>

¹³⁹Da equipe de trabalho fizeram parte Ana Catarina Gonçalves Lopes, André Teixeira, António Manuel Clemente Lázaro, Edite Maria da Conceição Alberto, João Figueirôa-Rêgo, Jorge Manuel Alves Correia, José Bettencourt, José Damião Rodrigues, Maria Marta Lobo Araújo, Rafael Moreira, Teresa Lacerda, Valdemar Coutinho. Quanto aos bolsistas e colaboradores, para a lista completa remete-se à página web <http://cham.fcsh.unl.pt/ext/portugalemarrocos/equipa.html>.

¹⁴⁰LIMA CRUZ, Maria Augusta. *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, dissertação de licenciatura em História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (244 pp.), 1967.

- Quadro institucional;
- Estrutura social: a nobreza guerreira, renegados e mouros de pazes;
- A Igreja, a vida religiosa e as instituições de assistência social;
- Arquitectura e urbanismo das cidade portuguesas;
- Formas de habitar, cultura material e quotidiano das comunidades europeia e norte-africana nas cidades portuguesas.

Além disso, o projeto não se orientou apenas pela disponibilização de fontes, mas também se empenhou no seu estudo e interpretação sistemática, integrando a fase de pesquisa documental ao fazer historiográfico. Os resultados de tais reflexões foram expostos ao longo de cinco colóquios, realizados em Portugal e no Marrocos, e publicados em seis volumes.

Uma característica mais importante ainda é a retomada e sistematização da colaboração entre portugueses e marroquinos, desenvolvida anteriormente pelos editores das *Sources* e resumida em um dos objetivos do projeto (“divulgação e partilha de informação entre investigadores portugueses e marroquinos, bem como toda a comunidade científica em geral”).¹⁴¹ Oficialmente, o projeto foi desenvolvido entre universidades portuguesas, mas, sobretudo no que concerne o estudo arquitetônico, destaca-se a colaboração entre os académicos portugueses e a *Direction du Patrimoine Culturel* marroquino.

No que diz respeito mais especificamente ao trabalho com fontes escritas, o *Projeto* articulou-se em três pontos: a) catalogação de “toda a documentação escrita sobre as relações entre Portugal e o Sul de Marrocos entre os séculos XV e XVIII”,¹⁴² b) digitalização das *Sources* ainda não disponíveis *online* e, c) edição de seis códices inéditos do *Núcleo antigo* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A catalogação, considerada como um trabalho *in fieri*, visa a junção das listas de documentos publicados no âmbito das *Sources*, por António Dias

¹⁴¹<http://cham.fcsh.unl.pt/ext/portugalemarrocos/portugalemarrocos.html>.

¹⁴²Veja-se o site do Projeto.

Farinha em sua dissertação de Doutorado,¹⁴³ e em outros trabalhos menores, reportados integralmente no Índice de Abreviaturas utilizadas.¹⁴⁴

Quanto à digitalização das *Sources*, o objetivo foi disponibilizar os volumes que ainda não estavam *online*, sendo que alguns já tinham sido publicados na Biblioteca Nacional da França (BNF). Além disso, os links às imagens dos documentos foram juntados em uma só página, facilitando sua busca e comparação. A única observação a ser feita diz respeito à falta de uma transcrição dos documentos digitalizados, que dificulta a busca de palavras e inviabiliza eventuais estudos linguísticos.

Finalmente, quanto à edição de fontes inéditas, no site do *Projeto* afirma-se que cada transcrição, introduzida por uma breve descrição material do códice, foi efetuada a partir dos seguintes critérios:

- As abreviaturas foram desenvolvidas, indicando nalguns documentos as letras abreviadas em itálico e noutros documentos sublinhadas.
- Tanto quanto possível, desenvolveram-se as abreviaturas das palavras tendo em conta como o escrivão as escreveu por extenso.
- As palavras unidas foram separadas sem uso de sinais.
- As minúsculas e maiúsculas foram mantidas como no original.
- As letras “u”, “v”, “i” e “j” foram conservadas conforme o original.
- Os numerais “romanos”, foram conservados nas suas formas.
- Foi colocado entre parêntesis rectos, o que foi interpretado, havendo dúvidas, ou acrescentado ao texto original. Por exemplo: reconstituições, a sinalização de dúvidas por - [?]; erros - [sic]; lacunas e rasuras - [...], no caso de algumas rasuras com possibilidade de leitura as palavras estão entre esses parênteses.

¹⁴³DIAS FARINHA, António. **Portugal e Marrocos no séc. XV**. Dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990 (policopiado).

¹⁴⁴Disponível *online* em: http://cham.fcsh.unl.pt/ext/portugalemarrocos/files/abreviaturas_referencias_bibliograficas_3.pdf. Último acesso: 9 de junho de 2015.

- As passagens de linha do texto foram assinaladas por uma barra oblíqua - /.
- Os à margem foram mantidos como tal, tentando fazê-los coincidir com a relação que tinham com o texto no original.

Frente a isso, malgrado algumas divergências no tratamento de aspectos como as abreviaturas, o cuidado com a língua original e a indicação pontual das intervenções efetuadas, configuram uma edição plenamente semidiplomática e fazem com que tais fontes possam ser utilizadas em estudos linguísticos.

Concluindo, o *Projeto* pode ser lido tanto como etapa de um percurso empreendido por Lima Cruz enquanto pesquisadora individual, quanto como coroamento dos esforços editoriais precedentes por meio da integração e estruturação de todos os documentos antes esparsos, do seu registro em formato digital e, no caso das *Sources*, da sistematização de seu acesso *online*, testemunhando, assim, a incorporação de novas metodologias ao *labor* filológico.

2.3.2 Os relatos históricos de assunto luso-marroquino – publicações avulsas

Os relatos publicados no âmbito de projetos coletivos limitam-se a oito, representando assim uma exceção no cenário editorial das fontes de assunto luso-marroquino. Tratando-se de textos extensos, às vezes com inúmeros exemplares espalhados em diversos arquivos, poucos editores consideraram que seria possível trabalhá-los como um todo. Por isso, nas páginas a seguir iremos retomar o número de crônicas levantadas na seção 2.3 a fim de ampliar o histórico editorial já empreendido, incluindo os textos que foram editados individualmente. Mais uma vez, dada a impossibilidade de abarcar todos os textos, escolhemos aqueles a) escritos em língua portuguesa c) entre os séculos XV e XVI e d) referentes *diretamente* a fatos acontecidos em Marrocos nestes mesmos séculos. Com base nestas características foi-nos possível identificar os seguintes títulos:

- a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Crónica do Conde D. Pedro de Me-*

neses, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* e a *Crónica da Conquista da Guiné* de Zurara (escritas entre 1450 e 1468);

- a *Crônica do Infante Santo D. Fernando* de Fr. João Álvares (escrita no séc. XV);
- os *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues (1561);
- a *Crónica de Al-Mançor* de António de Saldanha (séc. XVI-XVII);
- a crónica anônima *de Santa Cruz do Cabo de Gué* (século XVI).
- a *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d'el-rei D. Sebastião 1573-1578* (séc. XVI).

Alguns destes títulos – a *Crónica da Tomada de Ceuta*, os *Anais de Arzila* e a *Jornada del rei Dom Sebastião* – já foram comentados anteriormente, enquanto a *Crónica do xarife Mulei Mahamet* será objeto do capítulo 3. Excluindo tais textos, para cada um dos restantes foi necessário procurar dados a respeito de seu histórico manuscrito e de sua trajetória editorial, seguindo o mesmo procedimento adotado para os relatos publicados em conjunto.

Prosseguimos com a exposição dos principais dados levantados, em que destacamos algumas características dos textos que servirão de base para uma reflexão sobre a função dos documentos na época de sua produção e ao longo da sua transmissão. Mais uma vez, para cada texto, reportamos o número de manuscritos e algumas informações que sugiram a motivação da sua digitalização. Quanto aos exemplares impressos, detemo-nos sobre as datas, o tipo de edição e o contexto de publicação.

Por comodidade, dividimos novamente os textos com base nas motivações da sua redação inicial. Assim, o núcleo de crônicas de autoria de Zurara e a de Fr. João Álvares constituem o sub-*corpus* de fontes oficiais,¹⁴⁵ o relato de Saldanha e a *Crónica do xarife Mulei Mahamet* representam o ponto de

¹⁴⁵Por “oficial”, entendemos textos escritos por cronistas do Reino ou, mais em geral, personagens da Corte com o objetivo de registrar acontecimentos bélicos e perpetuar a memória dos feitos da nobreza portuguesa. Tais textos, dedicados a componentes da dinastia de Avis, circulariam principalmente entre os fidalgos.

vista dos indivíduos; os *Anais* de Bernardo Rodrigues e a *Crónica de Santa Cruz*, apesar de poderem situar-se entre os dois conjuntos, serão classificados no segundo. A apresentação dos textos dentro dos conjuntos é por autor, em ordem alfabética.

O sub-corpus de fontes “oficiais”

Gomes Eanes de Zurara – *Crônica do conde D. Pedro de Meneses*

A *Crônica do conde D. Pedro de Meneses* foi concebida como continuação da *Tomada de Ceuta*. Conforme o próprio autor afirma no primeiro capítulo, foi encomendada por D. Afonso V para que se houvesse memória dos feitos do Conde que foi governador de Ceuta entre 1415 e 1437. Compõe-se de quarenta capítulos em que a narração se concentra em fatos de guerra e escaramuças entre mouros e cristãos.

Desta crônica conhecem-se atualmente catorze manuscritos, a maioria dos quais se encontra em bibliotecas portuguesas, um na Biblioteca Nacional de Espanha e um em Ceuta. Apenas o manuscrito da BNE foi digitalizado e disponibilizado *online*: trata-se do MS 2428, que data do século XVII e é citado por Dias Dinis.¹⁴⁶

A crônica foi publicada pela primeira vez pelo abade Correia da Serra em 1792, quando da fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, na *Collecção de livros ineditos da História Portuguesa*. Esta coleção objetivou recolher uma série de documentos para a História Portuguesa.¹⁴⁷ Além deste texto, Correia da Serra publicou a *Crônica del-rey D. João II* de Rui de Pina, a *Crônica do Conde D. Duarte* de Zurara e documentos jurídicos. A edição foi considerada bastante cuidadosa por Maria Teresa Brocardo,¹⁴⁸ mas já ultrapassada no que diz respeito à escolha dos textos de base. Assim, segundo a própria Brocardo, “se a edição [...] não é aproveitável enquanto transmissão do português escrito do séc. XV-XVI, constitui objeto para um estudo dos hábitos editoriais do século XVIII”. O texto abre-se com uma breve introdução, na qual o editor apresenta o autor e a sua obra e identifica

¹⁴⁶DINIS, Dias. (1949). “Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara”, Introdução à **Crônica dos feitos da Guiné**, Vol.I. Lisboa: Agência Geral das Colônias, pp. 226-227.

¹⁴⁷Serrão, 1974.

¹⁴⁸*Ibidem*, p. 260.

os manuscritos usados, sem, contudo, falar dos critérios utilizados para a transcrição. O livro está digitalizado e disponibilizado *online* no site do *Internet Archive*.

Em 1988, o texto foi fac-similado por José Adriano de Freitas Carvalho; por sua vez, tal fac-símile foi recentemente digitalizado e digitado por Nuno Campos no âmbito de um projeto da Universidade de Évora.¹⁴⁹ A sequência de reproduções, além de testemunhar a mudança das técnicas de reprodução de um texto ao longo dos anos, aponta para uma consolidada autoridade da primeira versão impressa da obra.

Em 1990, António Manuel Lázaro defendeu na Universidade Nova de Lisboa uma dissertação de Mestrado em que propôs uma edição diplomática e crítica da *Crónica*. Esta foi fortemente criticada por Brocardo,¹⁵⁰ que por sua vez publicou, em 1997, uma edição crítica. O texto transcrito pela estudiosa pode ser pesquisado *online* no *Corpus Informático do Português Medieval*,¹⁵¹ mas não parece ser visualizável, nem inclui a introdução e o estudo da editora. Desde a proposta de Brocardo não houve nenhuma nova tentativa de estabelecimento do texto.

Gomes Eanes de Zurara – *Crônica do conde D. Duarte de Meneses*

A terceira “crônica marroquina” de Zurara, a *Crônica do conde D. Duarte de Meneses* (1462 -1468), é centrada na figura do capitão de Alcácer-Ceguer e das guerras no noroeste da África entre 1437 e 1464. O texto foi pedido por D. Afonso V, logo em seguida à morte do Conde D. Duarte durante um confronto com os mouros na serra de Benacofu. O pedido, conforme lembra Fernandes,¹⁵² explicita o desejo do rei de reparar o erro tático que tinha levado à morte prematura do Conde, cujo nome seria então perpetuado na escrita. Assim, se por um lado a razão principal de sua redação e os eventos narrados parecem fazer deste texto mais uma fonte “oficial”, por outro lado é interessante lembrar como, em seguida às fortes críticas movidas

¹⁴⁹http://www.cidehus.uevora.pt/textos/fontesul/fsul_presenting.htm

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ www.cipm.unl.pt

¹⁵² ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Conde D. Duarte de Meneses**, edição semi-diplomática e estudo histórico por FERNANDES, Adriano, Vila Real: UTAD, 2007.

pelos nobres e os fidalgos, o autor decidiu mudar-se para o norte da África com o objetivo de observar diretamente os acontecimentos que iria relatar. Não apenas visitou os lugares que inclui na sua narração, acompanhando as cavalgadas dos portugueses que habitavam a cidade, como também deu espaço aos testemunhos de pessoas comuns (soldados, mouros, etc.), conforme reportado no capítulo LX:

Eu depois a alguïs mouros cõ que faley daquelles que esteuerõ naquelle cerco estando eu la ã terra dAfrica pera screuer esta estorea onde me trabalhaua muyto falar cõ elles pera saber melhor seus feitos, e isto por elle s uijrẽ algũas uezes a Alcacer.¹⁵³

Desta forma, apesar de ter sido concebida em ambiente oficial com o objetivo de perpetuar a voz da autoridade, a mudança do autor para a África deve ter implicado um deslocamento de ponto de vista que enriqueceu o texto de forma indireta.

Os manuscritos hoje conhecidos são nove, dos quais apenas o mais antigo e mais íntegro está disponibilizado *online*. Trata-se do ms. 520 [Casa Forte], que contém a carta de D. Afonso V a Zurara (transcrita em coluna única, com letra mais cursivizada em tinta preta).

Como no caso da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, a primeira edição do texto é do abade Correia da Serra, que, desconhecendo o ms. 520, se baseou em um manuscrito atualmente desaparecido, o de São Lourenço. Em 1978 foi publicada a tese de Larry King, uma edição diplomática do ms. 520. A última edição é uma semidiplomática apresentada como tese de Doutorado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal) em 2007 por Adriano Fernandes.¹⁵⁴ A transcrição baseia-se no ms. 520, anotando as diferenças entre este, a edição impressa do Abade José Correia da Serra, e a edição de Larry King. A tese, introduzida por um amplo estudo histórico da crônica, está disponível *online* no repositório da Universidade e o texto editado foi sucessivamente publicado pela Vercial, estando, por sua vez, disponível *online* em formato digital.

¹⁵³Zurara *apud* FERNANDES, 2007, p. 84.

¹⁵⁴FERNANDES, *op. cit.*

Gomes Eanes de Zurara – *Crônica da Conquista da Guiné* A *Crônica da Conquista da Guiné* – a última entre as crônicas zurarianas – é um texto descoberto relativamente tarde (na primeira metade do século XIX), mas que logo despertou o interesse geral e foi objeto de inúmeros estudos, tanto textuais, quanto historiográficos. A sua importância está ligada principalmente ao retrato do Infante D. Henrique que emerge na narração.

Dele existem cinco manuscritos: entre estes, o ms. Valentim Fernandes da Biblioteca de Munique está digitalizado e disponível *online*.¹⁵⁵ O primeiro remonta ao século XVI; encontra-se em um códice que contém outros documentos relativos às explorações da costa da África e é escrito em letra cursiva preta, pouco cuidada.

Apesar do número relativamente limitado de manuscritos disponíveis, em pouco mais de cem anos foram publicadas cinco edições diferentes, das quais duas foram reeditadas e ampliadas. O estudo do histórico editorial apontou para a publicação do Visconde da Carreira como principal referência para as edições sucessivas, tendo sido retomada e comentada em todas as outras tentativas de estabelecimento do texto. A edição de 1973 de José de Bragança, apesar de conter uma introdução pouco objetiva em alguns pontos, é a única feita por um linguista e parece a mais completa, integrando a leitura do Visconde da Carreira com novas observações e estudos.

Fr. João Álvares – *Crônica do Infante Santo D. Fernando* Finalmente, a *Crônica do Infante Santo D. Fernando* é de autoria de Frei João Álvares, que a redigiu a pedido do Infante D. Henrique. O texto é conservado em um único manuscrito, o MSS 8120 da BNE, digitalizado e disponível *online*.

A tradição impressa desta crônica é composta por cinco publicações. Deste número, as primeiras três têm por base um hipotético manuscrito perdido e representam reedições e correções da *editio princeps*. Esta é de 1527, a segunda edição é de 1577 e a terceira de 1730. A primeira edição está perdida pelo menos desde o final do século XVIII, mas é atestada por Barbosa

¹⁵⁵Segundo as informações do Projeto PhiloBiblon, também o ms. 2424 da BNM deveria estar disponível, mas o link à digitalização remete a um códice de correspondência régia da época de D. João III.

Machado.¹⁵⁶ As outras duas estão disponíveis em versão digitalizada no site da BNP. A quarta edição, empreendida por Mendes dos Remédios em 1911, se reveste de grande importância pelo fato de o autor ter sido o primeiro a transcrever o manuscrito madrileno. A última edição é a de Adelino de Almeida Calado, que editou a obra integral de Frei João Álvares entre 1959 e 1960.

As crônicas aqui descritas dispõem de uma boa tradição manuscrita. No caso específico da *Crónica de D. Duarte de Meneses*, trata-se de uma tradição mutilada, faltando em todos os testemunhos alguns capítulos específicos sobre a transição entre o reinado de D. Duarte e o de D. Afonso V. Em geral, pode-se dizer que se trata de textos bastante documentados e muito estudados no âmbito acadêmico.

O sub-corpus de memórias individuais

Se o conjunto de crônicas apresentadas até agora é portador da voz da oficialidade, os textos de António de Saldanha e a *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué* poderiam trazer o ponto de vista dos particulares sobre a História, já que se trata de relatos não encomendados por personagens oficiais. O primeiro é o relato de um fidalgo que ficou cativo em Marraquexe durante catorze anos; a *Crónica de Santa Cruz*, por sua vez, é a história da cidade de Santa Cruz do cabo de Gué.

António de Saldanha – *Crônica de Al-Mançor* Da *Crônica de Al-Mançor* de António de Saldanha temos uma única edição impressa, um estudo crítico de António Dias Farinha publicado em 1997, acompanhado pela tradução francesa de Léon Bourdon. Trata-se do relato das experiências de um fidalgo filho de um governador de Tânger. António de Saldanha ficou prisioneiro do Sultão Al-Mançor em Marraquexe durante catorze anos (entre 1592 e 1606), mas as suas condições de cativo sempre foram bastante favoráveis, tanto que a sua habitação se tornou ao longo dos anos um centro de

¹⁵⁶ *Apud* CALADO, Adelino de Almeida. **João Álvares**: estudo textual e literário-cultural. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1964.

reuniões e convivência da comunidade de portugueses habitantes na cidade. Em Marraquexe, de fato, o sultão tinha integrado os cristãos convertidos na vida quotidiana da corte, enquanto deixava que os demais prisioneiros continuassem a exercer a própria religião dentro dos limites de respeito ao islamismo.¹⁵⁷ O texto relata aspectos da vida quotidiana nesta cidade, focando pormenorizadamente nos acontecimentos políticos. Trata-se de um ótimo ponto de partida para um estudo sobre as formas de intercâmbio cultural entre portugueses e marroquinos – devido ao ponto de vista original que sustenta o texto inteiro – e de uma ótima fonte linguística – devido ao cuidado com a forma definitiva do documento, que o próprio autor revisou ao voltar para Portugal.

Existem atualmente dois manuscritos do texto, ambos em Lisboa. O primeiro, o ms. 481 da BNP, é o mais antigo e, como dissemos, foi revisado pelo próprio autor, que corrigiu erros do copista, em prevalência topônimos e calques do árabe, de acordo com Dias Farinha. O segundo, o M-VI-18 da Casa Cadaval, parece ser uma cópia sucessiva, pouco cuidada no que diz respeito a estes mesmos aspectos gráficos. Infelizmente, não existem versões digitalizadas desta obra.

(Anônimo) – *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué* A *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué* é um texto que relata a história da cidade de Santa Cruz de 1505 a 1541. O autor, um fidalgo crescido no Marrocos cujo nome desconhecemos, ficou cativo dos mouros no momento da queda da praça, em 1541. De volta a Portugal, deparando-se com a falta de reconhecimento do valor dos soldados que tinham combatido em Santa Cruz, resolve escrever a história da cidade, baseando-se em memórias pessoais e relatos ouvidos ao tempo do cativo.

Quanto à tradição textual, o único manuscrito conhecido (ALC, 119) foi publicado em 1934 por Pierre de Cenival. Conforme a descrição reportada por Azevedo e Silva,¹⁵⁸ trata-se de um volume encadernado em couro, em

¹⁵⁷DIAS FARINHA, António; BOURDON, Léon. *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603), de António de Saldanha / Chronique D'AlMansour, Sultan du Maroc (1578-1603)*, de António de Saldanha. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1997.

¹⁵⁸MARINHO DOS SANTOS João; AZEVEDO E SILVA José Manuel; NADIR Mohammed. *Santa*

bom estado. O manuscrito foi novamente editado em 2007 em uma edição integrada por um rico estudo histórico e linguístico. Infelizmente, o texto está disponível apenas em edição impressa.

2.4 Considerações parciais

A partir das análises apresentadas neste capítulo, podemos tecer algumas considerações acerca do conjunto documental do qual o *Sumario* faz parte. Nossa reflexão verterá em torno de três pontos principais, a saber: a) os objetivos perseguidos pelos diferentes projetos editoriais, b) o tipo de edições preferidas e c) as vicissitudes editoriais das crônicas. Os pontos a) e b) são interligados e determinam a falta de estudos linguísticos; o ponto c), por sua vez, permitirá formular observações acerca do tratamento das crônicas e relatos históricos enquanto documentos linguísticos e historiográficos.

Como vimos, a publicação de documentos historiográficos de assunto luso-marroquino estendeu-se durante cerca de um século. Nos casos examinados, o objetivo consistia no preenchimento de uma lacuna documental. Os editores afirmam-no nas várias introduções, evidenciando a utilidade dos documentos e revelando seus próprios interesses enquanto historiadores. Já comentamos os propósitos perseguidos pelos editores das *Sources*, das *Edições Comemorativas* e do *Projeto*. Por sua vez, veremos que o intento de Loureiro era “desligar D. Sebastião da lenda”, efetuando “um estudo profundo da sociedade da época; a análise das coordenadas económicas, morais e espirituais [...]; [e] a observação do recorte psicológico, [...] da personalidade do monarca”, como ele próprio afirma em sua edição de 1977.¹⁵⁹

Ao disponibilizar as fontes esquecidas nos arquivos e bibliotecas europeus, então, os editores visavam trazer luz sobre a história do Marrocos e, mais especificamente, sobre a história da ocupação portuguesa. As publicações possibilitaram, de fato, o desenvolvimento de inúmeras pesquisas de caráter historiográfico, sendo que aspectos económicos, políticos e culturais deste

Cruz do Cabo de Gué d'Agua e Narba, Estudo e crônica. Coimbra, Viseu: Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores, 2007.

¹⁵⁹LOUREIRO, 1977, p. 3.

período histórico foram exaustivamente explorados.

Todavia, destaca-se a carência de estudos linguísticos desenvolvidos sobre as fontes editadas. Os poucos existentes abordam principalmente a Onomástica, Toponímia, Crítica Literária e Análise do Discurso.¹⁶⁰ Porém, não parece haver análises de História da Língua propriamente dita. Particularmente, o questionamento acerca da interação entre o português e as línguas faladas no noroeste da África e a análise das eventuais particularidades linguísticas dos textos editados não estão entre as preocupações dos pesquisadores. Qual a razão para isso?

A nosso ver, o fato de os filólogos e linguistas não terem abordados tais documentos tem uma causa precisa. Além, claramente, dos interesses específicos dos pesquisadores, há um ponto que é preciso considerar – o tipo de edições escolhidas, ao longo do tempo, para a divulgação dos documentos marroquinos.

Considerar alguns dados específicos poderá ser útil. Para os treze textos estudados, o total de exemplares impressos é trinta e três, dos quais vinte e nove são edições e estudos posteriores ao século XIX e quatro são impressões efetuadas até o século XIX. Isto é, a maioria dos textos circulou em forma manuscrita até relativamente pouco tempo atrás. Destas vinte e nove edições, a maioria são edições baseadas em *codex unicus*:¹⁶¹ dez monotestemunhais interpretativas, cinco monotestemunhais modernizadas, uma semidiplomática e três diplomáticas; apenas três são edições politestemunhais e foram pensadas como edições críticas. Além disso, duas edições são de divulgação; uma – a do prof. Lázaro – se auto-define ao mesmo tempo diplomática e crítica e não foi considerada nas contas; as fac-similares são três. Quanto às digitalizações, foram digitalizados dezasseis dos noventa e dois manuscritos; uma das quatro “impressões” e oito das vinte e nove “edições” posteriores ao

¹⁶⁰ Por exemplo, DUARTE, Isabel Margarida. “O relato de discurso na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara”. In: **Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto** Porto, 2002. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18040>> Último acesso em: 20 de Dezembro de 2014; AL FIGUIGUI, Hassan. “Toponymie des sites dans le Nord-Ouest marocain d’après les sources portugaises”. In: LIMA CRUZ, Maria Augusta; LOUREIRO, Rui Manuel (orgs). **Estudos de história luso-marroquina**. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 67-78).

¹⁶¹ A classificação das edições a seguir é apenas indicativa e baseia-se nos critérios de transcrição reportados ao longo do presente capítulo e nas nossas observações.

século XIX. Apenas uma destas é também um texto digital propriamente dito; as outras são edições fac-similares digitais.

Texto	Exemplares manuscritos	Primeiras impressões	Edições e estudos
Relação da vida de El-Rei Dom Sebastião	11 (1 digitalizado)	–	1977 Monotestemu- nhal diplomática
Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué	1	–	1934 Monotestemu- nhal interpretativa 2007 Monotestemu- nhal interpretativa
Crónica do xarife Mulei Mahamet	2 (2 digit.)	–	1987 Monotestemu- nhal modernizada
Crónica de Al-Mançor	2	–	1977 Monotestemu- nhal interpretativa
Anais de Arzila	8	–	1915 Crítica (digit.) 2010 Fac-similar da crítica
Jornada de El-Rei Dom Sebastião à África	3	–	1977 Monotestemu- nhal diplomática
Crónica da Tomada de Ceuta	33 (6 digit.)	1644 (digit.)	1899 Fac-similar da impressão de 1644 (digit.) 1915 Crítica (digit.) 1992 Modernizada da crítica

Crônica	Exemplares manuscritos	Primeiras impressões	Edições e estudos
Crônica da Conquista da Guiné	5 (1 digit.)	–	1841 Monotestemu- nhal interpretativa (digit.) 1949 Monotestemu- nhal interpretativa 1937 Monotestemu- nhal modernizada 1973 Monotestemu- nhal modernizada 1978 Monotestemu- nhal modernizada 1989 Modernização
Crônica do conde D. Pedro de Meneses	14 (2 digit.)	–	1972 Monotestemu- nhal interpretativa (digit.) 1988 Fac-similar da interpretativa (digit.) 1990 Diplomática e crítica 1994 Crítica
Crônica do conde D. Duarte de Meneses	9 (1 digit.)	–	1793 Monotestemu- nhal interpretativa (digit.) 1978 Monotestemu- nhal diplomática 2007 Monotestemu- nhal semidiplomática (formato digital)

Crônica	Exemplares manuscritos	Primeiras impressões	Edições e estudos
Historia de la ciudad de Ceuta	2 (2 digit.)	–	1918 Monotestemu- nhal interpretativa?
Crônica do Infante Santo D. Fernando	1 (1 digit.)	1527 1577 (digit.) 1730 (digit.)	1911 Monotestemu- nhal interpretativa 1960 Monotestemu- nhal interpretativa
De bello septensi	1	–	1790 Monotestemu- nhal interpretativa 1915 Tradução
TOTAL	92 (16 digit.)	4 (3 digit.)	29 (8 digit.)

Tabela 2.1: Recapitulação dos dados bibliográficos das crônicas

Com base nestes números, utilizamos o conceito de *campo bibliográfico* enquanto paradigma avaliativo para verificar a trajetória editorial de cada um dos textos analisados.¹⁶² Aplicando tal conceitualização à nossa catalogação, de fato, foi possível comprovar que há graves problemas e incoerências na trajetória de tais textos. De modo geral, nenhum dos textos analisados dispõe de um campo completo conforme a definição de Castro e Ramos. Algumas crônicas, apesar do grande número de publicações, representam exemplos muito claros de “campo pletórico”, em que “há redundância de edições pouco diferenciadas”,¹⁶³ como é o caso das edições da *Crônica da conquista da Guiné*. Outros textos constituem casos de campo bibliográfico praticamente vazio, sendo que foi publicado somente um tipo de edição e que há, portanto, leitores cujas necessidades não foram atendidas.

¹⁶²Lembramos que, para Castro e Ramos, o campo bibliográfico seria o conjunto de edições existentes de um dado texto.

¹⁶³CASTRO, RAMOS, op. cit., p. 119.

Crônica	Fac-similar	Diplomática	Semi-dip.	Interpretativa	Modernizada	Crítica
Relação D.S.		1				
C.S.C.C.Gué				2		
C.M.Mahamet					1	
C.Al-Mançor				1		
A.Arzila						1
J.D.S.África		1				
C.T.Ceuta	1				1	1
C.Guiné				2	3	
C.D.Pedro				2		1
C.D.Duarte		1	1	1		
Hist.C.C.				1?		
C.I.S.D.Fer.				2		
De Bello S.				1		

Tabela 2.2: Representação dos campos bibliográficos das obras analisadas

Fica evidente que, dada a situação, apenas quatro resultam adequadas para estudos linguísticos, – nomeadamente, as primeiras duas edições diplomáticas de Loureiro e as últimas edições da *Crónica do conde D. Duarte de Meneses* (a de 1978 e a de 2007 que, inclusive, está disponível *online* em formato digital). De fato, o tipo de fidedignidade necessária para um estudo linguístico é, de certa forma, diferente da fidedignidade necessária para um estudo histórico. Se, no caso deste, a língua original do documento pode ser modificada a favor da inteligibilidade sem perda de informações relevantes, no caso daqueles, qualquer intervenção do editor no texto acaba por adulterar a fonte estudada, influenciando o resultado da pesquisa. Em outras palavras, para que um linguista possa efetuar seus estudos, é necessário que o documento seja editado conforme os critérios de uma edição diplomática ou, no máximo, semidiplomática.¹⁶⁴

A preferência por edições para historiadores não surpreende na medida em que se levar em consideração a época em que tais edições foram efetuadas e os objetivos de publicação. Deste ponto de vista, o monumental trabalho efetuado pelos editores não apenas é perfeitamente coerente, como também é credor do mais respeitoso apreço. Quanto à época, antigamente as metodologias de estabelecimento do texto diferiam das de hoje, na medida em que o interesse residia na manutenção de seus aspectos literários e históricos, às vezes em detrimento de suas características linguísticas.¹⁶⁵ Além disso, as próprias metodologias de pesquisa linguística hoje exigem edições diferentes daquelas outrora pensadas. Em outras palavras, um linguista e um editor da era digital têm outras perspectivas e possibilidades em relação aos seus antecessores, conforme ressaltamos na seção 2.1.3.

Quanto aos objetivos de publicação, se hoje em dia tais textos são, em

¹⁶⁴Tal discussão tinha sido empreendida por Cambraia, Megale e Toledo Neto (2001), que apresentaram um conjunto de Normas de Transcrição de textos para estudos linguísticos. Ao debruçar-se sobre vários documentos, apontam que em uma edição “para historiadores”, seriam perfeitamente aceitáveis critérios como “a separação de palavras escritas juntamente, não marcação da mudança de linha, não desenvolvimento de abreviaturas, modernização do emprego de maiúsculas e minúsculas” (Cambraia, 2001, p. 531). A esses, Megale (pp. 535-537) adiciona também aspectos como a hifenização, a modernização da acentuação, da marca de nasalidade, a alteração na pontuação original. Todavia, tais critérios não seriam aplicáveis a edições para estudos linguísticos, razão pela qual propõem um conjunto novo de normas.

¹⁶⁵A respeito disso, o artigo de Phablo Fachin contém interessantes observações (MARCHIS FACHIN, Phablo Roberto. “Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas”. In: **Filologia e linguística portuguesa**, n. 10-11, p. 237-262, 2008/2009).

regra, considerados adequados para a História da Língua, ao longo de muito tempo suas características parecem ter representado um obstáculo à sua utilização enquanto fontes. As crônicas, pois, eram reputadas textos literários cuja formalidade impediria o acesso à língua corrente da época em análise, levando os pesquisadores a preferirem outros tipos de documentos, tais como as cartas.

Todavia, a existência de inúmeros relatos não “oficiais”, redigidos por não literatos poderia oferecer uma amostra linguística porventura menos marcada por traços de elaboração e formalidade. É o caso de lembrar, por exemplo, do que foi dito acerca dos *Anais de Arzila*, cuja prosa, no dizer de Lopes, é irregular e espontânea.¹⁶⁶ O *Sumario* também é um exemplo disso, como veremos no capítulo seguinte. Além disso, os relatos de assunto marroquino, a nosso ver, diferenciam-se da restante historiografia ultramarina portuguesa pelo fato de descreverem uma realidade teoricamente conhecida há tempos – o mundo dos “mouros” – mas em um contexto novo – o norte da África –, sugerindo o desenvolvimento de estudos lexicais e análises de estruturas referenciais a nível sintático.

Antes de encerrar estas considerações, há um último ponto a ser frisado. Apesar da lacunariedade de seus respectivos campos bibliográficos, os textos que dispõem do maior número de testemunhos manuscritos e de edições – número que se reflete também na disponibilidade de pelo menos um manuscrito ou uma edição digitalizada – são, claramente, aqueles encomendados pelos monarcas. Sua importância, portanto, foi reconhecida desde logo e veio a ser fortalecida ao longo dos séculos por meio de uma divulgação manuscrita, depois impressa e, finalmente, digital.

Tal constatação, ao abrir um espaço de reflexão sobre o contexto de publicação das crônicas, sugere o entrelaçamento entre as vicissitudes editoriais desses textos e o estabelecimento de uma verdade histórica a ser transmitida enquanto memória oficial da Dinastia de Avis. De fato, as crônicas que descrevem os principais acontecimentos bélicos no noroeste da África, ao realçar as vitórias dos portugueses, são fundamentais no processo de construção de uma memória coletiva portuguesa que se assenta nos valores estabelecidos

¹⁶⁶Lopes, 1915, p. XII.

pela religião e pelo poder político.¹⁶⁷ Como vimos no caso da *Crónica da Tomada de Ceuta*, por exemplo, a publicação estava ligada à consolidação, testemunhada pela licença reportada no início do texto, da posição do monarca e da identidade portuguesa a seguir à Restauração da Dinastia de Bragança no trono de Portugal. Este e outros exemplos – como o impulso à publicação de algumas fontes no âmbito da fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa – parecem apontar para o fato de que a Historiografia portuguesa, por meio de escolhas seculares a respeito da transmissão textual das fontes, privilegiou a divulgação de textos em que domina, pelo menos superficialmente, a imagem de um Portugal vitorioso na luta contra os mouros. Isso deu-se em detrimento dos relatos de prisioneiros, soldados e fidalgos que tinham participado diretamente dos eventos narrados e que escreveram memórias individuais, em que o ponto de vista do “inimigo” também é englobado. Tais textos, de fato, permaneceram confiadas a poucos manuscritos e só foram publicadas tardiamente.

Assim, acreditamos que a edição fidedigna de textos escritos por cronistas não oficiais poderia proporcionar um tipo de fonte nova tanto para os estudos linguísticos quanto para os estudos históricos.

¹⁶⁷ Para ulteriores reflexões a respeito deste tema, indicamos três autores, quais sejam Joaquim Veríssimo Serrão (op. cit., *passim*), Ana Isabel Buescu (“Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem.” In: *Penélope*, nº 21, 1999, pp.11-32) e António José Saraiva (1998).

Capítulo 3

O *Sumario*: estudo e edição diplomática

*Não era a voz expurgada
de suas obras seletas:
era uma edição do vento
que não vai às bibliotecas,
era uma edição incômoda,
a que se fecha a janela,
incômoda porque o vento
não censura mas libera.*

— João Cabral de Melo Neto, *Encontro com um poeta*
In Paisagens com figuras (1954-1955)

No capítulo precedente, revelamos a situação insatisfatória das edições existentes dos relatos históricos acerca da ocupação portuguesa do noroeste da África. Constatamos que, de treze textos analisados, selecionados entre mais de trinta, apenas quatro dispõem de edição filológica fidedigna e imediatamente utilizável em pesquisas de História da Língua. Também por causa disso, há escassez de estudos linguísticos que têm por base textos sobre este período histórico.

O caso do *Sumario de todas as cousas succedidas, em Berberia, desde o tempo que começou a reinar o Xarife Mulei Mahamet no Anno de 1573. te o fim do anno de sua morte 1578 no dia da batalha d'Alcaçer quibir, em que se perdeu Dom Sebastiam Rey de Portugal* é exemplar da problemática editorial apontada acima. Já afirmamos que dele são conhecidos dois manuscritos (um na Biblioteca Nacional de Espanha e outro na Biblioteca Nacional de

Portugal) e uma edição de divulgação de 1987 publicada por Loureiro com o título *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião (1573-1578)*. A falta de outras publicações obriga a recorrer à edição de Loureiro que, infelizmente, apresenta dois defeitos de cunho filológico que impossibilitam sua utilização imediata. Em primeiro lugar, o editor baseia-se apenas no manuscrito da BNE, desconhecendo o manuscrito da BNP, que se encontrava até agora não descrito por estudiosos. Em segundo lugar, escolheu uma edição modernizada sem antes ter disponibilizado outra edição mais fidedigna do ponto de vista linguístico.

Os problemas, aliás, não se limitam apenas ao âmbito filológico, abrangendo também o campo da Historiografia. O próprio editor, de fato, desconfiando do ponto de vista peculiar do texto, levanta dúvidas quanto à sua credibilidade enquanto relato factual e, além disso, promove uma distorção no que diz respeito a seu conteúdo: o relato, já o vimos, foi publicado como parte de uma série de estudos de História Sebástica que tinham como objetivo resgatar a memória do monarca, atenuando suas responsabilidades na derrota de Alcácer-Quibir. Este objetivo é evidente no *Prefácio*, no qual o editor tenta deslegitimar as afirmações do autor sobre o monarca ao invés de apresentá-las objetivamente – atitude que se traduz em uma parcialidade inapropriada a um trabalho que se propõe confiável.

Isto posto, nas páginas a seguir iremos apresentar o *Sumario*, reportando um breve resumo de seu conteúdo, uma análise de suas características e as informações conhecidas acerca de seu autor. Em seguida, iremos propor uma breve descrição codicológica dos exemplares manuscritos e uma análise da edição de Loureiro, destacando as problemáticas – filológicas e historiográficas – implicadas nesta. Finalmente, apresentaremos os critérios e procedimentos seguidos para a transcrição diplomática, que foi guiada pela proposta teórica de Castro e Ramos.

3.1 *O Sumario de todas as cousas succedidas em Berberia*

O *Sumario* cobre, ao longo de vinte e três capítulos, os fatos acontecidos, no Marrocos, de 1573 até 1578, percorrendo as lutas políticas no reino de Fez que levaram o Xarife Mulei Mohammed a procurar a ajuda dos portugueses e a organização da intervenção militar dos próprios portugueses chefiados por D. Sebastião.¹

Os primeiros capítulos detêm-se na descrição da situação no norte da África, expondo as lutas intestinas entre Mulei Mohammed e Abde Almelique para o trono do reino de Fez. A partir do capítulo VIII, a narração adentra os fatos ligados à organização e realização da campanha de D. Sebastião – o “Xarife [...] foi alojar ao Rebelim dos pumares, [...] onde por agora o leixaremos, etratar do q aesse tempo passava em Portugal”.² D. Sebastião, de fato, decidira atender ao pedido de auxílio de Mulei Mohammed e começou a preparar uma expedição contra Abde Almelique. Ao tratar dos preparativos, o narrador sente a necessidade de deter-se sobre um agravo sofrido pelo senhor D. António pelo rei e por Francisco de Tavora, seu favorito: tal episódio ocupa o capítulo XII inteiro e partes dos seguintes. No capítulo XIII, é retratada a partida da armada e os dias passados em Callez; no XIV, relata-se de como os portugueses passaram a Tânger, onde aconteceu o encontro com o Xarife, antes de prosseguir para Arzila. Nos capítulos XV e XVI, é narrada a permanência em Arzila, com destaque para algumas desordens no campo dos cristãos. Os capítulos do XVII ao XXII relatam a trágica marcha em terra inimiga, terminando, no último capítulo, com a batalha nos arredores de Alcácer-Quibir.

Tal organização do conteúdo implica que duas temáticas distintas, apesar de complementares, sejam desenvolvidas: os movimentos dos mouros e dos portugueses se entrelaçam e se alternam ao longo de toda a narração. Os primeiros oito capítulos justificam-se como um *excursus* necessário à compre-

¹ Veja-se o primeiro capítulo deste trabalho para aprofundamentos.

² fl. 165v. As citações do *Sumario* são extraídas do manuscrito lisboeta, seguindo a numeração de fôlio deste.

ensão dos acontecimentos seguintes.³ Abordar os acontecimentos de história marroquina anteriores à campanha de D. Sebastião se tornará uma prática seguida também por outros cronistas, entre os quais se destaca frei Bernardo da Cruz. Na *Crónica de D. Sebastião*, bem vinte e um capítulos são dedicados à história dos xarifes – desde o começo do século XVI até aos acontecimentos posteriores à batalha de Alcácer-Quibir. Apesar deste paralelo, o *Sumario* distingue-se dos demais relatos – dentre estes, a de frei Bernardo da Cruz – por uma diferença na abordagem dos temas. Enquanto estas relatam apenas a história marroquina anterior à campanha de África, o autor do *Sumario*, por sua vez, preocupa-se em inserir no texto informações sobre os episódios que ocorriam entre os mouros durante a campanha, talvez para contrapor às boas estratégias do Mulei Almeli que os erros táticos de D. Sebastião. O exemplo mais relevante da atenção dada ao ambiente mouro é constituído pelo capítulo XVIII, em que é reportada uma longa fala do Mulei Abde Almeli que aos seus. Desta forma, os fatos mouros não revestem um papel meramente secundário; pelo contrário, eles destacam-se na economia da obra e assumem tanta importância quanto a dos acontecimentos portugueses.

Posto que o autor inclui na exposição também o ponto de vista dos mouros, poderíamos nos questionar a respeito das fontes utilizadas para a narração. De fato, ele avisa o leitor, logo nas primeiras linhas, que seu intento era escrever apenas sobre os acontecimentos aos quais se achou presente, “pera q̃ desses como a testemunha de vista podesse com mais verdade dar luz o q̃ passava”.⁴ Contudo, para dar coerência ao texto, se vê obrigado a reportar acontecimentos dos quais não tem conhecimento direto. Em tais casos, ele afirma ter ouvido relatos de várias pessoas, “confrontando e conformando” suas versões, como se observa no seguinte excerto:

determinei escrever na forma Enq̃ succedeo, segundo

³ Afirma o narrador no incipit: “ainda que meu intento não era escrever del Rey Mulei Mahamet nenhũ successo, senão so daquelles em q̃ me achei presente [...] Toda via me pareceo q̃ pera o procedimento desta historia de ver de ser melhor entendida era couza necessaria começar este discurso hũ pouco mais de tras, tratando nelle da origen da quella guerra, e causa porq̃ procedeu o grande incendio q̃ com tam raro movimento a Berberia perturbou. donde resultaraõ principal mente ao triste Reino de Portugal Tantas Calamidades, Tantos infurtunios, e tam varios accidentes. Materia pella variedade, e grandeza della digna muito de memoria” (fl. 152r).

⁴ fl. 152r.

averiguo ei pellos q̃ foram presentes, mas porq̃ minha narração não seja sospeita, juro sollemne mente por todos juramentos q̃ hũ Christaõ licitamente pode fazer, q̃ nenhuã couza destas alterei, nem o sr. Dom Antonio soube de m̃j q̃ as escrevia, porq̃ o faço Cativo em Fez taõ longe delle, seguindo em tudo a pura verdade, segundo a especulei dos q̃ se acharaõ com elle, pessoas dignas de fee, confrontando e conformando seus ditos, por saber a realidade do caso q̃ foi esta, posto q̃ no mesmo tempo a contavaõ muito por diversas maneiras, [...].⁵

Os testemunhas seriam escolhidos com base em sua confiabilidade, falando o autor a respeito de pessoas “dignas de fé” que puderam “de vista testemunhar”.⁶ Outra passagem no final é de grande interesse para entender quem seriam as “pessoas dignas de fé”:

disso fizemos entam, edepois diligentissima inquirisam, por pessoas dequem a verdade, q̃ desejavamos falar se podia melhor entender, assi mouros como Christaõs, sem fazer conta de rumores, nem opinioẽs vaãs do vulgo inorante que pella mayor parte sam sempre apartados della.⁷

Segundo o que ele afirma, a confiabilidade das testemunhas não depende da fé religiosa – tanto mouros quanto cristãos são por ele ouvidos – mas sim da observação direta dos eventos narrados; neste sentido, os “rumores” e as “opinioẽs vaãs” de pessoas que não participaram dos acontecimentos é “apartada” da verdade.

Em alguns pontos da narração, tem-se a impressão de que o autor talvez tenha consultado também obras escritas. Por exemplo, no começo da obra, ao discorrer sobre a personalidade de Abde Almelique, ele fala de “alguãs historias suas aprovadas, por onde se pudera vereficar isto q̃ digo”⁸ – ou seja,

⁵ fl. 186v.

⁶ fls. 186v e 252r.

⁷ fl. 251v.

⁸ fl. 153r.

fontes oficiais em árabe que, porventura, poderiam ter sido consultadas para a redação dos trechos sobre os marroquinos.⁹ Ouvir mouros e cristãos, ou mesmo ter consultado livros e fontes árabes, confirma o grande interesse do narrador pela esfera dos mouros.

Tal interesse é evidente também no tratamento reservado à figura do Mulei Abde Almelique. Enquanto a ele são destacados atributos como a capacidade de captar a simpatia dos soldados, magnanimidade, liberalidade, inteligência e sabedoria, D. Sebastião é caracterizado como teimoso, soberbo e prepotente. Vejamos, a título de exemplo, algumas passagens em que isso se revela mais claramente.

Nas primeiras frases sobre Abde Almelique já se afirma que “se ahi ouve no mundo algum mouro (de ã pellos sinaes ã de si dava) se podiam ter grandes esperanças pera principio de outras mayores, sem falta nenhuã era maluco”.¹⁰ De fato, não apenas ele era “singular capitão, e valeroso Soldado”,¹¹ como também “magnanimo, e liberal [...] de brande, e a fabel condição”,¹² e por isso muito amado pelos seus. Em diversos pontos o narrador sublinha as qualidades de seu comando, fundado na capacidade de respeitar seus alcaides e cativar seu apoio. Depois de reportar uma de suas falas no capítulo IX, o narrador afirma:

naõ se pode dizer a conformidade, ã se logo enxergou em todos los Alcaides, e pessoas ã foraõ presentes, nem a efficasia com ã trabalhavaõ por dar a emtender a El Rey a prontesa de suas vontade, confirmando suas rezoẽs, e offerecendosse todos a seguilo com tanto fervor, einclinação, ã ficou El Rey muito satisfeito dos prepositos, e determinação ã nelles conheceo.¹³

Amante da leitura e eloquente em italiano, francês, espanhol, português e turco, além de árabe, Almelique

⁹ Todavia, algumas características da narração – nomeadamente sua descritividade – parecem contrariar tal impressão. De fato, se o autor tivesse consultado obras escritas, provavelmente reportaria dados mais precisos sobre vários episódios. Conscientes da impossibilidade de aprofundar devidamente tal discussão, deixamos o seu desenvolvimento para outros pesquisadores.

¹⁰ fl. 153r.

¹¹ fl. 169v.

¹² *Idem*.

¹³ fls. 173v e 174r.

de todas [estas línguas] tinha liuros e poesias de que era tão curioso, q̃ hum mercador levantisco me a firmou em Fez, que vindo em sua companhia, caminhando elle com exercitto ouira ler muitas vezes por Orlando furioso, e por outros liurinhos portatiles que trazia guardados douro com mui galantes encardenações, e sabia que tinha muita, e mui curiosa liuraria, das linguoas que sabia, por que a hũ mercador genoues, fizera muita merce por hum presente q̃ lhe trouxera de liuros Jtalianos, e que ao mesmo que me contou isto, encomendara muito, q̃ lhe mandasse trazer todos os livros que ouesce feitos da historia do Emperador Carlos quinto, acuja pessoa, e feitos se mostrava grande mente a feiçoadado, E que assj mesmo tinha grandissimo respeito a el Rey Felipe seu filho, desejando ter correntesa com sua Catholica majestade cujo poder, e prudencia Exalcava grande mente.¹⁴

Além disso, ele prezava os costumes europeus, ao ponto de apreciar o “canto de orgão, q̃ era destre nelle cousa bem nova, e rarissima entre os mouros, pella pouca noticia q̃ jamais tiveraõ no exercicio da musica” (fl. 153r). Em mais de um ponto, como já pode ter ficado evidente, parece até que as características positivas de Abde Almelique, “não de Rey Barbaro senaõ de Principe mui excelente”,¹⁵ se devam justamente ao fato de se diferenciar em alguma medida da cultura dos seus e se aproximar da cultura europeia:

era homem a quem natural mente aborreciam os mouros, e ainda q̃ com dissimulação não se deixava de se ruir delles, com tudo, não fiava de nenhũ senaõ so dos Elches, e dos seus Cativos Christaõs, a alguẽ dos quaes fazia muitas merces bem envejadas dos Mouros, e cõmũ lingoajem era entre elles, por essa causa chamarem ao Maluco Christaõ.¹⁶

Apesar desta tentativa de europeização da figura de Abde Almelique, as contínuas referências a suas habilidades militares e a sua curiosidade intelec-

¹⁴fl. 169v.

¹⁵fl. 169v.

¹⁶fl. 153r.

tual melhor corroboram para a construção deste carácter, objetivando suas qualidades.

Em contrapartida, D. Sebastião é “Rey mancebo, de mediocre natural”, como se afirma no fl. 217r. As frases do cronista pincelam um soberano prepotente, que costumava impor sua vontade ao Conselho, consultando-o aleatoriamente e dobrando-o a seu querer.¹⁷ No geral, comandava sem “aprazivilidade, fundado de todo em huã obediencia forçada, de ã procedia em todos, mui discontentativa sogeiçam, sem os grandes serem nisso muito diferenciados da gente plebea”.¹⁸ Com todos, de fato, usava de “asperesa irandosse muitas vezes por causas leves, [...] porã (respeitando pouco as Calidades dos ã o seguiam) nam curava de sustentar abeginnida de com temperança contra os desconcertos da ira”.¹⁹ Quanto a suas habilidades militares, o narrador alega explicitamente que ele “nam tinha damilicia senam alguã Theorica ã tomara dos livros ã lia, e da comunicação dalgũs homeẽ da profiçam da guerra, pella inclinaçam, que aisso tinha”.²⁰ Dele, por isso,

senam podia esperar senam hum voluntario, e furioso impetu de combater, alheo de toda rezam, e ordem da disciplina militar, pellas quaes rezoẽs os homẽs graues de quem ellas eram melhor entendidas, andavam todos confusos, eperturbados de ver ainda El Rey afogado em inorancias, lisonjarias, e ambiçam de gloria proceder em tudo com rigores, e asperesas, em ã mostrava ã aos seus mesmos fazia guerra, sem fazer a conta devida de muitas faltas, enecessidade prezentes.²¹

Os sonhos de vitória distraíam o rei da preparação militar, haja vista que, segundo o testemunhado pelo narrador, ele “levava ja de Portugal insignias Imperiaes para ser coroado em Marrocos, e colunas com letreiros, para poor em diversas partes por memoria de suas conquistas, aimitaçam das antiguas colunas de Hercules”²² e, ainda na noite da partida de Arzila, mandara “trazer

¹⁷ *Passim*.

¹⁸ fl. 217r.

¹⁹ fls. 217r-217v.

²⁰ fl. 208r.

²¹ fl. 217v.

²² fl. 216v.

dos navios muitas estribeiras douro, eprata, e outros jaezes ricos, para huãs canas, q̃ asentara jugar em Alcacere no Domingo seguinte”.²³

Frente à contraposição entre as fortes personalidades de D. Sebastião e do Mulei Abde Almelique, a figura do Xarife Mulei Mohammed permanece em segundo plano. De forma geral, trata-se de uma figura caracterizada por fraqueza e indecisão. Nas primeiras páginas, por exemplo, percebem-se sua inexperiência no governo e seus temores de jovem rei frente à possibilidade de entrar em guerra contra os Turcos:

o Xarife ficou bem a sombrado, e confuso, por q̃ entendeu da embaxada Clara mente, q̃ ou avia de Conceder com o q̃ o Turco pedia, ou ter com elle guerra era huã de duas cousas, que necessaria mente avia de preceder, E por esta causa, entrou em muitos dos seus grandes desconfianças, e noutros mais ousadia, para murmurarem de suas insolencias; e tiranias, e q̃ daqui por diante constrangido de sua necessidade, se foi algum tanto refreando.²⁴

As sucessivas derrotas, a errância pelo seu reino perdido, em busca de acolhimento e, finalmente, o pedido de ajuda aos portugueses acabam por humilhá-lo. A sua degradação fica evidente sobretudo nas relações com D. Sebastião e culmina em sua morte por afogamento no Rio Mocazim, já ferido e em fuga do campo de batalha.²⁵

Além do tratamento reservado às personalidades citadas, outra característica fundamental do texto é o registro de notações visuais que lhe conferem alguma vivacidade, com preferência para as cenas grandiosas. O capítulo XIV, por exemplo, abre-se com a descrição da partida da armada de Callez: o brancor das mil velas e o som das trombetas emergem do porto no vento do amanhecer.²⁶ Igualmente, em vários pontos o narrador detém-se na ri-

²³fl. 218r.

²⁴fl. 154r.

²⁵fl. 251v.

²⁶“Segunda feira sete dias de Julho se levantou El Rey do Porto de Callez com toda sua armada, q̃ foi a mais fermosa couza q̃ no mar se podia ver, q̃ por levar vento prospero, e bonançoso, auia lugar para os navios fazerem sua viagem todos juntos, com totalas vellas metidas, e como em numero eraõ ao redor de mil vellas de toda sorte, representavaõ no mar huã populosissima Cidade, e soando de totalas partes

queza do exército, descrevendo, por exemplo, as tendas “lavradas rica mente de seda de cores”.²⁷

Em contraposição a estas imagens positivas, no final do texto amplo espaço é dado à notação do horror da morte, com uma certa complacência para sórdidos detalhes:

ficando [os] campos cubertos de mortos, e feridos entre os quaes a miude socedia verem os pais matar os filhos, eos filhos seus pais jrmaões e parentes, e amigos sem se poderem socorrer huñ aoutros, emuitos tambem os conheciam mortos, eos viam jazer pello campo espedaçados, E outros rebolcandosse por elle cujos corpos eram assi vistos, e reconhecidos das pessoas ã mais rezam tinha de os sentir, vendoos estar espirando, huñ com as entranhas espalhadas, eoutros com membros menos ã lhe foram apartados do resto dos corpos, e outros ã tinham ja espirado, e jaziam nuñ sobre a terra regada do seu sangue, despojados de tudo com grandissimas cutiladas.²⁸

O ápice da tragicidade e da grandiosidade é representado pela explosão dos barris de pólvora, logo antes da conclusão do texto. Apesar da extensão do trecho, vale a pena citá-lo integralmente. Conta o narrador:

aconteseo queimarse a nossa polvora, [...] fazendo hum estrondo tam horrendo [...] de cujo a sendimento sahia huã grandissima, e oscurissima nuvem, ã lançava de si couzas espantosas, vendosse vir voando pello ar, nam somente homeñ huñ inteiros, outros espedaçados, mas da mesma maneira os carros, bois, e bestas, ã os levavam, caindo delles as arcas, eos Almofreixes, e outras trouxas [...] ã gastandolhe o fogo as ataduras com ã os traziam liados vinham ardendo pello ar cair por diversas partes bom espaço ao redor, entre as quaes era huã

trombetas pifanos, e tambores, ao sair do sol arrancou afrota do porto coa proa na costa de Berberia” (fl. 189v).

²⁷fl. 191v e 192r.

²⁸fl. 250v.

vista mais temerosa de todas, ã representava chover lanças do ceo, ver cair de sima huã Cópia de piques ã acertaram ir atados em feixes, junto aos carros da polvora em outras carretas os quaes sendo levantados em grande altura, com o repuxo da polvora, gastandolhe tambem o fogo as ataduras, vinham descendo baralhados, com grande martinada que as astes faziam dando huãs nas outras, causando grandissimo terror em todos, e muito mayor aos demais perto.²⁹

Finalmente, para terminar esta breve introdução à obra, cabe abordar duas questões, que dizem respeito à autoria e à data de redação do texto. Trata-se de questões complexas, às quais não pretendemos dar uma resposta definitiva, mas cuja formulação se mostra necessária para o entendimento da história dos manuscritos.

O nome do autor intelectual é desconhecido, já que nenhum dos dois manuscritos reporta tal informação; todavia, a partir de informações contidas no próprio texto, pode-se afirmar que se tratava de um homem de armas criado de D. António, Prior do Crato. O próprio narrador o afirma no fôlio 183r, dizendo de si mesmo que tinha “obrigação de criado [...] no serviço do sr. Dom Antonio”. Tudo indica que tivesse experiência militar prévia, conforme se depreende pelas críticas movidas às decisões estratégicas de D. Sebastião ao longo da campanha. Podemos afirmar também que não fazia parte do Conselho do rei, pois, caso contrário, reportaria dados mais detalhados relativos às discussões ocorridas durante as reuniões deste. Tendo combatido na batalha de Alcácer-Quibir, ficou prisioneiro em Fez, onde teve a oportunidade de conhecer vários personagens: fidalgos como Vasco da Silveira, D. Nuno Mascarenhas e D. Jerônimo Lobo, citados no final do texto (fl. 253r), alguns alcaides mouros, citados, por exemplo, no fôlio 227v (“segundo eu depois ouvi em Fez a mouros de autoridade”) e André Corso, citado no fl. 168r, mercador intermediário entre Felipe II e o Mulei Moluco. Tendo em vista, então, a proximidade entre o autor e D. António e as ousadas afirmações a respeito de D. Sebastião contidas no texto, é provável que a anonimidade seja devida a fatores políticos.

²⁹fls. 251r e 251v.

Foi em Fez que o relato foi redigido, conforme asseverado no fólho 186v: “nem o sr. Dom Antonio soube de m̃j̃ q̃ as escrevia, porq̃ o faço Cativo em Fez tão longe delle”. Exceto essas informações, não há notícias explícitas acerca dele.³⁰

Do ponto de vista linguístico, o que cabe lembrar aqui é que o *Sumario* é um documento escrito por alguém que não fazia da escrita uma profissão. Como já mencionamos no capítulo precedente, isto tem implicações para os estudos de História da Língua, podendo porventura indicar uma menor formalidade linguística e, portanto, dados mais interessantes para o estudo da língua corrente da época.

Quanto à data de redação, o autor começou a coletar informações já nos primeiros meses do cativeiro, como se infere a partir de vários excertos. No final do texto, por exemplo, ao falar da morte de D. Sebastião, o narrador afirma que

confrontamos, e examinamos as informações, sendo ainda vivo vasco da silveira q̃ foi hum delles, e os outros dous, Dom Nuno Mascarenhas e Dom Jeronimo Lobo, q̃ ora sam vivos, e estam no Reino, cuja Rellaçam approvamos, sometendonos a sua informaçam, em tudo oq̃ nesta parte dissemos, etemos para dizer, por serem taes pessoas, epoderem de vista testemunhar.³¹

Segundo a *Jornada de África* de Jerônimo de Mendonça e a *Memoria de los Fidalgos portugueses*,³² Vasco da Silveira faleceu pouco tempo depois da batalha. Ainda de acordo com a *Jornada de África* de Mendonça e com a *Crônica de D. Sebastião* de Bernardo da Cruz, Nuno Mascarenhas e Jerônimo Lobo foram resgatados no final de 1578 junto com outros oitenta fidalgos.

Além destes dados objetivos, é evidente que a obra foi escrita no calor do momento, com a dupla intenção de gravar, antes que fugisse da memória, o “tam novo, e desacustumado sucesso nunca visto nẽ relatado em algũa

³⁰ Alguns caminhos se fazem possíveis a fim de explorar a questão da autoria. Entre outros mais complexos, sugerimos aqui a consulta das listas de fidalgos mortos ou cativos e, eventualmente, resgatados.

³¹fls. 251v e 252r.

³²*Memoria de los Fidalgos portugueses muertos y cautivos en la Batalla de Alcaçar, donde murió el Rey Don Sebastian. Año de 1578*. Manuscrito, Ms. n. 42 Serie 2422, BNE.

historia do mundo”³³ e exaltar o valor dos fidalgos portugueses durante a batalha.³⁴

Dito isso, restaria definir uma data limite para a redação. Na impossibilidade de fixar um dado definitivo por falta de outras referências internas, cabe registrar que as lacunas nos manuscritos³⁵ parecem indicar que o autor tivesse intenção de revisar o texto e não tenha tido tempo de fazê-lo. Loureiro, no *Prefácio* à edição do manuscrito madrileno, supõe que o autor não teria concluído tal tarefa, “seja por ficar impossibilitado, seja porque, entretanto haja caído nas garras da morte”,³⁶ conforme aponta antes de avaliar a hipótese da interdição da continuidade da escrita nos seguintes termos: “não é despidiendia a razão de a evolução política sucedida em Portugal, trazendo à ribalta a posição antifilipina de D. António, obrigar os seus sequazes a tomarem as devidas cautelas”.³⁷

3.2 Análise material dos testemunhos

Cabe agora explorar os aspectos materiais do texto. Para a descrição codicológica, nos inspiramos em Cambraia que, na página 28 da sua *Introdução à crítica textual*, indica um *Guia Básico de Descrição Codicológica*. Os dados que reportamos a seguir foram obtidos por observação direta dos códices, integrada pela consulta dos catálogos das respectivas bibliotecas.

O COD. 13282 BNP Os dois manuscritos contidos no códice da BNP – a *Chronica del Rey/ Dom Sebastiam* (fls.1-149)³⁸ e o *Sumario de todas as cousas...* (fls. 152-253) – aparentam ser do mesmo punho, vista sua extrema semelhança no que se refere às características materiais. A seguir, iremos nos

³³fl. 251v.

³⁴Em muitos pontos emerge a angústia de não lembrar ou sequer ter conhecimento de todos os nomes das personalidades que mereceriam destaque por seus feitos, como se depreende da frase seguinte: “muitos se achavam soos, matando, e morrendo, sem ser vistos, nem conhecidos” (fl. 250v).

³⁵Como veremos, em ambos os manuscritos ocorrem quatro breves lacunas, em que deveriam constar números e nomes próprios.

³⁶*Ibidem*, p. 31.

³⁷*Idem*.

³⁸Já mencionamos os erros de atribuição autoral deste texto no capítulo *Para achar o caminho na floresta* – o contexto documental.

referir especificamente ao *Sumario*.

1. **Cota:** Lisboa, BNP, COD. 13282 (Ms. n^o2)
2. **Data de cópia:** a partir de 1675
3. **Lugar de origem:** Portugal (?)
4. **Incipit:** *Ainda que meu intento não era escrever del Rey Mulei Mahamet...*
5. **Explicit:** *...muitos feitos, e couzas notaveis, q̃ nam vieram a nossa noticia.*
6. **Suporte material** – papel de cor amarelada
 - (1) Linhas d'água: seis pontuais de aproximadamente 3 em 3 cm e vergaturas milimétricas aparentes
 - (2) Filigranas: três globos e uma cruz, no centro da página
7. **Composição**
 - (1) Número de fólios: 101 (códice: 253 + 3 de guarda)
 - (2) Número e estrutura dos cadernos: devido a regras internas da BNP, não foi possível levantar este dado
 - (3) Formato e dimensão dos fólios: in-fólio; 300mm x 200mm
8. **Organização da página**
 - (1) Dimensão da mancha: aproximadamente 260mm x 150mm
 - (2) Número de colunas: coluna única
 - (3) Número de linhas: vinte e cinco por página
 - (4) Pautado: sem pauta; o escriba respeita as margens e o regramento.
 - (5) Numeração: em números arábicos, colocada posteriormente em lápis nos fólios *recto*, no canto superior direito
 - (6) Reclames: *verso* dos fólios
 - (7) Assinaturas: não há
9. **Particularidades**
 - (1) Marcas especiais: *maniculae*

- (2) Ex-dono: a encadernação leva o carimbo de um antigo possuidor, João Carlos Freire Themudo Rangel, advogado no Porto
- (3) Estado de conservação do códice: muito bom. A última página foi rasgada ao meio, abaixo da conclusão do texto do *Sumario*, no sentido horizontal. Outras foram corroídas por insetos papirófagos e apresentam manchas e marcas de desgaste devido a manuseio na margem inferior. De forma geral, o desgaste do suporte não prejudica a leitura, com a rara exceção de algumas letras ou palavras.

10. Encadernação

- (1) Tipo: século XIX
- (2) Dimensão: 305mm x 220mm
- (3) Material da cobertura: papel e pele marrom com motivos decorativos dourados
- (4) Texto no lombo: CHRONICA/ DEL REY/ D. SEBASTIÃO
- (5) Nervos no lombo: não há

11. Descrições prévias: não há

- 12. **Antigos possuidores:** João Carlos Rangel adquiriu-o provavelmente em 1892; em 1959 passou para a Livraria Manuel Ferreira Alfarrabista; foi adquirido pela BNP em 1996.³⁹

Algumas observações fazem-se necessárias a fim de complementar os dados contidos na ficha. O catálogo da BNP indica 1675 como data *a quo* de cópia do códice, mas não especifica a razão, fato que torna esse dado não confiável sem ulteriores verificações. Duas alternativas propõem-se para a datação do manuscrito com base em análises materiais: o estudo do papel, e nomeadamente das marcas d'água, e a análise paleográfica. A seguir, abordaremos ambos os aspectos, mas sem a pretensão de estabelecer uma data: nosso objetivo será apenas disponibilizar ao público acadêmico dados para aprofundar essa questão.

³⁹FERREIRA, Teresa A. S. Duarte. **Catálogo da Coleção de Códices (COD. 12888-13292)**. Lisboa: BN, 1999, p. 128.

No que diz respeito às marcas d'água, no manuscrito estas encontram-se localizadas no centro das páginas. Trata-se de variantes de uma mesma forma constituída por três globos e uma cruz. No interior do primeiro globo há, alternativamente, uma meia lua ou a cruz de Santiago; no segundo e no terceiro globo são desenhadas letras, provavelmente as iniciais do fabricante. As ocorrências mais numerosas são as dos dois desenhos que reproduzimos a seguir.⁴⁰

Figura 3.1: Reprodução das marcas d'água do COD. 13282

A busca dos desenhos levantados em catálogos de marcas d'água não obteve resultados satisfatórios aos fins da datação do papel, sendo que os três globos são uma marca d'água muito comum ao longo de quase duzentos anos, em vários lugares da Europa. Foi possível identificar apenas uma variante, catalogada por Briquet como a n. 3246.⁴¹ O estudioso associa-a a um produtor de Bruxelas da segunda metade do século XVI, não sendo de muita ajuda no nosso caso.

Vejamos agora alguns aspectos paleográficos. A cópia, em geral, é de aparência limpa e elegante e é certamente o produto de um escrivão experiente. Indicam-no com clareza a regularidade das margens e do regramento, o tamanho do módulo, a segurança do traçado e a ausência de rasuras.⁴²

Quanto à grafia, evitaremos nos deter na tentativa de sua classificação, uma vez que a existência de inúmeros critérios e terminologias acabam por

⁴⁰Tendo em conta a falta de meios para a reprodução fotográfica das marcas d'água na BNP, optamos por desenhar a mão livre as figuras visualizadas no manuscrito.

⁴¹Disponível *online* em: http://www.ksbm.oaew.ac.at/_scripts/php/loadRepWmark.php?rep=briquet&refnr=3246&lang=fr. Último acesso: 8 de julho de 2015.

⁴²Uma discussão aprofundada dos critérios de classificação da (in)habilidade dos copistas pode ser encontrada no livro *A faculdade das letras* de Rita Marquilhas (**A faculdade das letras**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000).

desorientar mais do que facilitar.⁴³

A tinta utilizada, em uma análise visual, aparenta ser de tipo ferrogálica.⁴⁴ Originariamente preta, sofreu oxidação ao longo do tempo e hoje apresenta-se de cor castanha. O objeto de escrita utilizado foi, provavelmente, a pena de ave.

Finalmente, destacamos alguns aspectos relativos à transmissão do texto. Os capítulos são numerados e levam título, menos os do 8º ao 14º. Além disso, nos fólios 166r, 175v, 180v, 189v há lacunas de poucas palavras, nomeadamente números e nomes que confeririam ao relato maior precisão: uma especificação de distância, o número de remadores em cada barco da frota de D. Sebastião, dois nomes de fidalgos. Ao cotejar os dois testemunhos do texto, nota-se que no manuscrito madrileno ocorrem estas mesmas faltas mais um certo número de correções e lacunas preenchidas pelo mesmo punho posteriormente (por exemplo, no fl. 268v).

Um último aspecto interessante é a evidenciação de duas partes do texto: na margem direita do fólio 243r foi desenhada uma *manicula*⁴⁵ apontando para a linha 15 do fólio 243r; na margem esquerda do fólio 244r, em correspondência da linha 4, há uma cruz. Anexamos a seguir as imagens correspondentes.

⁴³Os tipos de classificações possíveis, de fato, baseiam-se em critérios geográficos, histórico-cronológicos, morfológicos ou, ainda, na tipologia documental, entre outros. Além disso, registra-se uma falta de estudos sobre a escrita humanística livraria portuguesa. De fato, devido à objetiva dificuldade da leitura, os filólogos privilegiam o estudo das grafias processadas e cortesãs, e as cursivas brasileiras do século XVIII e XIX. Neste cenário, a exceção é representada por Jorge Ferreira Paulo, pesquisador da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que conduziu um estudo acerca da grafia humanística portuguesa na documentação régia quinhentista. Com base em algumas reflexões apresentadas na sua dissertação de Mestrado (*A escrita humanística na documentação régia portuguesa de Quinhentos*. Lisboa, 2006. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), em futuro será possível confirmar a suposição de que a letra do COD. 13282 seja uma humanística itálica (ou seja, não redonda) com traços de cursividade incipiente. As “gotas” que caracterizam os ascendentes e descendentes de algumas letras sugerem que a grafia tenha alguma afinidade com a chanceleresca cursiva ou *testeggiata* exposta no tratado de caligrafia de Francesco Cresci (**Essempiare di più sorti lettere**. Roma, 1560). Tal obra foi divulgada por toda a Europa, sendo conhecida também na península ibérica.

⁴⁴Trata-se de uma tinta constituída por água, substâncias metálicas e galo de nozes. Os metais, adicionados para conferir fluidez à tinta, ao longo dos anos acabavam por oxidar-se, mudando a cor das letras – que em alguns casos tendiam até a desaparecer da página – e, em alguns casos, correndo o papel.

⁴⁵Trata-se de um símbolo em forma de mão utilizado desde a Idade Média para evidenciar passagens de interesse para o leitor.

Figura 3.2: *Manicula* no fólio 243r

Figura 3.3: Símbolo do fólio 244r

O Ms. 2422 n. 41 BNE Trata-se de um códice contendo 43 documentos redigidos por punhos diferentes. O *Sumario de todas as cousas sucedidas em / Berberia, desde o tempo q̃ começou a Reinár / o Xarife Mulei Mahamet no anno de 1573. / Te o fim do anno de sua morte 1578. no dia / da Batalha de Alcacer quibir em q̃ se perdeo / Dom Sebastiam Rey de Portugal* ocupa os fólhos de 235 a 351.⁴⁶

1. **Cota:** Madri, BNE, Mss. 2422 n. 41
2. **Data de cópia:** metade do século XVII
3. **Lugar de origem:** Portugal, depois passado à Espanha (?)
4. **Incipit:** *Ainda que meu intento naõ era escrever del Rey Mulei Mahamet...*
5. **Explicit:** *...muitos feitos, e cousas notaueis q̃ nam vieram a nossa notiçia.*
6. **Suporte material** – papel

- (1) Linhas d'água: sete pontusais de aproximadamente 3 em 3 cm e vergaturas milimétricas aparentes

⁴⁶Os dados reportados a seguir foram obtidos por consulta presencial ao manuscrito e pela consulta ao *Inventario general de manuscritos de la Biblioteca Nacional* (Tomo VII. Madrid: Ministerio de Educacion Nacional, 1963).

- (2) Filigranas: três globos e uma cruz, no centro da página

7. Composição

- (1) Número de fólios: 116 (códice: 370 + 12 de guarda)
- (2) Número e estrutura dos cadernos: 16 cadernos constituídos por seis bifólios
- (3) Formato e dimensão dos fólios: in-fólio; 298mm x 250mm

8. Organização da página

- (1) Dimensão da mancha: aproximadamente 145mm x 260mm
- (2) Número de colunas: coluna única
- (3) Número de linhas: vinte e cinco por página
- (4) Pautado: sem pauta
- (5) Numeração: em números arábicos postos nos fólios *recto*, no canto superior direito em tinta preta; a página 249 repete-se, mas a numeração foi posteriormente corrigida em lápis
- (6) Reclames: *verso* dos fólios
- (7) Assinaturas: não há. Se se considerar o códice inteiro, o fl. 7 é assinado e há rubricas nas cartas originais

9. Particularidades

- (1) Marcas especiais: não há
- (2) Ex-dono: não há
- (3) Estado de conservação do códice: bom

10. Encadernação

- (1) Tipo: século XVII
- (2) Dimensão: 310mm x 216mm
- (3) Material da cobertura: couro verde com motivos decorativos dourados
- (4) Texto no lombo: PAPEL. TOC./ AL REY.D/ SEV. DE PO.

(5) Nervos no lombo: cinco

11. **Descrições prévias:** além do Inventário de Manuscritos da BNE, há uma sumária descrição do ms. nº 41 em Loureiro (1987); outros documentos do códice foram publicados, mas nunca na íntegra. O caso mais importante foi o de José Gentil da Silva, que consultou o códice na década de 40 para a publicação “Alguns elementos para a historia do comercio da India de Portugal existentes na Biblioteca nacional de Madrid”. In: **Anais da Junta de Investigações Coloniais 2**. Lisboa: Ministério das Colónias, 1950.

12. **Conteúdo:** reportamos, a seguir, o índice do volume inteiro. Trata-se de vários documentos em português, latim e espanhol. Destes, duas cartas são originais, enquanto os demais documentos são cópias.

- (1) Entrega de gobierno de sus Reynos al Rey D. Sebastian. fl. 1
- (2) Carta de Bernardino de Carualho Capitan de Tanger en 12 de Mayo. 1557. à la Reyna Doña Catalina. fl. 7
- (3) Carta de Lorenzo Perez de Tauora Capitan de Tanger al Rey D. Sebastian, sobre suceso con Moros. fl. 11
- (4) Carta del mismo al Rey D. Sebastian. fl. 15
- (5) Testamento del infante D. Maria. fl. 21
- (6) Sucesos, y cartas del Tiempo del Rey D. Sebastian. fl. 41
- (7) Carta al S.or Emperador de su embaxador em Portugal. fl. 65
- (8) Entrega de Gouierno de sus Reynos al Rey D. Sebastian. fl. 67
- (9) Ordenanza sobre abreuiair em juicio de las causas. fl. 73
 - (1) ORDENAÇAM/ DA NOVA ORDEM/ do juyzo, sobre o abreuiair das/ demandas, execu-/ções dellas (1578).
 - (2) ALVARA SOBRE OS/ arcabuzes pequenos (1583)
 - (3) DETERMINAÇAM/ sobre algũas duuidas que se moueram entre as Relações da/ casa da Supplicação, do Porto (1583)
 - (4) DECLARAÇAM/ SOBRE OS SALARIOS/DOS ESCRIVAES (1583)
- (10) Carta de Jorge de Silua desde Ceuta al Rey D. Sebastian fl. 91
- (11) Carta de mano del Rey D. Felipe el Prudente al Rey D. Sebastian, sobre D. Juan de Sylva su embaxador fl. 95

- (12) Carta de un Religioso sobre el gouierno de la Reyna D.a Catalina por el Rey D. Sebastian su Nieto fl. 97
- (13) Respuesta de la Reyna Catalina à la Carta del Rey D. Sebastian su Nieto, en que le dice queria pasar à Castilla, y le da sus consejos fl. 101
- (14) Carta arrojada en la Camara de Lisboa, donde se representan los inconvenientes de pasar à Castilla la Reyna D.a Catalina fl. 103
- (15) Apuntamientos de la Ciudad de Lisboa al Rey D. Sebastian, sobre no permitir vaia la Reyna D.a Catalina à Castilla fl. 107
- (16) Carta que escrivio à la Rayna D.a Catalina una persona poco afecta suia, quando se queria ir à Castilla fl. 109
- (17) Carta de Autor incierto al P.e Luis Gonzalvez de Camara Maestro del Rey D. Sebastian fl. 117
- (18) Carta del Obispo de Algarve D. Geronimo Osorio al Rey D. Sebastian sobre su casamiento con Francia. año 1571 fl. 127
- (19) Carta del Papa Pio V à la Rayna D.a Catalina, exortandola no pase à Castilla fl. 131
- (20) Razonamiento del Rey D. Sebastian à los Caualleros de la Orden de Christo en Santarem fl. 139
- (21) Razonamiento que hizo el Rey D. Enrique al Rey D. Sebastian quando le entrego el Reyno fl. 135
- (22) Carta de Sebastian de Macedo al Cardenal Don Enrique, estando moribundo fl. 139
- (23) Carta del Rey D. Sebastian à D. Anton de Noroña virrey de la Indica fl. 140
- (24) Otras del mismo Rey al mismo virrey fl. 143
- (25) Memoria de Jorge de Sylua al Rey D. Sebastian sobre la India fl. 145
- (26) Carta del D. Ant.o Pineyro, despues Obispo de Miranda y Leiria, para el Conde de Castanheira quando le encomendaron la Cronica del Rey D. Juan el 3º para escribirla viviendo el Rey fl. 149
- (27) Carta del Rey D. Sebastian à Antonio Pinto secretario de la Embaxada en Roma, sobre negocios con el Papa fl. 153

- (28) Carta de Pio V al Rey D. Sebastian sobre entrar en la liga contra el Turco, y casar en Francia fl. 155
- (29) Carta de Pio V à la Reyna D.a Catalina de Portugal. dandole gracias de la liga, y pidiendole se cooperase para que el Rey D. Sebastian casase en Francia fl. 157
- (30) Carta de el Papa Pio V. al Cardenal D. Enrique sobre lo mismo fl. 159
- (31) Carta del mismo Papa à D. Duarte hijo del Infante D. Duarte fl. 159
- (32) Informacion de lo que se ha de pedir à su Santidad acerca el negocio de la Bulla de Cea. fl. 161
- (33) Razonamiento quando se levanto Rey D. Sebastian fl. 165
- (34) Descargos al Rey, no se sabe quien los da fl. 167
- (35) Cortes de Lisboa año 1562. celebradas por la Reyna D.a Catalina siendo su Nieto el Rey D. Sebastian de edad de 8 años fl. 175
- (36) Apuntamientos pedidos en las mismas Cortes fl. 227
- (37) Sumario de todas las cosas sucedidas en Berberia en tiempo del xarife Mulei Mahamet desde el año 1573. hasta 1578 en la batalla de Alcazar donde se perdio el Rey Don Sebastian fl. 235
- (38) Memoria de los Fidalgos Portugueses Muertos y Cautivos en la referida batalla fl. 351

13. **Antigos possuidores:** a ficha catalográfica indica que o código provém do fundo do Duque de Uceda, tendo sido incorporado à Biblioteca Real

As filigranas das quais registramos o maior número de ocorrências são iguais às contidas no COD. 13282. A terceira está anexada a seguir.⁴⁷

O manuscrito da BNE, como já dissemos, foi editado uma única vez – em 1987 por Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. Trata-se de uma edição de divulgação publicada em Lisboa pela Editora Europress (207 páginas, 23 cm). O título, *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-rei D. Sebastião*

⁴⁷Em futuro, seria interessante aprofundar ulteriormente o estudo material dos dois manuscritos, de forma a entender se a semelhança das marcas d'água e do papel, além das características da escrita, podem indicar um parentesco próximo dos testemunhos.

Figura 3.4: Marca d'água – MS. nº 41 Serie 2422 BNE

(1573-1578), foi atribuído pelo editor em substituição do mais longo título reportado no manuscrito. Inclui um *Prefácio*, constituído por *Considerações gerais*, *Considerações especiais sobre a crónica* e uma *Advertência*. A seguir, analisamos as *Considerações*, destacando algumas incoerências da avaliação historiográfica do estudioso e, posteriormente, a *Advertência*, comentando suas escolhas editoriais.

Nas *Considerações*, Loureiro apresenta alguns dados históricos, colocando a crise política portuguesa do final de 1500 em um contexto mais amplo que diz respeito ao sistema econômico e social do país, destacando as razões econômicas para a organização da expedição ao norte da África por D. Sebastião. Face a isso, o estudioso apresenta o *Sumario* e afirma o caráter subjetivo da sua descrição dos eventos históricos, criticando-o repetidamente. Na opinião do editor, de fato, “a crónica [seria] uma fonte demasiado próxima dos acontecimentos e traduz[iria] um período de ressentimento, em virtude da tragédia que se abateu sobre Alcácer-Quibir”.⁴⁸

Com isso, todavia, Loureiro incorre em anacronismo, pois alega ao cronista uma falta de olhar crítico sobre a conjuntura socioeconômica de Portugal que na sua época seria impossível. “Aos cronistas”, afirma Loureiro, “escaparam-lhe as tremendas consequências da crise de 1545-1552, altura em que uma extraordinária depressão da economia internacional conduz a uma

⁴⁸ *Ibidem*, p. 6.

'viragem de estrutura' da nossa economia".⁴⁹ O autor, especificamente, não teria entendido que "o projecto da conquista do porto de Larache era apenas um pretexto para a execução de um plano mais vasto que era a conquista de uma parte do Norte de África".⁵⁰ É por isso que, na opinião de Loureiro, o autor julgaria "em relação à personalidade do nosso Monarca e dos reais objetivos do plano de África do nosso Soberano muitas das vezes [...], como alguns cronistas, por presunção".⁵¹ Ainda segundo o editor, o cronista teria encontrado em D. Sebastião quem espiasse as dificuldades da situação e, nesta perspectiva, a peculiaridade da atribuição de predicados negativos ao monarca português em contraposição às qualidades de Abde Almelique seria devida apenas a ressentimento: "há sem dúvida no autor uma posição exageradamente marcada contra D. Sebastião, que pode ser levada à conta de ressentimento pelo que lhe aconteceu – o cativo [...]"⁵² A nosso ver, esta observação pode até mesmo ser apropriada, porém, sozinha, não implica aquela falta de objetividade que Loureiro imputa ao autor.

Em suma, apesar de apontar a relevância do relato devido à presença do cronista nos acontecimentos narrados, Loureiro estava mais interessado em corrigir e justificar as afirmações contra D. Sebastião e os aspectos originais da obra do que em simplesmente apresentá-los. Isso nota-se já nas primeiras frases, em que são misturadas informações objetivas e comentários pessoais do editor:

trata-se de um manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Madrid [...], sem nome de autor, sabendo-se apenas ser pessoa dependente do Senhor D. António, Prior do Crato, apresentando-nos D. Sebastião como um monarca soberbo e prepotente que com a sua obsessão da guerra de África se perdeu bem como ao Reino.⁵³

Visto o julgamento reservado aos documentos por ele analisados, cum-

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ *Ibidem*, p. 20.

⁵¹ *Idem.*

⁵² *Ibidem*, p. 32.

⁵³ *Ibidem*, p. 6.

pre questionar-se a respeito das intenções do estudioso ao editar o *Sumario*. Como já vimos, nos anos anteriores Loureiro publicara uma série de documentos para a História Sebástica, nomeadamente a *Relação da Vida de El-Rei D. Sebastião* do Padre Amador Rebello (1977), a *Jornada del-Rei dom Sebastião e Crónica de dom Henrique* (1978) e *Uma Jornada ao Alentejo e Algarve*, de João Cascão (1984). Os resultados da pesquisa conduzida sobre as fontes publicadas foi exposto em 1989 no livro *D. Sebastião e Alcácer-Quibir*⁵⁴, em que, motivado pela falta de estudos de tal tipo em Portugal, o estudioso busca efetuar uma releitura dos fatos do reinado de D. Sebastião nos moldes de uma História Social.⁵⁵ Nota-se, com isso, que a publicação de fontes acerca do reinado de D. Sebastião por Loureiro é ligada exclusivamente à perseguição de seu objetivo historiográfico. Neste sentido, os textos por ele considerados em linha com sua análise são publicados com todos os cuidados filológicos, enquanto os outros são oferecidos ao público em uma forma menos rigorosa.

Dito isto, é interessante constatar que, na segunda parte da introdução ao livro de 1989, ele indica ao leitor as fontes utilizáveis para os estudos sebásticos,⁵⁶ a saber: a *Jornada de África* de Jerónimo de Mendonça (1607) e a *Miscelânea* (1629) de Miguel Leitão de Andrade, além de outras fontes menores entre as quais ele destaca duas espanholas. Estas obras eram há muito conhecidas e já tinham sido exaustivamente estudadas. Desta forma, apesar de ter publicado vários documentos contendo pontos de vista desconhecidos, as duas obras escolhidas como base para o estudo de 1989 são duas fontes tradicionalmente usadas pelos historiógrafos da História Sebástica. O *Sumario*, em particular, não é mencionado, sendo que as potencialidades das obras inéditas permaneceram silenciadas; isso não somente dentro de uma pesquisa de maior fôlego, mas também quando analisadas individualmente, como vimos acima.

Depois de ter evidenciado a problemática historiográfica representada pela edição de Loureiro, algumas palavras sobre as escolhas editoriais do

⁵⁴ LOUREIRO, *Dom Sebastião e Alcácer Quibir*. Lisboa: Publ. Alfa, 1989.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 8-13.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 9.

estudioso se fazem necessárias. Nas *Considerações especiais sobre a crónica* e na *Advertência*, de fato, o editor inclui uma sumária descrição do manuscrito e menciona brevemente alguns aspectos de seu trabalho. Quanto ao manuscrito, ele indica a cota e reporta que se encontra em um códice que abarca “outras crónicas, além de cópia de correspondência com Filipe II”,⁵⁷ sendo alguns documentos em português e outros em espanhol. O editor especifica em quais fólios o *Sumario* se encontra e registra que a letra é do século XVI.⁵⁸ Conclui as informações materiais afirmando que alguns capítulos não reportam título e que, de modo geral, tudo aponta que “o autor tencionava conceder ao trabalho uma nova revisão”.⁵⁹

Quanto à transcrição, seu intento foi “manter a [...] integralidade, respeitando assim o estilo do autor”,⁶⁰ apesar de se ver forçado a introduzir algumas alterações. Entre elas, ele afirma ter atualizado a ortografia, as formas verbais “sempre que conveniente” e a pontuação “no indispensável”, afirma ter convertido os artigos, introduzido alguns elementos gramaticais, marcados pelos (), e, finalmente, identificado com * “alguns nomes caídos em desuso ou conhecidos com outra designação”.⁶¹ Além de modernizações mais comuns como a introdução de hífen e acentos e a uniformização e atualização das grafias,⁶² notamos intervenções semânticas relevantes, tais como *nem ousara ir demandar Tanger* por *nem ousar air demandar Tangere*.⁶³ Fora isso, o intervencionismo do editor está presente até mesmo no título que atribui ao texto: alegando uma “demasiada extensão”⁶⁴ do original, muda “sumário” por “crônica” e cita D. Sebastião como objeto da obra, enquanto no título original do manuscrito este aparecia apenas na menção à sua morte e servia de marco temporal para a narração.

Apesar de o intento de fornecer ao público uma edição modernizada estar claro no *Prefácio*, os critérios descritos se configuram como demasiado super-

⁵⁷ *Ibidem*, p. 19.

⁵⁸ De acordo com nossas análises, contudo, é mais provável que se trate de uma cópia do século XVII.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 33.

⁶¹ *Idem*.

⁶² Por exemplo, *vendo-se* por *vendosse* (cap. 7) e *miserável* por *miseravel* (cap. 7).

⁶³ MSS 41 Serie 2422, fl. 245v.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 6.

ficiais até para uma edição modernizada. Além disso, a intervenção no texto original sem a indicação pontual dos aspectos modificados, sobretudo no que diz respeito à atualização linguística, inviabiliza a utilização da edição em estudos linguísticos e filológicos.

Desta forma, dos objetivos iniciais do editor – fornecer ao público um novo texto, levantar uma nova fonte para os estudos sebasticos e respeitar o estilo do autor – nenhum foi respeitado. Faltam à edição de Loureiro um cotejo com o manuscrito de Lisboa, desconhecido pelo editor; uma nova análise historiográfica livre de julgamentos subjetivos; e, mais importante ainda, o respeito da língua original, sem as pesadas interferências que lhe foram impostas.

3.3 A edição diplomática

Vistos os problemas do campo bibliográfico do *Sumario*, portanto, faz-se fundamental realizar a transcrição do manuscrito inédito. Conforme a sugestão de Castro e Ramos,⁶⁵ a primeira etapa consiste em uma transcrição o mais aderente possível ao original. A edição diplomática encontra estas exigências, sendo caracterizada por um “baixo grau de mediação” entre o original e a edição.⁶⁶ Esse tipo de edição, como vimos, permite conservar as características gráficas, linguísticas e visuais do texto, configurando-se como ideal para a pesquisa filológica e, em certa medida, linguística. A partir desse trabalho, outros caminhos se abrem, a saber: a realização de uma edição semidiplomática, útil para os linguistas, e a transcrição do MSS nº 41 Serie 2422, seguida por um cotejo entre os dois exemplares manuscritos a fim de efetuar uma edição crítica que encontre as necessidades dos historiógrafos e dos estudiosos de literatura. Ainda que tais tarefas sejam agilizadas graças a ferramentas como o e-Dictor,⁶⁷ as deixaremos para uma fase futura, limitando-nos aqui a propor uma primeira versão da transcrição.

⁶⁵Castro, Ramos, 1986.

⁶⁶Cambraia, 2005, p. 93.

⁶⁷Já mencionamos esse programa no capítulo 2, onde afirmamos que possibilita a efetuação de edições com diferentes graus de intervenção no texto, a partir de um mesmo arquivo de transcrição.

Ainda com base na formulação teórica dos autores citados,⁶⁸ antes de começar o trabalho, elaboramos uma estratégia geral, que pudesse guiar a escolha das táticas de caso em caso. A estratégia específica da transcrição não consiste tanto em facilitar a leitura ou reproduzir o aspecto estético do manuscrito, que pode ser facilmente depreendido pelas imagens disponibilizadas pela BNP, quanto em preparar o documento para seu estudo linguístico com base em ferramentas digitais.

No âmbito da estratégia de transcrição, destacamos a escolha de utilizar o programa de preparação de textos LaTeX. Já mencionamos, na seção 2.1.3, que o texto visualizado na tela do computador é apenas o resultado de processos computacionais sobre códigos na maior parte das vezes invisíveis ao usuário. Também afirmamos que alguns destes códigos são visualizáveis e modificáveis nos programas WYSIWYM – “What You See Is What You Mean” ou “O que você vê é o que você quer dizer”. O LaTeX, ao contrário de editores como o MSWord, o LibreOffice e outros, é baseado justamente neste paradigma. Além de ser um programa adequado para todos os sistemas operacionais, aberto e livre – significando que é gratuito e seu código é compartilhado, podendo ser modificável e adaptável pelos usuários -, o LaTeX permite separar as tarefas de escrita e o de formatação do texto, encorajando os usuários a não se preocupar com a apresentação visual da informação, que desvia o foco do conteúdo escrito.

Não nos iremos deter, aqui, sobre os detalhes do funcionamento do programa.⁶⁹ Além das características gerais apontadas acima, o que interessa lembrar é que o LaTeX baseia-se essencialmente no código ASCII (American Standard Code for Information Interchange),⁷⁰ que pode ser definido como o mínimo de símbolos necessários à comunicação no ambiente digital. Isso implica que uma mensagem escrita em ASCII será reconhecida por pratica-

⁶⁸Castro, Ramos, *idem*.

⁶⁹Para informações acerca da história do programa TeX, suas macros e seu funcionamento veja-se, em inglês, o site do projeto <http://www.latex-project.org/> ou OETIKER Tobias et al. **The not so short Introduction to LaTeX2E**. 2014 Disponível em <http://linorg.usp.br/CTAN/info/lshort/english/lshort.pdf>. Último acesso em: 13/04/2015. Para as diferenças entre os programas WYSIWYM e os WYSIWYG, pode-se consultar o interessante artigo de Allin Cottrell, *Word Processors: Stupid and Inefficient*, 1999 (Disponível em: http://ricardo.ecn.wfu.edu/~cottrell/wp.html#tth_sEc6. Último acesso em: 8 de julho de 2015), que utilizamos amplamente nestes parágrafos.

⁷⁰<http://ascii.cl/>

mente qualquer computador e programa no mundo.⁷¹ Os aspectos relativos à formatação e qualquer caractere que não seja incluído no ASCII poderão ser definidos por meio de comandos escritos em ASCII. Com base neste pressuposto, pode-se afirmar que em LaTeX é possível digitar praticamente qualquer coisa, desde o mais simples texto até palavras com caracteres em desuso e as mais complexas fórmulas matemáticas.

Para melhor entender estas afirmações, vejamos um exemplo básico de criação de texto neste programa. O utilizador escolhe as características gerais do documento que pretende escrever (tipologia de documento, língua, algumas definições básicas de formatação), podendo personalizar o grau de especificidade de tais informações conforme sua necessidade. Posteriormente, escreverá o texto, inserindo os devidos comandos (já definidos no preâmbulo do arquivo) quando necessário. Na interface de trabalho, o texto aparece da seguinte forma:

O usuário forneceu ao programa algumas informações a respeito do tipo de documento pretendido e de sua formatação: no exemplo, trata-se de um artigo, escrito em português, com fonte tamanho 12, espaçamento um e meio. Todas as citações deverão aparecer com um espaço de 4cm à esquerda, ter espaçamento simples e fonte tamanho 10. Depois de configurar o documento, o autor poderá se concentrar apenas no conteúdo, sem, por exemplo, ter que modificar a formatação todas as vezes que aparecer uma citação.

Caso seja necessário visualizar a versão definitiva do documento, o utilizador pede ao programa, a maioria das vezes por meio de um botão, para criá-la. Ao “ler” (*to parse*) o código, o programa transforma o texto da imagem acima no exemplo a seguir.

Note-se, nas imagens acima, que existem três tipos de “textos” em LaTeX: o conteúdo propriamente dito, os comandos, identificados por `\`, e os “comentários”, indicados com `%`. Destes três tipos de “texto” o programa processará apenas os comandos, por meio dos quais irá produzir um arquivo final com o conteúdo. As partes de texto comentadas não são lidas pelo programa e servem apenas ao utilizador. Em outras palavras, poderíamos dizer que um

⁷¹Ao contrário, ao utilizar um programa WYSIWYG, outros códigos específicos do programa são utilizados. Tais códigos variam de programa a programa e, frequentemente, de uma versão a outra do mesmo programa, dificultando o intercâmbio de documentos entre diferentes programas e diferentes computadores.

```

1 \documentclass[a4paper,12pt]{article}
2 \usepackage[utf8]{inputenc}
3 \usepackage[LFE,LAET,TL]{fontenc}
4 \usepackage[arabic,portuguese]{babel}
5
6 \usepackage{amsfonts}
7 \usepackage{amssymb}
8 \usepackage{graphicx}
9 \usepackage{tipa}
10
11 \usepackage{setspace}
12 \onehalfspacing
13 \usepackage[leftmargin=4cm,rightmargin=0cm,font=small,font=singlespacing]{quoting}
14
15
16
17 \begin{document}
18
19 Este é um documento para demonstrar o funcionamento do LaTeX. Este programa oferece ampla variedade de símbolos.
20 Segue um exemplo de transcrição e outros símbolos utilizados ao longo de nossa dissertação:\\
21
22 Outros símbolos:
23 \begin{itemize}
24 \item \textsubdot{s}
25 \item s\textipa{\super Q}
26 \item \textipa{S}
27 \end{itemize}
28
29 Esta é uma citação de Castro e Ramos:
30 \begin{quoting}
31 Campo bibliográfico [é a designação de] um conjunto estruturado de unidades bibliográficas (livros impressos),
32 organizadas em torno de um determinado texto: o campo de um texto é o grupo formado pelas edições existentes desse
33 texto.
34 \end{quoting}
35
36 Esta será uma imagem:
37
38 \graphicspath{{Immagini/}}
39
40 \begin{figure}[h]\centering
41 \includegraphics[width=4cm]{Eligacaoseparada}
42 \caption{Letras separadas.}
43 \end{figure}
44
45 \end{document}

```

Figura 3.5: Exemplo da estrutura de um documento em LaTeX

comentário é conteúdo que não será visualizado no documento final.

Resumindo, o resultado do procedimento produzirá dois arquivos: um, muito leve, em formato .tex – o estado bruto, as “entranhas” do documento – contendo tudo o que foi digitado pelo utilizador, inclusive os comandos e os comentários; outro, geralmente em .pdf, que é um documento “definitivo” extremamente elegante e legível.

Talvez este procedimento pareça mais complicado em relação à redação de textos em editores tradicionais. Esta é, em certa medida, uma afirmação válida. Contudo, há algumas observações a serem feitas a respeito da utilização do LaTeX para edições filológicas. De fato, a utilização de editores de texto para este fim acarreta problemas de formatação e de portabilidade. Entre os filólogos é conhecida a dificuldade em criar documentos contendo

Este é um documento para demonstrar o funcionamento do LaTeX. Este programa oferece ampla variedade de símbolos. Segue um exemplo de transcrição e outros símbolos utilizados ao longo de nossa dissertação:

Ainda que meu intento não era escrever del Rey Mulei Mahamet/
nenhũ sucesso, senão so daquelles em q̃ me achei presente pera q̃ desses como/
a testemunha de vista podesse com mais verdade dar Luz oq̃ passava./

Outros símbolos:

- §
- s^ç
- f

Esta é uma citação de Castro e Ramos:

Campo bibliográfico [é a designação de] um conjunto estruturado de unidades bibliográficas (livros impressos), organizadas em torno de um determinado texto: o campo de um texto é o grupo formado pelas edições existentes desse texto.

Esta será uma imagem:

Figura 1: Letras separadas.

Figura 3.6: Exemplo do *output* de um documento em LaTeX

as imagens dos documentos editados. Muitas vezes de alta definição, as imagens sobrecarregam o arquivo e dificilmente ficam ancoradas à parte do texto em que foram colocadas, resultando em tempos de trabalho redobrados e arquivos muito “pesados”. Além disso, há uma série de caracteres de uso comum nos manuscritos e que hoje caíram em desuso, tal como o q̃, que é extremamente difícil reproduzir. Quanto à portabilidade, nos referimos à possibilidade de enviar um arquivo .doc sem perda de informação. É comum deparar-se com arquivos danificados ou de conteúdo ilegível por problemas de compatibilidade entre programas ou versões de um mesmo programa.⁷²

⁷²Por exemplo, quem utiliza o formato .odt sabe que, ao abrir o mesmo arquivo no MSWord, o texto sairá completamente desformatado e vice-versa.

O LaTeX oferece uma alternativa para evitar tais inconvenientes. Entre as vantagens que derivam da utilização deste programa para edições filológicas, de fato, podemos enumerar os seguintes pontos: a) resolução de problemas de formatação, sobretudo no caso de edições fac-similares em que é preciso anexar fotografias e digitalizações de boa resolução. De fato, as imagens não são coladas diretamente no texto: insere-se um comando no arquivo .tex que indica ao programa onde buscar a imagem no computador, onde colocá-la no texto e quais dimensões deve ter ao criar o .pdf – ou seja, a imagem não “pesa” diretamente no documento, sendo incluída apenas na parte final do procedimento; b) possibilidade de utilização de todos os caracteres necessários a um texto da área de Filologia ou de Linguística – quando ainda não disponíveis, é possível escrever um código que os defina; c) portabilidade de um ambiente de editoração para outro mediante programas específicos. Entre outros formatos, o arquivo .tex é exportável para a extensão .txt por meio de um simples comando – dado que se faz fundamental na medida em que o e-Dictor funciona com tal formato; d) aspecto gráfico mais limpo sem perda de informação graças à prática de comentar partes do texto.

Em contrapartida, alguns poderiam apontar para dois problemas: a) alguns símbolos de uso comum na Crítica Textual – nomeadamente as chaves – não são utilizáveis imediatamente por fazerem parte do código do programa; b) é preciso aprender a usar o programa – apesar de simples, requer alguma aptidão informática ou tempo para entender a lógica de seu funcionamento.⁷³ Frente a estas considerações, não será fora de lugar reiterar que a utilização do LaTeX constituiu uma experiência piloto, e, por consequência, passível de sugestões e reformulações.

Dito isto, podemos passar à explicitação dos critérios de transcrição. A extensão do documento e a escolha de trabalhar com LaTeX requereram um tratamento em certa medida especial em relação aos conjuntos de normas de transcrição já existentes. Por isso, para a elaboração das táticas a serem utilizadas ao longo da transcrição, nos baseamos primariamente nas normas resumidas por Cambraia (2005), comparando-as às Normas para a Transcri-

⁷³Moderando a importância deste último ponto, é preciso ressaltar que os comandos mais frequentes são de fácil aprendizagem e, caso seja necessário, existem inúmeros guias, vídeos, artigos e comunidades de apoio na web para auxiliar os utilizadores de LaTeX.

ção de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil⁷⁴ e adequando-as de forma a tratar todos os elementos não representáveis com caracteres simples com símbolos facilmente reconhecíveis e exportáveis entre diferentes ambientes de editoração de textos, como explicitado a seguir. Para as abreviaturas, nos baseamos nos catálogos de Maria Helena Ochi Flexor⁷⁵ e de Eduardo Borges Nunes.⁷⁶

1. A transcrição do documento foi feita de forma justalinear, respeitando a divisão paragrafíca e de página do original.
2. A numeração de linha foi feita de cinco em cinco, na margem esquerda do texto, em números arábicos.
3. A numeração de capítulos foi reproduzida de acordo com o manuscrito.
4. A numeração de fólíio segue a do códice, sendo os números indicados na margem superior entre || ||. Indicamos com r as faces *recto* e com v as faces *verso* dos fólíios.
5. Os reclames foram assinalados entre ||, na margem inferior.
6. Os elementos metatextuais, como os nossos comentários, foram indicados entre <> (ex.: banda . . . <lacuna>).⁷⁷
7. A ortografia do manuscrito foi respeitada; em específico:
 - (1) as capitulares foram indicadas em negrito e módulo maior (ex.: **E**stando);
 - (2) as letras ramistas <i>, <j> e os alógrafos <u> e <v> foram mantidos como no manuscrito (ex.: jrmaõ, vnico);

⁷⁴“Normas para a Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.) **Para a história do português brasileiro: primeiros estudos**. São Paulo: Humanitas, 2001, v. II, t. II, pp. 553-555.

⁷⁵FLEXOR, Maria Helena. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2ª ed. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1991.

⁷⁶NUNES, Eduardo Borges. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. Lisboa: [s.n.] 1981.

⁷⁷A escolha dos parênteses uncinados deve-se, por exclusão, ao fato que os parênteses são utilizados no texto transcrito, os colchetes para assinalar os reclames e as chaves são associadas a um comando do programa LaTeX.

- (3) as abreviaturas – poucas, recorrentes e fáceis de entender – foram mantidas e assinaladas entre parênteses uncinados comentados no arquivo LaTeX (ex.: s.res %<abreviatura>);⁷⁸
 - (4) a acentuação e pontuação foram mantidas conforme o original (ex.: experiencia);⁷⁹
 - (5) a separação vocabular intralinear e interlinear foi respeitada;
 - (6) as diferenças de módulo também foram respeitadas.
8. Caracteres de difícil leitura por suporte danificado foram indicados com <+abc> (ex.: nell<+a>s).
 9. As adições efetuadas nas margens (*manicula* e cruz) foram indicadas entre « ».
 10. No caso de repetições que o copista não suprimiu foi feito uso da palavra latina <sic> entre parênteses uncinados.
 11. Os *fleurons* ( ) foram indicados com §.

A aplicação de alguns destes critérios foi problemática. O primeiro caso a ser destacado é o da separação vocabular intralinear: devido à manualidade da escrita do texto, nem sempre resulta possível determinar com segurança se as palavras estão juntas ou separadas. Em certos casos, o copista parece ter ligado duas letras por uma simples questão mecânica: ao acabar uma palavra, não levantou a pena da folha, emendando diretamente o traço na palavra sucessiva. Dada a importância da precisão da separação vocabular para os estudos linguísticos, forçados a operar uma escolha, resolvemos nos deixar guiar pela interpretação da mecânica da escrita e não pela percepção

⁷⁸Dessa forma, em um segundo momento, será possível procurar seletivamente todas as abreviaturas. De todo modo, para auxiliar um possível leitor leigo, anexamos à transcrição uma tabela resumindo as correspondências entre as siglas e seu significado. Os tipos de abreviaturas presentes no manuscrito dividem-se em: abreviatura por suspensão (ex: *q̃* por *que*); notas tironianas (ex: *U* por *mil*); abreviaturas por contração, sinalizada por ponto ou letra sobreposta (ex: *Jm^o* por *Jerônimo*).

⁷⁹Note-se que o sinal de nasalização foi mantido, respeitando sua posição por cima da letra, independentemente desta ser vogal ou consoante. De fato, notou-se que o copista, em alguns casos, o grafava à direita da vogal que seria sinalizada como nasal hoje em dia (ex: alguš; treição, hoje algūs; treição). Pela impossibilidade de definir se se trata apenas de uma consequência da cursividade da escrita ou de um aspecto linguístico intrínseco, escolhemos transcrever as palavras exatamente como aparecem no manuscrito.

do que seria um vocábulo pelo copista. Os critérios adotados para a separação vocabular, portanto, consistiram no espaço existente entre uma palavra e outra e nas ligaduras dos grafemas. Considerou-se que a) mesmo nos casos de letras ligadas por traços de pena, quando o espaçamento permitisse inserir uma letra, elas estariam separadas;

Figura 3.7: Letras separadas: “de ver de ser”

b) pelo contrário, letras ligadas por traços de pena e espaçamento reduzido indicariam junção vocabular;

Figura 3.8: Letras juntas: “emuito”

c) letras não ligadas mas ocorrentes na maioria dos casos com espaçamento muito reduzido indicariam junção vocabular;⁸⁰

Figura 3.9: Letras juntas: “oq passava”

⁸⁰Destaca-se o caso da junção das palavras gramaticais: conjunções, artigos, pronomes pessoais muitas vezes ocorrem juntos.

d) vocábulos cujas letras finais fossem muito próximas por razões de espaço intralinear constituiriam palavras separadas.

Figura 3.10: Letras separadas: “de antes era divisa”

Dito isto, estamos conscientes de que se trata de critérios um tanto quanto subjetivos, razão pela qual aguardamos o desenvolvimento de ulteriores análises paleográficas e linguísticas para conseguir apreender melhor este aspecto do manuscrito.

O segundo caso é o da reprodução da diferença de módulo. Os grafemas <c>, <l> e <x> têm formas pouco diferenciadas, sendo que o único aspecto que distingue as maiúsculas das minúsculas é a mudança de módulo e alguns pormenores muito sutis. Sempre devido à redação manuscrita, nem sempre tais diferenças são facilmente reconhecíveis. Considerou-se que o <l> maiúsculo seria representado por um grafema de traços mais alongados, como no exemplo a seguir, transcrito *Letras, e livros*.

Figura 3.11: <L> e <l>

No caso do <c>, a diferença seria constituída por um módulo maior:

Figura 3.12: Diferenças de módulo: <C>

Figura 3.13: Diferenças de módulo: <c>

e, no caso do <x>, por um módulo maior e um traço mais grosso, como exemplificam as figuras.

O terceiro caso é o das letras ramistas i/j. Enquanto os dois grafemas minúsculos se diferenciam claramente, os grafemas maiúsculos apresentam a

Figura 3.14: Diferenças
de módulo: <X>

Figura 3.15: Diferenças
de módulo: <x>

mesma forma: resolveu-se representar todas suas ocorrências por <J> – obviamente não por questões fonéticas, quanto por razões estéticas. Portanto, as seguintes palavras foram transcritas como *instancia*, *jurado*, *Jrmaão*, *Judeus*, respetivamente.

Figura 3.16: Letras ra-
mistas: <i>

Figura 3.17: Letras ra-
mistas: <j>

Figura 3.18: Letras ra-
mistas: <I>/<J>

Figura 3.19: Letras ra-
mistas: <I>/<J>

O quarto caso, finalmente, é constituído pela posição do sinal de nasalização no interior das palavras. Como mencionamos nos critérios de transcrição, o til é grafado com um traço inclinado para direita que parte da letra nasalizada, segue na vertical e termina com uma gota. Costuma aparecer na vogal à direita daquela nasalizada hoje em dia. É o caso de palavras como *naõ* e *relações*.

Figura 3.20: Sinal de nasalidade: naô

Em alguns casos, porém, o til aparece também em cima de consoantes – especialmente no <s> depois do <u>, como no caso de em alguẽ – ou até em sílabas que não seriam nasais, como se nota pelas imagens a seguir.

Figura 3.21: Sinal de nasalidade: Christaôs, a alguẽ dos quaes

Figura 3.22: Sinal de nasalidade: e cômũ lingoagem era

Nesses casos, nosso critério consistiu em verificar de onde partisse o traço do til, tentando respeitar, na medida do possível, sua posição no interior da palavra.

Considerações finais

Na medida em que nosso fazer foi se constituindo e ganhando contornos mais nítidos, podemos melhor perceber sua inscrição no seio dos estudos que se debruçaram sobre as crônicas e relatos acerca da ocupação do noroeste da África. De fato, notamos uma ausência de estudos linguísticos e filológicos sobre esse material, explicada principalmente pela dificuldade em acessar as fontes. Diversas razões impedem o acesso aos textos e, por conseguinte, seu uso imediato: seja por uma parte delas ainda permanecer em estado manuscrito; seja pelo fato de as escolhas metodológicas seguidas nas transcrições e no estabelecimento das edições impossibilitarem pesquisas de cunho especializado.

Como tivemos ocasião de verificar no segundo capítulo, dos textos catalogados nos acervos de bibliotecas muitos foram publicados; todavia, destes, somente alguns estão disponíveis ao público em edições adequadas para a realização de estudos linguísticos, sendo que a grande maioria dispõe apenas de edições interpretativas ou modernizadas. Apenas seis são edições de respeitável rigor filológico – entre estes, inclusive dois trabalhos do próprio Loureiro.⁸¹ Além disso, analisando cada texto individualmente, notamos que nenhum deles possui uma variedade de edições adequada às exigências de todos os públicos – em outras palavras, os campos bibliográficos das crônicas a respeito dos portugueses no Marrocos estão incompletos.

É nesse movimento mais global que inserimos nossas críticas ao trabalho de edição do *Sumário* realizado por Loureiro. Nesta perspectiva, este editor não seria senão o sintoma de uma época em que se preferiu oferecer a um

⁸¹Quando se trata da edição do *Sumário*, percebemos uma flexibilidade dos critérios utilizados na transcrição e uma ausência daquele rigor filológico presente em seus trabalhos anteriores.

público de historiadores aquelas obras cujo valor historiográfico foi imediatamente reconhecido, enquanto as necessidades de outro público, formado fundamentalmente por linguistas, foram desconsideradas por várias razões.

Frente a estas constatações, foi possível traçar modos de intervenções mais coerentes com as exigências de nossa época. Incorporando as perspectivas surgidas com o avanço tecnológico, temos condições de oferecer ao público, pelo menos em um primeiro momento, uma proposta de edição monotestemunhal diplomática, ajustada aos interesses de um público especializado. O caminho a ser seguido, em um momento futuro, será a realização de uma edição semi-diplomática e de uma edição crítica, haja vista a existências de duas cópias do manuscrito, uma na BNP (COD. 13282) e outra na BNE (MSS. N° 41 Serie 2422).

Realizamos a primeira dessas duas tarefas e seu resultado pode ser consultado no segundo volume desta dissertação. Deixamos para uma ocasião futura ulteriores estudos que poderiam levar à elaboração de uma edição crítica. Entre elas, seria necessário efetuar a *collatio* entre os dois testemunhos manuscritos, de forma a levantar hipóteses quanto aos autores materiais dos mesmos e entender melhor o processo de transmissão do texto; empreender análises materiais dos dois códices mais aprofundadas; pesquisar o possível autor intelectual da obra. Além disso, nosso trabalho traça mais uma perspectiva. Levando em consideração as reflexões tecidas pelos humanistas digitais, relembramos a possibilidade de se realizar um trabalho mais completo, integrando diversos formatos de edição – por exemplo, fac-similar, diplomática e modernizada ou crítica – em um novo suporte, qual seja, o digital. Tal edição, de certa forma possível graças ao e-Dictor, se articularia a partir de múltiplas camadas, podendo assim integrar vários tipos de edição no mesmo ambiente, sobrepondo uma à outra por meio de hiperlinks. Com isso, o leitor poderá escolher ler o texto passando de sua edição fac-similar para a diplomática e, eventualmente, a modernizada ou vice-versa. O texto, portanto, seria consultável por diversos tipos de público e cada um escolheria facilmente aquela edição cuja metodologia melhor atendesse sua necessidade.

Nesta perspectiva, não operariamos uma mera inversão daquele *modus operandi* característico das precedentes edições dos relatos sobre o contato

entre mouros e portugueses. Se os esforços de publicação das crônicas se caracterizaram fundamentalmente pela manutenção integral do conteúdo factual, em uma preocupação marcadamente historiográfica em detrimento da aderência à língua dos testemunhos, nossa proposta, em contrapartida, não consiste em fazer uma edição adequada apenas para linguistas e ininteligível para o público em geral. A perspectiva por nós almejada com a formulação de uma edição digital, pelo contrário, é oferecer ao público uma edição capaz de atender às necessidades as mais variadas possíveis.

Oferecemos ao público os primeiros alicerces desse empreendimento e, assim, preenchemos uma lacuna histórica no que concerne as edições existentes. Nossa esperança é que, com isso, pesquisas linguísticas e filológicas tenham mais espaço e consigam encontrar materiais apropriados para efetuarem suas análises.

Referências bibliográficas

Fontes

CALADO, Adelino de Almeida. **João Álvares**: estudo textual e literário-cultural. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1964.

CASCÃO, João. *Relação da jornada de El-Rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora*. Edição por LOUREIRO, Francisco de Sales Mascarenhas – *Uma Jornada ao Alentejo e Algarve*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

CASTRIES, Henry de. **Les Sources Inedites de l’histoire du Maroc**. Archives et bibliothèques de France, Première série, Dynastie saadienne, tome I- première partie, 1530-1660. Paris: Paul Geuthner, 1906.

———. **Une description du Maroc sous le règne de Moulay Ahmed el-Mansour (1596) d’après un manuscrit portugais de la Bibliothèque Nationale**, texto português e tradução francesa. Paris: Ernest Leroux, 1909.

CENIVAL, Pierre de (org). **Les Sources Inedites de l’histoire du Maroc**. Archives et bibliothèques de Portugal, Première série, Dynastie sa’adienne, tome I, juillet 1486-avril 1516. Paris: Paul Geuthner, 1934.

CENIVAL, Pierre de; MONOD, Th. **Description de la côte d’Afrique de Ceuta au Sénégal par – (1506-1507)**, Paris: Librairie Larose, 1938.

Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603), de António de Saldanha / Chronique D’Al-Mansour, Sultan du Maroc (1578-1603), de António de Saldanha, edição por DIAS FARINHA, António; BOURDON, Léon. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1997.

Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião 1573-1578: introdução e notas por LOUREIRO, Francisco de Sales Mascarenhas. Europress: Lisboa, 1987.

Documentos inéditos de Marrocos (Chancelaria de D. João II). organizados por LARANJO COELHO, Possidónio Mateus. Lisboa: Academia das Ciências, 1943.

FIGANIÈRE, Joaquim. “Descrição de Ceuta muçulmana no século XV”. In: **Revista da Faculdade de Letras de Lisboa**, Vol. 13 (1947), pp. 10-52.

Jornada del-rei dom Sebastião à África e Crónica de dom Henrique. Prefácio do Prof. Doutor Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1978.

MARINHO DOS SANTOS João; AZEVEDO E SILVA José Manuel; NADIR Mohammed. **Santa Cruz do Cabo de Gué d’Agoa e Narba, Estudo**

e crônica. Coimbra, Viseu: Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores, 2007.

Memoria de los Fidalgos portugueses muertos y cautivos en la Batalla de Alcaçar, donde murió el Rey Don Sebastian. Año de 1578. Manuscrito, Ms. n. 42 Serie 2422, BNE.

MENDONÇA, Jerônimo de. **Jornada de África.** Lisboa: Escriptorio, 1904.

Relação da vida d'Elrey D. Sebastião. Leitura, introdução e notas de LOUREIRO, Francisco de Sales Mascarenhas. Separata da Revista da Faculdade de Letras, vol. II. 1977.

RODRIGUES, Bernardo. **Anais de Arzila**, ed. crítica por LOPES, David, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

Un document portugais sur la place de Mazagan au début du XVIIe siècle, tradução francesa com introdução e comentários por RICARD, Robert. . Paris: Paul Geuthner, 1932.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta**, 1450, ed. crítica por PEREIRA, F. M. Esteves, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

———. **Crónica dos feitos da Guiné**, edição por DINIS, Dias. II vols. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949.

———. **Crónica do Conde D. Duarte de Meneses**, edição semidiplomática e estudo histórico por FERNANDES, Adriano, Vila Real: UTAD, 2007.

———. **Crónica do Conde D. Pedro de Meneses**, ed. Facsimilada da ed. do Abade Correia da Serra, de 1792, por FREITAS, José Adriano de, Academia das Ciências de Lisboa, Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

Estudos

ALBUQUERQUE, Luís de. **Os Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Alfa, 1985.

AL FIGUIGUI, Hassan. “Toponymie des sites dans le Nord-Ouest marocain d’après les sources portugaises”. In: LIMA CRUZ, Maria Augusta; LOUREIRO, Rui Manuel (orgs). **Estudos de história luso-marroquina**. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 67-78.

BÉDIER, Joseph. “La tradition manuscrite du ‘Lai de l’ombre’. Réflexions sur l’art d’éditer les anciens textes.” In: **Romania** n. 54, 1928, pp. 161-196, 321-356.

BLACKMORE, Josiah. “A new manuscript for the Crónica da Tomada de Ceuta”, In: **Boletim de filologia**, vol. 30, 1985, pp. 47-54.

———. **Moorings**: Portuguese expansion and the writing of Africa. University of Minnesota Press, 2008, Kindle Edition. Adquirido de Amazon.it em junho 2013.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1969.

BROCARD, Maria Teresa. “Editar uma crónica de Zurara”, In: **Cahiers de linguistique médiévale**, volume 20, 1995, pp. 257-267.

BUESCU, Ana Isabel. “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem.” In: *Penélope*, nº 21, 1999, pp.11-32.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

CAMBRAIA, César Nardelli. MEGALE, Heitor. TOLEDO NETO, Sílvia de Almeida. “Subsídios para a fixação de normas de transcrição de textos para estudos lingüísticos” – I, II e III respectivamente. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.) **Para a história do português brasileiro: primeiros estudos**. São Paulo: Humanitas, v. 2, pp. 539-549.

CANFORA, Luciano. **Filologia e libertà**. Milano: Mondadori, 2008.

CASTRO, Ivo, RAMOS, Maria Ana. “Estratégia e tática da transcrição”. In: **Critique textuelle portugaise (Paris, 1981). Actes du colloque**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 99-122.

CASTRO, Ivo. “O Retorno à Filologia”. In: **Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, pp. 511-520.

CEPEDA Isabela Vilares. **Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa**: subsídios. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1995.

COISSAC DE CHAVREBIÈRE, Jean-Baptiste. **Histoire du Maroc**. Paris: Payot, 1931.

COTTRELL, Allin. *Word Processors: Stupid and Inefficient*, 1999. Disponível em: http://ricardo.ecn.wfu.edu/~cottrell/wp.html#tth_sEc6. Último acesso em: 8 de julho de 2015.

CRESCI, Francesco,. **Esemplare di più sorti lettere**. Roma, 1560.

DIAS FARINHA, António. “Os xarifes de Marrocos (notas sobre a Expansão Portuguesa no norte da África). In: **Estudos de História de Portugal**, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, pp. 59-68.

———. **Portugal e Marrocos no séc. XV**. Dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990 (policopiado).

———. **Os portugueses em Marrocos**. Instituto Camões, 1999.

DUARTE, Isabel Margarida. “O relato de discurso na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara”. In: **Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto** Porto, 2002. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18040>> Último acesso em: 20 de Dezembro de 2014.

FERREIRA DO AMARAL, Augusto. **António de Vaena e a Crónica D’El-Rei D.Sebastião**. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, 1982.

FERREIRA PAULO, Jorge. **A escrita humanística na documentação régia portuguesa de Quinhentos**. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006.

FERREIRA, Teresa Duarte. **Catálogo da Coleção de Códices (COD. 12888-13292)**. Lisboa: BN, 1999.

FLEXOR, Maria Helena. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2ª ed. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1991.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

GARCIA, José Manuel. “A batalha de Alcácer-Quibir e a cronística portuguesa”. In: **Portugal e o Magrebe**. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina. Lisboa/Braga: CHAM/CITCEM, 2011, pp. 377-385.

GENTIL DA SILVA, José. “Alguns elementos para a historia do comercio da India de Portugal existentes na Biblioteca nacional de Madrid”. In: **Anais da Junta de Investigações Coloniais 2**. Lisbo: Ministério das Colónias, 1950.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Documentos sobre a Expansão Portuguesa**. Volume 1. Lisboa: Ed. Gleba, 1945.

HERMANN, Jacqueline. “El Ksar El-Kebir. Narrativas e história sebástica na batalha dos três reis. Marrocos, 1578” In: **História: Questões Debates**, n. 45. Curitiba: Editora UFPR, 2006, pp. 11-28.

HOUAISS, Antônio et al. **Novo Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Inventario general de manuscritos de la Biblitoeca Nacional. Tomo VII. Madrid: Ministerio de Educacion Nacional, 1963.

KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África**. Oito volumes. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010,

LAJOLO, Marisa; ZILBERMANN, Regina. “Das entrelinhas do texto ao hipertexto on-line”. In: ——. **Das tábuas da lei à tela do computador**. São Paulo: Ática, 2009.

LIMA CRUZ, Maria Augusta. **Os Portugueses em Azamor (1513-1541)**, dissertação de licenciatura em História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (244 pp.), 1967.

LIMA CRUZ, Maria Augusta. **Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor**. Sep. de Arquivos do Centro Cultural Português, Vol. II, 1970, pp. 104-179.

LIMA CRUZ, Maria Augusta; RODRIGUES, Graça Almeida. “Normas de transcrição: linha geral de actuação e modalidades. Proposta para a transcrição de textos de cronistas portugueses”. In: **Estudos de História de Portugal**. Volume II- séculos XVI-XX. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

LIMA CRUZ, Maria Augusta. **Diogo do Couto e a Década VIII da Ásia**. 2 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993-1994.

LOPES, David. **Textos em aljamia portuguesa**: documentos para a história do domínio português em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo. Lisboa: Imprensa nacional, 1897.

_____. **A expansão em Marrocos**. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.

LOUREIRO, Francisco de Sales Mascarenhas. **Uma crônica inédita da historiografia sebástica**. Separata da revista Beira Alta, Viseu, 1974.

_____. **Dom Sebastião e Alcácer Quibir**. Lisboa: Publ. Alfa, 1989.

Manifesto das Humanidades Digitais. Disponível em: https://humanidadesdigitais.files.wordpress.com/2011/10/poster_manifesto_hd_portugues.pdf Último acesso em: 25 de abril de 2015.

MARCHIS FACHIN, Phablo Roberto. “Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas”. In: **Filologia e linguística portuguesa**, n. 10-11, p. 237-262, 2008/2009.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

Melanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival, Lisboa: Portugália Editora, 1945.

“Normas para a Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.) **Para a história do português brasileiro: primeiros estudos**. São Paulo:

Humanitas, 2001, v. II, t. II, pp. 553-555.

NUNES, Eduardo Borges. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. Lisboa: [s.n.] 1981.

OETIKER Tobias et al. **The not so short Introduction to LaTeX2E**. 2014 Disponível em <http://linorg.usp.br/CTAN/info/lshort/english/lshort.pdf>. Último acesso em: 13/04/2015.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. **A sociedade medieval portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1974.

OLIVEIRA, Vitor Amaral de (Ed.). **Sebástica**: bibliografia geral sobre D. Sebastião. Coimbra: UC Biblioteca Geral 1, 2002.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Sobre as Humanidades Digitais – Um breve panorama**. 2011. Disponível em: <http://humanidadesdigitais.org/breve-panorama/> Último acesso em: 25 de abril de 2015.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. “Texto digital: uma perspectiva material”. In: **Revista ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística)**. Volume 1, Número 35, 2013. Disponível em <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/view/643/712>. Último acesso em: 26 de abril de 2015.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; KEPLER, Fabio Natanael; FARIA, Pa-

blo Picasso Feliciano de. **e-Dictor**. Versão 1.0 beta 10. Programa de Computador. 2013. Disponível em: <http://edictor.net/download>. Último acesso em: 13/04/2015.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; LOMBARDO, Elena; MENEZES DA SILVA, Gilcélia; MIRANDA, Bruna Baldini. **As Crônicas Históricas Portuguesas como fontes para Estudos da Língua**. In: VII MiniEnapol de Historiografia Linguística, 2013, São Paulo. Caderno de Resumos, 2013. v. 1. p. 4-4.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **e-Dictor**. Disponível em <http://humanidadesdigitais.org/edictor/>. Último acesso em: 26 de abril de 2015.

QUEIRÓS VELOSO, José Maria. **Estudos históricos do século XVI**. Lisboa: Academia portuguesa de História, 1950.

RICARD, Robert. **Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1955.

RIGHI, Gaetano. **Breve storia della filologia classica**. Firenze: Sansoni, 1962.

RODRIGUES, Graça Almeida. **Crónica do Príncipe D. João**, de Damião de Góis. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

SANTARÉM, Manuel Francisco de Barros, Visconde de. **Notícia dos ma-**

nuscriptos pertencentes ao Direito publico externo diplomatico de Portugal e à Historia e litteratura do mesmo paiz que existem na Bibliotheca Real de Paris e outras da mesma capital, e nos Archivos de França. Lisboa: Tipografia das Academia das Ciências, 1863.

SARAIVA, António José. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto Editora, [s.d.].

SERPA, António Ferreira da. **Cronica de El-Rei Dom Sebastião**: único dêste nóme e dos Reis de Portugal o 16º, compôsta pelo Padre Amadôr Rebêlo, companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara, Mestre do dito Rei Dom Sebastião. Porto: Livraria Civilização, 1925.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia portuguesa; doutrina e crítica**. 3 volumes. Lisboa: Editorial Verbo, 1972-1974.

SILVA NETO, Serafim da. **Textos medievais portugueses e seus problemas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1956.

SOUSA, Frei João de. **Documentos arabicos para a historia portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo**, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da Crítica Textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

STEGAGNO PICCHIO, Luciana. **A lição do texto: Filologia e Literatura**. Tomo I: Idade Média. Lisboa: Edições 70, 1979.

TEIXEIRA, Suely Ferreira Lima. **Apontamentos para uma edição semi-diplomática em aljamia portuguesa**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 2006. mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

TERRASSE, Henri. **Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français**. Dois volumes. Casablanca: Editions Atlantides, 1949-1950.

W3C. **XML**. Disponível em <http://www.w3.org/XML/>. Último acesso em: 26 de abril de 2015.

———. **What is Hypertext**. Disponível em <http://www.w3.org/WhatIs.html>. Último acesso em: 25 de abril de 2015.

WEHR, Hans; COWAN, J. M. **Arabic-English Dictionary**. Ithaca: N.Y. Spoken Language Services, 1976.

ZURARA, Gomes Eanes de, ALVES Frederico. **Romance da conquista da Guiné**: adaptação, para rapazes, da “Crónica do descobrimento e conquista da Guiné,” clássico português do século XV. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

Iconografia e cartografia

“A cidade de Ceuta representada no *Civitates Orbis Terrarum* de Franz Braun (1572)” (BRAUN, Franz. **Civitates Orbis Terrarum**. Vol. I. Cologne, 1572. ©The Hebrew University of Jerusalem & the Jewish National & University Library.

“As etapas do caminho de Dom Sebastião rumo ao campo de batalha dos Três Reis em Wadi alMakhazin, de 30 de julho a 4 de agosto de 1578 (de acordo com M. El Fasi)”. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África**. Vol. V. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010, p. 250.

“A tomada de Tânger (1471) representada nas Tapeçarias de Pastrana”. Atribuído à oficina de Passchier Grenier, c. 1471-1475; tapeçaria de lã e seda; dimensões: 400 x 1082 cm; Colegiada da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara). ©Fundação Carlos de Amberes. Fotografia de Paul M. R. Maeyaert - Disponível em: Instituto Camões. Último acesso em: 5 de novembro de 2015.

“Marruecos1500-1515-Col” por Omar-Toons — Obra do próprio. Licenciado sob CC BY 1.0, via Wikimedia Commons –Disponível em: Wikipedia. Último acesso em: 12 de março de 2015.

“Portuguese Morocco” por Omar-Toons – Obra do próprio. Licenciado sob CC BY-SA 3.0, via Wikimedia Commons –Disponível em: Wikipedia. Último acesso em: 19 de junho de 2015.

“Sebastião Lopes –1575” por Alvesgaspar – Obra do próprio. Domínio público, via Wikimedia Commons –Disponível em: Wikipedia. Último acesso em: 19 de junho de 2015.

Sitografia

<https://archive.org/index.php> Último acesso em: 18 de julho de 2015.

<http://ascii.cl/> Último acesso em: 6 de junho de 2015.

<http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/>. Último acesso em: 10 de dezembro de 2014.

<http://catalogo.bne.es/uhtbin/webcat> Último acesso em: 18 de julho de 2015.

<http://catalogo.bnportugal.pt/> Último acesso em: 18 de julho de 2015.

http://catalogue.bnf.fr/jsp/recherchemots_simple.jsp?nouvelleRecherche=O&

nouveaute=O&host=catalogue Último acesso em: 18 de julho de 2015.

<http://cham.fcsh.unl.pt/ext/portugalemarrocos/portugalemarrocos.html>. Último acesso em: 2 de março de 2015.

<http://humanidadesdigitais.org/>. Último acesso em: 18 de junho de 2015.

<http://hdbr.hypotheses.org/>. Último acesso em: 18 de junho de 2015.

<http://www.latex-project.org/> Último acesso em: 6 de junho de 2015.

http://opac.bnrm.ma:8000/cgi-bin/gw_2011_1_4_4/chameleon/ Último acesso em: 18 de julho de 2015.

Apêndice

Catálogo dos dados bibliográficos das crônicas e relatos
históricos

Apresentação

Retomamos e complementamos aqui o que foi dito no segundo capítulo acerca da catalogação das crônicas, com o objetivo de guiar o leitor ao longo da consulta dos dados.

Cada ficha refere-se a um texto, identificado no topo da página por meio do título unificado e do nome do autor, quando conhecido. Em seguida, reportam-se uma série de dados de identificação geral e algumas informações sobre as características materiais do exemplar. Quanto aos manuscritos, a identificação inclui a localização, a cota, o título ou o *incipit* e a suposta data de redação; por sua vez, na descrição material constam o formato, o suporte material e o tipo de letra. Trata-se do mínimo de informações que consentem caracterizar a divulgação manuscrita do texto – manuscritos iluminados, de grande formato e em pergaminho, por exemplo, identificam cópias luxuosas geralmente destinadas a personagens importantes. Contudo, cabe ressaltar que, em alguns casos, devido à falta de atualização e padronização dos catálogos consultados, tais informações são indisponíveis ou imprecisas.

No que diz respeito aos exemplares impressos, escolhemos dividi-los entre “primeiras impressões”, efetuadas até ao final do século XVIII/começo do século XIX, e “edições e estudos”, publicados depois do século XIX. Apesar de inevitavelmente subjetivo, tal critério parte de uma reflexão sobre as etapas de trabalho editorial anteriores à publicação. Neste sentido, os termos escolhidos são significativos: enquanto “impressão” parece indicar apenas o procedimento de preparação material do texto para sua reprodução mecânica, “edição” subentende também um trabalho intelectual sobre o conteúdo da obra. Considerando em um plano diacrônico as decisões editoriais tomadas em Portugal para a publicação de textos antigos, observa-se uma mudança de práticas a partir do final do século XVIII, contemporaneamente à fundação da Academia das Ciências. De fato, é no âmbito da Academia, cuja imprensa privativa é isenta de censura, que se inicia um movimento de procura, publicação e estudo de fontes inéditas. Tal movimento, ao revelar os inúmeros exemplares e variantes de fontes até então circulantes apenas em forma manuscrita, se depara com a necessidade de estabelecimento do texto: é pro-

vavelmente a partir desta reflexão que as edições promovidas pela Academia começam a levar em conta múltiplos manuscritos e se preocupam maiormente com a manutenção da forma linguística das obras transcritas. Dito isto, claramente cairíamos em anacronismo se atribuíssemos aos acadêmicos hábitos de fidedignidade filológica tal e qual a concebemos hoje; trata-se tão somente do momento inicial da reflexão sobre o texto enquanto produto de uma sedimentação histórica, razão pela qual a classificação de tais edições juntamente com edições críticas efetuadas em nossos dias se reveste de subjetividade.

Para as primeiras impressões reporta-se o título e o editor/livreiro, o local, o impressor e a data de publicação, juntamente com algumas informações acerca de suas características visuais (formato, tipo de letra utilizada, eventuais gravuras, etc.); para as edições, além das informações tradicionais (título, editor, local, data de impressão) tentou-se descobrir em quais manuscritos se baseiam e quais estudos acompanham a transcrição. Finalmente, a entrada “disponibilidade” se refere à possibilidade de acessar online a eventual digitalização dos exemplares.

Nome do autor (datas de nascimento e morte)
<i>Título da crônica</i>
Manuscritos
Local, cota
<i>Título ou incipit</i>
Data de cópia
Descrição: formato das páginas, tipo de letra, suporte material, encadernação, eventuais marcas d'água. Indicação da qualidade da cópia.
Disponibilidade <i>online</i> .
Primeiras impressões
<i>Título conforme reportado na página de rosto.</i> Local de impressão: impressor, data.
Descrição: Formato, tipo de letra, eventuais observações.
Disponibilidade <i>online</i> .
Edições e estudos
<i>Título</i> [Editor]. Eventual série. Local: editora, data.
Tipo de edição. Conteúdos. Número de páginas, formato.
Disponibilidade <i>online</i> .

Figura 3.23: Exemplo de ficha catalográfica

Lista das abreviações utilizadas

ACL	Academia das Ciências de Lisboa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BA	Biblioteca da Ajuda
BM ()	Biblioteca Municipal de
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BNE	Biblioteca Nacional de España
BNF	Bibliothèque Nationale de France

P.^e Amador REBELLO (1539?-1622)
Relação da vida d'Elrey D. Sebastião

Manuscritos

1. BM (Porto), Ms. n^o 359

-

-

Descrição: não disponível.

Disponibilidade: não disponível *online*.

2. ANTT, Ms. n^o 1754

*Relação da vida d'ElRey D^o Sebastião o primeiro deste nome, e
deçimosesto dos Reys de Portugal, na qual se trata de seu nascimento,
criação, governo, das idas que fez a Africa, da batalha que deu aos
mouros*

1613

Descrição: 40 fls. Papel. Letra cursiva caligráfica. Subtítulos nas margens. Conteúdo: fl. 10v
reporta a carta endereçada por D. Sebastião a seus povos no início do seu governo; Memorial.

Observações: assinatura de Amador Rebello e data de 6 de novembro de 1613 no fl. 37; ex-dono
na página do título ("De Rodrigo Mendes da Silveira"). Disponibilidade: não disponível *online*.

3. ANTT, Ms. n^o 982

-

-

Descrição: fls. 169-216. Conteúdo: Memorial.

Observações: cópia do punho de Pinheiro.

Disponibilidade: não disponível *online*.

4. ANTT, Ms. n^o 963

Relação da Vida d'ElRey D^o Sebastião
1793

Descrição: 50 fls. Encadernação em pergaminho. Conteúdo: Memorial; Fala do Cardeal D.
Henrique; Resposta de D. Sebastião.

Observações: cópia do punho de António Lourenço Caminha.

Disponibilidade: não disponível *online*.

5. BNP, COD. Alcobacense n^o 308*Apontamentos*

1616

Descrição: fls. 240-258. Do fl. 260 ao 289v há os *Apontamentos sobre a vida delRey dom sebastião o primeiro deste nome e decimo sexto dos Reis de Portugal, nos quaes se trata de seu nascimento, criação, gouerno, das idas que fez a Africa, da batalha que deu a Moleymaluco, do fim, e soçesso della, por o padre Amador Rebello, Religioso da comp.^a de Jesu, companheiro que foy de seu Mestre, e o ensinou tambem a escreuer, e lhe repetia as lições.*

Observações: manuscrito do punho do próprio Amador Rebello, contendo o texto corrigido.

Disponibilidade: disponível na BNP.

6. BNP, COD. 1461

Relação da Vida de ElRey D. Sebastião

-

Descrição: fls. 1-14 e 47v-65.

Disponibilidade: não disponível *online*.

7. BM (Évora), CIII/1-15

-

-

Descrição: fls. 2-20v.

Disponibilidade: não disponível *online*.

8. BM (Évora), CIV/1-6

-

-

Descrição: fls. 1-47.

Disponibilidade: não disponível *online*.

9. BM (Évora), CIV/1-14

-

-

Descrição: fls. 64-92v.

Disponibilidade: não disponível *online*.

10. BA, 49-XI-75

-

-

Descrição: fls. 228v-256v.

Disponibilidade: não disponível *online*.

11. BA, 49-XII-1

-

-

Descrição: fls. 317-341v.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Edições e estudos

Relação da vida d'Elrey D. Sebastião. [Leitura, introdução e notas de Francisco de Sales de Mascarenhas LOUREIRO]. Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, vol. II, 4^o série, 1977, pp. 481-559.

Descrição: edição monotestemunhal diplomática. Conteúdo: Problema e equívoco de algumas crónicas sebásticas; Alguns apontamentos sobre o padre Amador Rebello e a sua obra; A 'Relação da Vida de El-Rei D. Sebastião'.

Disponibilidade: não disponível *online*.

ANÔNIMO
Crônica de Santa Cruz do Cabo de Gué

Manuscritos

BNP, ALC, 114 (ant. 119)

Este he origem e começo da villa de Santa Cruz do cabo de Gué d'Agoa de Narba

Século XVII

Descrição: 4º- 388 fls (55 em branco). A Crônica ocupa os fls 86-136. Papel. Letra cursiva. Grafia da quase totalidade dos documentos de Frei Antônio Brandão e Frei Francisco Brandão, cronistas-mores do Reino (1630-1680). O ms. em questão não aparenta ter sido copiado por eles.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Edições e estudos

1. *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir)*. [Edição por Pierre de Cenival]. Paris: Paul Geuthner, 1934.

Descrição: edição monotestemunhal interpretativa bilíngue francês/português. Contém: Introdução, notas. 170pp.

Disponibilidade: não disponível *online*.

2. *Santa Cruz do Cabo de Gue d'Agoa de Narba*. [Crônica e estudo por João Marinho dos Santos; José Manuel Azevedo e Silva; Mohammed Nadir]. Coimbra: Centro de História da Sociedade e Cultura, 2007.

Descrição: edição monotestemunhal interpretativa bilíngue português/árabe. Conteúdo: João Marinho dos Santos. "Portugal e Marrocos- da confrontação à cooperação"; Mohammed Nadir. "O SUS e Santa Cruz do Cabo de Iguir (Agadir)"; José Manuel de Azevedo e Silva. "O Manuscrito, o Autor e o Conteúdo da Crônica". 320pp, 16x23cm.

Disponibilidade: não disponível *online*.

ANÔNIMO

*Crônica do xarife Mulei Mahamet e del Rey D. Sebastião***Manuscritos**

1. BNE, MSS. 2422, n. 41

Sumario de todas as cousas sucedidas, em Berberia, desde o tempo que começou a Reinhar o Xarife Mulei Mahamet no Anno de 1573. Te o fim do anno de sua morte 1578 no dia da Batalha de Alcacer quibir em ã se perdeu Dom Sebastiam Rey de Portugal.

Século XVII

Descrição: 31x22cm. Enc. em pele verde e motivos decorativos dourados. Papel. Letra cursiva.

Disponibilidade: disponível na BNE.

2. BNP, COD 13282

Sumario de todas as cousas sucedidas, em/ Berberia, desde o tempo que começou a Reinhar o Xarife Mulei Mahamet no Anno de 1573. Te o fim do anno de sua morte 1578 no dia da Batalha de Alcacer quibir em ã se perdeu Dom Sebastiam Rey de Portugal.

Século XVII

Descrição: 31x22cm. Meia enc. em pele marrom do séc. XIX. Lombada com frisos e motivos decorativos dourados. Papel. Letra cursiva.

Disponibilidade: agora disponível na BNP.

Edições e estudos

ANÓNIMO. *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d'el-rei D. Sebastião 1573-1578*. [Introdução e notas de Sales Loureiro]. Heuris. Lisboa: Europress, 1987.

Edição monotestemunhal modernizada. Conteúdo: Prefácio (Considerações gerais, Considerações especiais sobre a crónica, Advertência). 208 pp., 23cm.

António de SALDANHA (157?-1656)
Crónica de Al-Mançor

Manuscritos

1. BNP, nº 481

Título atribuído posteriormente: *Tratado histórico das cousas acontecidas na Berberia no reinado do xarife Malei Amet (sucessor de Mulei Moluco)*

Séc. XVII

Descrição: 28x21cm. Pergaminho.

Disponibilidade: não disponível *online*.⁸²

2. Casa Cadaval, M-VI-18

História de África Ou história de Marrocos

Séc. XVIII

Descrição: 30x20cm.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Edições e estudos

Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603), de António de Saldanha/Chronique D'Al-Mansour, Sultan du Maroc (1578-1603), de António de Saldanha. [Estudo crítico, introd. e notas por António Dias Farinha; trad. Leon Bourdon]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

Edição monotestemunhal interpretativa com algumas modernizações. Conteúdo: Introdução, leitura crítica do códice original, tradução francesa, notas textuais e históricas, glossário, índice sistemático em português e em francês, documentos que serviram para a identificação do manuscrito. 20x28cm; 773 pp.

⁸²Tal manuscrito, no qual Dias Farinha se baseou para a edição de 1997, até hoje não foi identificado no catálogo digital da BNP.

Bernardo RODRIGUES (1500?-?)
Anais de Arzila

Manuscritos

1. ACL, ACL12.91.11/1

Não tem título, mas contém uma nota em das folhas de guarda
(*Sucessos de Arzilla reinando EIRey D. M.el escritos por hum curioso
q̃ se achou em m.tos destes feitos*)

Fim do século XVI

Descrição: 29x20cm (4°). 414fls. Papel. Enc. em pergaminho. Duas letras diferentes.

Disponibilidade: não disponível *online*.

2. BNP, nº 295

*Hũu breue tratado memorial das cousas que pasarão em africa do ano
de 1508 pera ca especialmente das cousas que acontecerão em arzilla
feito per hũu homẽ africano desejoso de se não se perderem a fama
dos nobres feitos e acontecimentos que na dita villa darzilla se fezerão
pelos nobres capitãees fidalgos caualeiros almogaveres e outras pesoas
e asy algũus dos outros lugares dafrica*

Século XVI

Descrição: 19x14cm (16°). 454fls numeradas [85, 86, 87, 250, 351 em branco]. Enc. da época, em
carneira, com fechos. Papel. Letra regular do século XVI.

Disponibilidade: não disponível *online*

3. ACL, ACL12.91.11/2

*História da Praça de Arzila com a notícia das cousas que se passaram
ẽ Africa desde o anno de 1508 até 1561, composta por Bernardo
Rodrigues Cavaleiro Africano desejo de se nam perder a fama dos
nobres feitos, e acontecimentos que nesta Villa fizeram os nobres
Capitaens Fidalgos, e Cavaleiros e Almocadens, e em alguns dos
outros lugares de Africa. Anno de MDLXI*

Século XIX

Descrição: 273fls. Cópia que serviria para a impressão do ms. 916 da BNP, mas que não chegou
a ser publicado na época.

Disponibilidade: não disponível *online*.

4. BNP, nº 916

História da Praça de Arzila com a notícia das cousas que se passaram

ẽ Africa desde o anno de 1508 até 1561, composta por Bernardo Rodrigues Cavaleiro Africano desejo de se nam perder a fama dos nobres feitos, e acontecimentos que nesta Villa fizeram os nobres Capitaens Fidalgos, e Cavaleiros e Almocadens, e em alguns dos outros lugares de Africa. Anno de MDLXI

Século XVII

Descrição: 29x21cm (8°). 422fls. Enc. do séc. XVIII. Papel. Letra regular do século XVII.

Disponibilidade: não disponível *online*.

5. Biblioteca da Misericórdia (Lisboa), nº 32

Hum breve tratado memorial das couzas que passarão em afriqua do anno 1508 pera qua espicialmente das couzas que acontecerão em Arzilla fto por hum homẽ africano dezeiozo de não se perder a fama dos nobres feitos e acontecimentos q̃ na uilla se fizerão pelos nobres capitais fidalgos caualeiros almoquadẽs em algũs dos outros lugares de afriqua

Século XVII

Descrição: 27x20cm (8°). 360fls. Enc. da época, em couro. Papel. Letra regular do século XVII.

Disponibilidade: não disponível *online*.⁸³

6. BNP, nº 940

Breve Tratado das couzas, que passarão em Africa do anno de 1508 para cá especialmente em Arzilla escritas por hum homem Africano, desejo de se não perder a fama dos nobres feitos, e acontecimentos, que na villa de Arzilla se fizérão pellos Nobres Capitães Fidalgos, Almocadẽs, e em alguns dos outros lugares de Africa. Reformados depois, e composto por Bernardo Rodrigues Filho do Mestre António em Arzilla no anno de 1561, Neto de Fernão Rodrigues, que foi Adail em Arzilla, e cavaleiro da ordem de Christo, em que foi recebido em outubro de 1530

Século XVIII

Descrição: 29x21cm (8°). 637fls. Enc. do séc. XVIII, em pergaminho. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

7. ACL, ACL12.91.11/2

História da Praça de Arzila com a notícia das cousas que se passaram ẽ Africa desde o anno de 1508 até 1561, composta por Bernardo

⁸³ Este manuscrito até hoje não foi identificado nos catálogos da Biblioteca da Misericórdia.

Rodrigues Cavaleiro Africano desejo de se nam perder a fama dos nobres feitos, e acontecimentos que nesta Villa fizeram os nobres Capitaens Fidalgos, e Cavaleiros e Almocadens, e em alguns dos outros lugares de Africa. Anno de MDLXI

Século XIX

Descrição: 273fls. Cópia que serviria para a impressão do ms. 916 da BNP, mas que não chegou a ser publicado na época.

Disponibilidade: não disponível *online*.

8. BM (Porto), n. 268

Título na lombada: *Livro das couzas e feitos de Arzila*

Título na primeira página: *Hum breve tratado memorial das couzas que passarão em Africa do anno de 2508⁸⁴ pera ca espicialmente das couzas q acontecerão em Arzila feito por hum home Africano dezejo de não se perderem a fama dos nobres feitos e acontecimentos que na dita villa de Arzilla se fizerão pellos nobres capitães Fidalgos Cavaleiros Almogaveres e outras pessoas e asy em alguns dos outros lugares d'Africa.*

Data indisponível

Descrição: 21x15cm (16°). 400fls. Meia enc. Papel. Duas letras diferentes.

Disponibilidade: não disponível *online*.⁸⁵

Edições e estudos

1. *Anais de Arzila. Crónica inédita do século XVI por Bernardo Rodrigues*. [Edição por David Lopes]. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

Edição crítica parte das Edições comemorativas do Quinto Centenário da Tomada de Ceuta.

Conteúdo: Mapa de Marrocos; Introdução com vida do autor, descrição dos manuscritos e indicação das normas de transcrição, fotografias da cidade, o texto na literatura; Apêndice. 2vols.

Disponibilidade: Tomo I: Internet Archive; Tomo II: Internet Archive.

2. *Anais de Arzila, Crónica Inédita do Século 16*. [Edição por David Lopes]. –Nabu Press, 2010.

Reprodução fac-similar da primeira edição. 2vols.

⁸⁴ *Sic* na edição de David Lopes.

⁸⁵ Este manuscrito até hoje não foi identificado nos catálogos da Biblioteca Municipal do Porto.

Fernando de GÓIS LOUREIRO (século XVI-?)
Jornada del-rei dom Sebastião à África

Manuscritos

1. Biblioteca Municipal de Viseu, -
*Jornada de ElRey Dom Sebastião as partes de Africa aonde se perdeu
Na Batalha q deu aos Mouros em o anno Era de 1578*
Século XVI (?)
Descrição: não disponível
Disponibilidade: não disponível *online*.
2. BNP, COD. 10851; fl. 147
-
-
Descrição: não disponível
Disponibilidade: não disponível *online*.
3. ANTT, Ms. nº 1113; fls. 252-255v
In: *Miscelânea*
-
Descrição: não disponível.
Disponibilidade: não disponível *online*.

Edições e estudos

Jornada del-rei dom Sebastião à África: Crónica de dom Henrique. [Edição e Prefácio por Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro]. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977. Edição monotestemunhal diplomática. Conteúdos: Prefácio; Índice onomástico e geográfico; Índice geral.
Disponibilidade: não disponível *online*.

Gomes Eanes de ZURARA (1410?-1474?)
Crónica da Tomada de Ceuta

Manuscritos

1. BA, 54-X-28 (3)
Incipit: *Conclusão he de Aristoteles...*
Data de cópia indisponível.
Descrição: 39x27cm. Papel.
Disponibilidade: não disponível *online*.
2. ANTT, Crónicas, 10 [Casa Forte]
Incipit: *[...] mas pero que o seu cuido fosse assaz de grande...*
1475-1525
Descrição: 39x29cm. Letra gótica francesa. Pergaminho. Iluminuras. Incompleto.
Disponibilidade: ANTT.
3. Houghton Library (Cambridge), f MS Port. 21
Incipit: *Comcrusão he darystotelys...*
1490-1525
Descrição: 34x24cm. Letra cursiva. Papel com marca d'água.
Disponibilidade: Harvard Houghton Library.
4. Universtiy of Minnesota (Minneapolis), James Ford Bell: 1500 fZu
-
c. 1500
Descrição: Papel.
Disponibilidade: não disponível *online*.
5. BNP, COD. 391
Incipit: *[...] nas grandes vertudes delRey Dom Joham*
Séc. XVI.
Descrição: 26x19cm. Letra cursiva. Papel. Incompleto.
Disponibilidade: não disponível *online*.
6. Casa Cadaval, M-VIII-19
Incipit: *Comclusão hee de aristotiles no Segundo liuro...*

Séc. XVI.

Descrição: 33x24cm. Letra caligráfica. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

7. ANTT, Liv. 78 [Casa Forte]

Incipit: *Conclusão hee de Aristotoles...*

Séc. XVI.

Descrição: 30x21cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

8. BNP, ALC. 311

Incipit: *Qual foi o pro uimto daquela demanda...*

Séc. XVI.

Descrição: 30x21cm. Letra cursiva. Papel. Incompleto.

Disponibilidade: não disponível *online*.

9. ANTT, Crônicas, 9 [Casa Forte]

Crónica da Tomada da Cidade de Cepta. Per elRey Dom Joham o primeiro

1501-1525

Descrição: 53x38cm. Letra gótica francesa. Pergaminho.

Disponibilidade: ANTT.

10. ANTT, Crônicas, 14 [Casa Forte]

Incipit: *Comcrusam he daRistololis...*

1526-1550

Descrição: 40x27cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: ANTT.

11. BNP, COD. 13136

Tomada de muy Nobre Cidade de cepta

20-08-1530 a quo

Descrição: 35x25cm. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

12. BA, 47-XIII-23

Incipit: *[...] houtorguamento de cyma*

1532?

Descrição: 40x28cm. Papel. Incompleto.

Disponibilidade: não disponível *online*.

13. BNP, COD. 11039

Incipit: *Concrusão he daristotelis...*

1545?

Descrição: 39x29cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

14. BM (Porto), Geral 180

CHRONIC / E PAPEIS / VARIOS (lombada).

Incipit: *elrey d. João o primro persuadido de seus filhos...*

1551-1600

Descrição: 31x21cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

15. BNP, COD. 8030

Incipit: *Concluzão he de Aristoteles no Segundo Lyuro da natural filosofia...*

1581-1625

Descrição: 32x22cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

16. ANTT, Manuscritos da Livraria, 1778

Incipit: *Conclusão he de Aristoteles...*

Séc. XVII.

Descrição: 28x18cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

17. ANTT, Casa Fronteira e Alorna, 11

Incipit: *Concluzam he de Aristoteles...*

1600-1630

Descrição: 29x20cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

18. BA, 49-XI-43

Incipit: *Concrusão he daristotilis...*

1601-1634

Descrição: 28x20cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

19. ANTT, Manuscritos da Livraria, 1923

Incipit: *O tempo e a grandeza da obra nos comstrange...*

Séc. XVII.

Descrição: 30x21cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

20. Biblioteca Geral Universitaria (Salamanca), 2466

-

Séc. XVII.

Descrição: 41x26cm. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

21. BA, 49-XI-66

Incipit: *Comcruzão he de aristotoles...*

Séc. XVII.

Descrição: 26x20cm. Letra caligráfica. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

22. Casa Cadaval, M-VIII-7

Incipit: *Conclusam he de Aristoteles no segundo liuro...*

Séc. XVII.

Descrição: 30x20cm. Letra caligráfica. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

23. ANTT, Manuscritos da Livraria, 2057

Incipit: *Conclusão he de Aristoteles No Segundo Liuro...*

Séc. XVII.

Descrição: 29x20cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

24. BNP, COD. 385

Incipit: *Conclusão he de Aristotiles no 2.o liuro...*

Séc. XVII.

Descrição: 30x21cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

25. BA, 49-XI-65

Incipit: *Comcrusaõ he de aristoteles...*

Séc. XVII.

Descrição: 30x21cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

26. BNF, Fonds Portugais, 127

Chronicas dos Rejs de Port.(lombada)

Séc. XVII.

Descrição: 29x20cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

27. BNP, ALC. 317

Incipit: *Concrusam he de Aristoteles no segundo liuro...*

Séc. XVII.

Descrição: 30x21cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: BNP.

28. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), Ms/COD/72 – 16096

Incipit: *Conclvsam he daristotiles no segundo liuro...*

1650-1750

Descrição: 30x21cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

29. BNE, 820

Incipit: *Concrusam he de Aristoteles no segundo liuro...*

1650-1750

Descrição: 41x27cm. Papel.

Disponibilidade: BNE.

30. BM (Porto), Geral 96

Incipit: *Conclusão he de Aristoteles no segundo liuro...*

Séc. XVIII.

Descrição: 29x20cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

31. BM (Santarém), 7-5-1

-

Séc. XVIII.

Descrição: 30x20cm. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

32. Biblioteca da casa de Bragança (Vila Viçosa), BDM II Res Ms 3-B
Adq

-

Séc. XVIII.

Descrição: 30cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

33. BNP, Mss. 203, n. 40

-

1851-1900

Descrição: 32x22cm. Papel. Excertos.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Primeiras impressões

Chronica delrey D. Ioam I de Boa memoria e dos Reys de Portugal o décimo. Terceira parte em que se contem a tomada de Ceita Offerecida a Magestade del Rey Dom Ioam IV, N. Senhor, de miráculosa memória. composta por Gomez Eannes d'Azurara, Chronista mor destes Reynos, E impressa na linguagem antiga Lisboa: João Álvares, 1644.

Descrição: Nos pé de imprensa –“Com todas as licenças necessarias”. Colofão nas p. de tit., Xilogr. com o milagre de Ourique. Capitulares ornamentadas, armas no final da parte III. Texto em 2 colunas.

Disponibilidade: BNP.

Edições e estudos

1. *Chronica de El-Rey D. João I : terceira parte /Gomes Eannes d’Azurara*. [Diretor literário: Luciano Cordeiro] Lisboa: Biblioteca dos Classicos Portuguezes, 1899-1900. Edição fac-similar da edição de 1644.

Disponibilidade: BNP.

2. *Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I /composta por Gomes Eannes de Zurara* [Edição por Francisco Maria Esteves Pereira]. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Edição crítica baseada nos manuscritos n. 368 e 355 do Arquivo Nacional. Conteúdo: Introdução; vida de Gomes Eanes de Zurara; manuscritos; impressões; apêndice documental. CVIII, 341pp.

Disponibilidade: Internet Archive.

3. *Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara* [Edição modernizada por Reis Brasil]. Lisboa: Edições Europa-América, 1992.

Edição divulgativa provavelmente com base na edição de Pereira. Conteúdo: “Gomes Eanes de Zurara”, “Manuscritos”, “Edições”, “Bibliografia”. CVIII, 429pp.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Gomes Eanes de ZURARA (1410?-1474?)
Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné

Manuscritos

1. BNF, Fonds Portugais, 41
Incipit: *Geralnte somos ensynados da espicia...*
1475? –1451? Copiado por João Gonçalves.
Descrição: 32x23cm. Pergaminho. Iluminuras de Gonçalo Eanes, iluminador.
Disponibilidade: não disponível *online*.
2. Bayerische StaatsBibliothek (München), CMH 27 [MS “Valentim Fernandes”]
Incipit: *Elrey dom Affonso mandou colleger esta coronica...*
1505? –1508?
Descrição: 22x16cm. Papel. Letra cursiva.
Disponibilidade: Bayerische StaatsBibliothek.
3. BNE, MSS 2424
Incipit: *Geeralmente somos ensinados da esperiencia...*
Séc. XVII
Descrição: 30x21cm. Papel. Letra cursiva.
Disponibilidade: não disponível *online*.
Observações: cópia do ms. de Paris.
4. Bayerische StaatsBibliothek (München), CH 102
-
Séc. XVIII
Descrição: papel.
Disponibilidade: não disponível *online*.
5. BNP, COD. 11337
Incipit: *O tu principe pouco menos que divinal...*
10/12/1848 Copiado por José Klausner
Descrição: 30x22cm. Papel. Letra cursiva.
Disponibilidade: não disponível *online*.
Observações: cópia do ms. “Valentim Fernandes”.

Edições e estudos

1. *Chronica do Descobrimento E Conquista da Guiné... pelo chronista Gomes Eanes de Zurara* [Edição do Visconde da Carreira]. Paris: J.P. Aillaud, 1841.

Conteúdo: Introdução; Notas pelo Visconde de Santarém; Glossário por J.I. Roquete. 474pp.

Disponibilidade: disponível online no Internet Archive e na BNP e no Google Books.

2. *Crónica dos feitos da Guiné/ Gomes Eanes de Zurara* [Edição por António José Dias Dinis]. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949.

Edição monotestemunhal interpretativa. 2vols. Conteúdo: Vol. I –Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara e mapas; Vol. II –Texto da crônica.

Disponibilidade: não disponível *online*.

3. *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné/ segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris* [Modernizada, com notas, glossário e uma introdução de José Bragança]. Porto: Livr. Civilização, 1937. –Textos de história, nº4.

Edição monotestemunhal modernizada com base no ms. da BNF. Conteúdo: introdução, notas e glossário. 2vols.

Disponibilidade: não disponível *online*.

4. *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné/ segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris* [Nova edição. Introd., notas, novas considerações e glos. de José Bragança]. Porto: Livr. Civilização, 1973. –Biblioteca histórica. Série Ultramarina.

Edição monotestemunhal interpretativa com base no ms. da BNF. Conteúdo: introdução, novas considerações, notas e glossário. CXII, 438pp, 14 p. il., 26cm, 2vols.

Disponibilidade: não disponível *online*.

5. *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandando do Infante D. Henrique/ Por Gomes Eanes de Zurara* [Introd. e notas de Torquato de Sousa Soares]. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978.

Edição monotestemunhal. Conteúdo: introdução e notas. 2vols.

Disponibilidade: não disponível *online*.

6. *Crónica dos Feitos da Guiné/ Por Gomes Eanes de Zurara* [Dir. Luís de Albuquerque. Coment. e transcrição em português actual Torquato de Sousa Soares]. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Edição monotestemunhal modernizada. Conteúdo: comentários. 229pp, 20cm.

Disponibilidade: não disponível *online*.

7. *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné/ Gomes Eanes de Azurara* [Introdução, Actualização de Texto e Notas de Reis Brasil]. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

Edição de divulgação. 250pp, 15x23cm.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Gomes Eanes de ZURARA (1410?-1474?)
Crónica do conde D. Pedro de Meneses

Manuscritos

1. BNE, MSS 18412
CHRONICA DO CONDE DE VILA REAL (lombada)
Data de cópia não disponível.
Descrição: 29x19cm. Papel. Letra cursiva.
Disponibilidade: BNE.
2. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Coimbra), ms. 439
Incipit: *Porque a principall parte do meu encarreguo ...*
Primeira metade do século XVI.
Descrição: 26x19cm. Papel. Letra gótica cursiva. Marca d'água: Jarro com faixa com flor de cinco pétalas.
Disponibilidade: não disponível *online*.
Observações: Fonte para a edição de 1792.
3. Biblioteca da Sociedade de Geografia (Lisboa), Res.146.B.7
Incipit: *Porque a principal parte do meu encarrego...*
Séc. XVI.
Descrição: 215fls. 29x20cm. Papel. Letra cursiva.
Disponibilidade: não disponível *online*.
4. Casa Cadaval, M-X-25
Incipit: *Porque a principal parte...*
Primeira metade do século XVII.
Descrição: 65fls. 29x20cm. Papel. Letra cursiva. Incompleto.
Disponibilidade: não disponível *online*.
5. Ceuta, BM. -
Séc. XVII.
Descrição: 20x14cm. Papel.
Disponibilidade: não disponível *online*.

6. BNE, MSS 2428

*Chronica dos feitos do Conde D. Pedro de meneses, Primeiro capitam
que foi na Cidade de Cepta*

Século XVII.

Descrição: 30x21cm. Papel. Letra cursiva.

Disponibilidade: BNE.

7. BM (Porto), Geral, 1947

*Chronica dos feitos do Conde D. Pedro de Menezes primeiro capitão q̃
foi na cidade de cepta*

Século XVII?

Descrição: 31x21cm. Papel. Letra cursiva.

Disponibilidade: não disponível *online*.

8. BA, 51-IX-26

Incipit: *Porq a principal parte domeu encargo...*

1651-1748

Descrição: 28x20cm. Papel. Letra cursiva.

Disponibilidade: não disponível *online*.

9. BNP, COD. 12982

*Chronica dos feitos do conde Dom Pedro de Menezes Primeiro Capitão
que foi na cidade de Cepta/ Gomes Eanes d'Azurara*

c. 1670

Descrição: 29x20cm. Papel. Letra cursiva.

Disponibilidade: não disponível *online*.

10. BA, 51-IX-27

Incipit: *Por que a prinçipal parte do meu encareguo...*

1676-1700

Descrição: 30x20cm. Papel. Letra cursiva.

Disponibilidade: não disponível *online*.

11. BNP, COD. 844

Incipit: *PORQVE A PRINCIPAL PARTE do meu emcarreguo...*

1676-1700

Descrição: 27x19cm. Papel. Letra cursiva. Marca d'água: mão enluvada com coroa.

Disponibilidade: não disponível *online*.

12. Casa Cadaval, M-VIII-18

Incipit: *Porque a principal parte do meu Cargo...*
1680-1725

Descrição: 30x20cm. Papel. Letra cursiva caligráfica pequena.

Disponibilidade: não disponível *online*.

13. Acervo particular de António Dias Farinha

-

séc. XVIII

Descrição: Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

14. ACL, Série Vermelha 370

Incipit: *Porq a principal parte do meu encargo...*
12-06-1734

Descrição: 30x20cm. Papel. Letra cursiva.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Edições e estudos

1. *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes / Escrita por Gomes Eanes de Zurara* [Edição pelo abade José Correa da Serra]. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792.

Edição monotestemunhal interpretativa, baseada no ms 439 da Universidade de Coimbra.

Conteúdo: Introdução às crônicas de Gomes Eanes de Zurara; texto da crônica. 430pp.

Disponibilidade: Internet Archive.

2. *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes/ Gomes Eanes de Zurara* [José Adriano de Freitas Carvalho]. Porto: Programa Nac. de Edições Comemorativas dos Descbrimentos Portugueses, 1988.

Edição fac-similar da edição de 1792. 431pp.

Disponibilidade: uma cópia digitalizada, digitada e revista por Nuno Campos está disponível *online*.

3. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses continuada à Tomada de Ceuta / Gomes Eanes de Zurara* [Edição diplomática e crítica, introdução e notas por António Manuel Lázaro]. Lisboa: Fac. Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova Lisboa, 1990. Texto policopiado.

Tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa.

Disponibilidade:não disponível *online*.

4. *Crónica de D. Pedro de Meneses/ de Gomes Eanes de Zurara* [Edição e estudo por Maria Teresa Brocardo]. Lisboa: Fac. Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova Lisboa, 1994. Texto policopiado.

Edição crítica. Tese de Doutorado em Linguística (Linguística Histórica) apresentada, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa. X, 713 pp.; 30 cm.

Disponibilidade:não disponível *online*.

5. *Crónica do conde D. Pedro de Meneses/ de Gomes Eanes de Zurara* [Edição e estudo por Maria Teresa Brocardo]. Lisboa: FCG/JNICT, 1997.

Edição crítica. Publicação da tese de Doutorado. 742 pp.; 23 cm.

Disponibilidade:não disponível *online*.

Gomes Eanes de ZURARA (1410?-1474?)
Crónica do conde D. Duarte de Meneses

Manuscritos

1. ANTT, Manuscritos da Livraria, 520 [Casa Forte]
Incipit: *Duas rezoões muyto alto e muyto excellente princepe...*
1475-1500 por Diogo Gonçalves
Descrição: 28x21cm. Letra gótica francesa. Pergaminho. Iluminuras.
Disponibilidade: ANTT.
2. BNP, COD. 9165
Incipit: *Duas razos muito alto e muito excelente princepe...*
1490-1525
Descrição: 28x21cm. Letra gótica cursiva. Papel. Marca d'água: coroa com estrela de seis pontas
Disponibilidade: não disponível *online*.
3. BNP, Arquivo Tarouca 68
Incipit: *Duas Rezoens muito alto e muito excelente Princepe...*
Séc. XVII.
Descrição: 28x20cm. Papel.
Disponibilidade: não disponível *online*.
4. BNP, COD. 416
Incipit: *Duas razos mto alto e mto excellente princepe...*
Séc. XVII.
Descrição: 29x20cm. Letra cursiva. Papel.
Disponibilidade: não disponível *online*.
5. BNP, COD. 803
Incipit: *Duas razoens muito alto e muito excellente Princepe...*
Séc. XVIII.
Descrição: 21x15cm. Letra cursiva. Papel.
Disponibilidade: não disponível *online*.
6. BNP, COD. 657
Incipit: *Duas razoems muito alto e mto excellente Princepe...*

Séc. XVIII.

Descrição: 29x20cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

7. ANTT, Manuscritos da Livraria, 595

Incipit: *Duas Razoins Muito Alto e Muito Excellente Princepe...*

Séc. XVIII.

Descrição: 30x20cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

8. ACL, Ms. Az. 1754

*Historia que fala dos feitos que fes o illustre e mui nobre Cavaleiro
Dom Duarte de Menezes*

1750-1849

Descrição: 29x20cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

9. ACL, Ms. Az. 1732

Incipit: *Duas razões muito alto...*

1780-1793

Descrição: 31x21cm. Letra cursiva. Papel.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Edições e estudos

1. *Chronica dos feitos de D. Duarte de Menezes / Ruy de Pina [sic]*
[Edição pelo abade José Correa da Serra]. Lisboa: Academia Real das
Sciencias, 1793.

Edição monotestemunhal baseada no Códice do Conde de São Lourenço, D. João de Noronha,
desaparecido da Biblioteca de Coimbra. Conteúdo: Introdução; texto da crônica. 376pp.

Disponibilidade: Internet Archive.

2. *A Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses/ Gomes Eanes de
Zurara* [Edição por Larry King]. Lisboa: Universidade Nova de
Lisboa, 1978.

Edição diplomática. Conteúdo: Introdução crítica, estudo linguístico, índice onomástico. 376pp.

Disponibilidade: não disponível *online*.

3. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses / de Gomes Eanes de Zurara* [Edição por Adriano Fernandes]. Vila-Real: UTAD, 2007.

Edição semidiplomática. Conteúdo: estudo histórico-cultural. 2vols.

Disponibilidade: UTAD.

Jerônimo de MASCARENHAS (1611-1671)
Historia de la ciudad de Ceuta

Manuscritos

1. BNE, MSS 3033

Título na lombada: *HISTORIA/DE CEUTA/POR/MASCAREÑA*
Século XVII

Descrição: 268 fls. Papel. 310x220mm. Letra humanística chanceleresca em tinta preta. Texto muito rasurado.

Disponibilidade: BNE.

2. BNE, MSS 18028

Título na lombada: *Historia/DE/Ceuta*
Século XVII-XVIII

Descrição: 263 fls. Papel. 310x220mm Letra cursiva em tinta preta.

Disponibilidade: BNE.

Edições e estudos

Historia de la ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y politicos; memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales. [Edição sob a direção de Afonso de Dornelas]. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

Edição monotestemunhal interpretativa (?) Conteúdo: Prefácio: Elementos para o estudo da sua vida, da sua obra e da sua Família; Notas. 307pp.

Disponibilidade: não disponível *online*.

João ÁLVARES (séc. XV –c. 1490)
Crónica do Infante Santo D. Fernando

Manuscritos

BNE, MSS. 8120

Trautado da vida e feitos do muito virtuoso Sor Iffante D. Fernando
1460

Descrição: 20x15cm. Letra redonda regular. Papel com marca d'água.

Disponibilidade: BNE.

Primeiras impressões

1. *Cronica do sancto, e virtuoso Iffante D. Fernando* [Edição por Jerónimo Lopes]. Lisboa: Germão Galharde, 1527.

Observações: perdido. Provavelmente não baseado no ms. hoje à disposição.

2. *Chronica dos feitos, vida, e morte do iffante sancto dom fernando, que morreo em feez: reuista e reformada agora de nouo pelo padre frey hieronymo de ramos da ordem dos preegadores: demandado do serenissimo cardeal iffante, ec. e a elle dirigida* [Edição por Jerónimo de Ramos]. Lisboa: António Ribeiro, 1577.

Descrição: 8º.

Disponibilidade: BNP.

Observações: baseado na edição de 1527. Dois frontispícios diferentes: em um se lê “Vendese em casa De Ioão Despanha”.

3. *Chronica dos feytos, vida, e morte do Infante Santo Dom Fernando, que morreo em Fez. Revista, e reformada agora de novo pelo Padre Fr. Jeronymo de Ramos da ordem dos pregadores. Dedicada ao excellentissimo senhor Duque de Cadaval Estrybeiro mor ec.* [Terceira impressão por João Rodrigues]. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1730.

Descrição: 8º.

Disponibilidade: BNP.

Observações: Baseado na edição de 1577, atualizada.

Edições e estudos

1. *Chronica do Infante Santo D. Fernando* [Edição por Joaquim Mendes dos Remédios]. Coimbra: França Amado, 1911.

Edição monotestemunhal interpretativa baseada diretamente no mss. 8120. Conteúdo: Crônica; testamento do Infante; poesias inéditas sobre o Infante; glossário; explicação de citações latinas; bibliografia. XXIV, 20 cm, 183pp.

Disponibilidade: não disponível *online*.

2. *Tratado da vida e dos feitos do muito virtuoso S.or Infante D. Fernando* [Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado]. In: *Obras*. Vol I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1960.

Edição monotestemunhal interpretativa efetuada no âmbito da publicação da *Obra* de João Álvares (2vols.).

Disponibilidade: não disponível *online*.

Mateus de PISANO (1385?-séc. XV)
De bello Septensi

Manuscritos

Biblioteca de Vila Viçosa, ms. n.º 1

Séc. XV

Descrição: não disponível.

Disponibilidade: não disponível *online*.

Edições e estudos

1. *De bello septensi*. [Edição por José Francisco Correia da Serra]. In: *Colecção de livros inéditos de história portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1790, tomo I.

Edição monotestemunhal interpretativa baseada em manuscrito desaparecido. Conteúdo: Introdução. 50pp.

Disponibilidade: Google Books.

2. *Livro da guerra de Ceuta* [Tradução do latim ao português por Roberto Correa Pinto]. Edições Comemorativas do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

Tradução do latim ao português da edição do abade Correia da Serra. Conteúdo: Preâmbulo.

Disponibilidade: não disponível *online*.